



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Gabriela Bregolin Grillo

**A emoção como dimensão epistemológica
do jornalismo como forma social de conhecimento**

Florianópolis

2022

Gabriela Bregolin Grillo

**A emoção como dimensão epistemológica
do jornalismo como forma social de conhecimento**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Jornalismo da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de mestre em
Jornalismo.

Orientador: Prof. Jacques Mick, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra

Grillo, Gabriela Bregolin

A emoção como dimensão epistemológica do jornalismo como forma social de conhecimento / Gabriela Bregolin Grillo ; orientador, Jacques Mick, 2022.

108 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Emoção. 3. Epistemologia. 4. Teoria do Jornalismo. I. Mick, Jacques. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Jornalismo. III. Título.

Gabriela Bregolin Grillo

A emoção como dimensão epistemológica do jornalismo como forma social de conhecimento

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Daiane Bertasso, Dr.^a

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Marcia Veiga da Silva, Dr.^a

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Jornalismo.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Jacques Mick, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2022.

Dedico este trabalho às pessoas queridas que me abraçam com as mãos, com os sorrisos e com as palavras, e a todas as pessoas às quais cheguem estas páginas, na esperança de que os meus acertos lhes sejam úteis e de que os meus erros possam lhes instigar.

AGRADECIMENTOS

À educação pública, gratuita e de qualidade a que tive acesso e sem a qual eu acharia o mundo ainda mais nefasto.

À FAPESC e à CAPES, pela bolsa de estudos que me permitiu realizar parte desta pesquisa.

Ao André, por responder prontamente às dúvidas burocráticas.

Às professoras e aos professores do PPGJOR, em especial à prof.^a Gislene pelo encorajamento, à prof.^a Terezinha e à turma de Teoria do Jornalismo que me acolheram para a realização do estágio de docência e à prof.^a Stephanie por uma disciplina que muito me alegrei em ter cursado.

Às e aos colegas do PPGJOR, pela convivência e por compartilharem dúvidas, angústias e mesas de bar, antes que a pandemia demandasse o afastamento.

Às professoras Daiane, Marcia, Janyne e Sônia, e ao professor Jorge, por aceitarem o convite para compor as bancas de qualificação e de defesa, por dedicarem o seu tempo e oferecem suas contribuições a esta pesquisa.

Ao prof. Jacques, por acreditar nesta pesquisa, pelo incentivo, pela compreensão e por dedicar seu tempo para torná-la melhor.

Às amigas e aos amigos que fiz em Floripa: Dairan, Elias, Jeff, Luis David, Lynara, Natasha, Olga, Thais e Vinícius. Obrigada pelo acolhimento; o trajeto foi mais leve e divertido com a presença de vocês.

Às amigas de longe, Satã, Buba e Alezinha, pelo carinho que sobrevive às distâncias e ao tempo.

À minha mãe, minha tia e minha vó, por fazerem parte de todos os caminhos e por serem minha base.

Às minhas irmãs, que me ensinaram que o amor é palpável, profundo e às vezes infinito.

Ao Ricardo e ao Chico, por me fazerem rir todos os dias e por não deixar o cansaço ser maior que a curiosidade. Pelo carinho, pelo cuidado e pelo amor constantes e cotidianos.

Nada mudou.

Além do curso dos rios,

do contorno das costas, matas, desertos e

[geleiras.

Entre essas paisagens a pequena alma

[passeia,

some, volta, chega perto, voa longe,

estranha a si própria, inatingível,

ora certa, ora incerta da sua existência,

enquanto o corpo é, é, é

e não tem para onde ir.

(SZYMBORSKA, 2011, p. 80)

RESUMO

Esta é uma pesquisa teórica de caráter exploratório que procura servir de ponto de partida a uma agenda de investigação sobre jornalismo e emoções no Brasil. A pesquisa parte de uma reflexão sobre as relações de saber-poder que historicamente formaram o jornalismo para compreender como tais relações se fazem presentes na forma de conhecer do jornalismo e também em suas práticas. Para isso, utiliza a ideia de verdade como conceito operador para articular a epistemologia do jornalismo às críticas feitas por estudos decoloniais e feministas ao modo de produção de saber na modernidade e sustenta que concepções modernas de verdade e razão provocam um apagamento da emoção nas discussões epistemológicas. Os termos “emoção”, “afeto” e “sensível” são utilizados posteriormente como conceitos operadores para identificar abordagens existentes a respeito do papel das emoções no jornalismo, que são divididas em temas proeminentes de investigação e sintetizadas na forma de questões às quais uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento possa responder. A questão que orienta a pesquisa é: uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento seria capaz de responder a quais questões e dilemas atuais no âmbito dos estudos em jornalismo? É objetivo geral da pesquisa: problematizar o papel das emoções na epistemologia do jornalismo a partir de críticas feitas pelos estudos feministas e decoloniais à produção de saber na modernidade. São objetivos específicos: a) compreender o que a concepção de regimes de verdade revela sobre a produção de saber na modernidade e como a crítica à modernidade a partir de estudos feministas e decoloniais contribui para essa compreensão; b) identificar em que sentido as críticas à produção de saber na modernidade se relacionam com o reconhecimento e a valorização das emoções na produção de saber; c) compreender a relação entre jornalismo e modernidade, e de que forma o jornalismo como forma de conhecimento se constitui nessa relação; d) encontrar possíveis implicações e contribuições de teorizações sobre emoção e afeto nas ciências sociais para o Jornalismo; e) compreender de que formas a emoção vem sendo abordada nos estudos em jornalismo e identificar temas proeminentes na discussão; f) identificar questões chave para o estudo do jornalismo em torno das quais possa ser construída uma teoria do jornalismo como forma de conhecimento emocional. Tais questões denotam a relevância de compreender o que há de emocional na forma como sujeitos se orientam diante do mundo e, mais especificamente, como o jornalismo, enquanto forma social de produção de conhecimento, mobiliza a sua dimensão emocional.

Palavras-chave: Jornalismo. Emoção. Epistemologia. Teoria do Jornalismo.

ABSTRACT

This is an theoretical exploratory research that seeks to serve as a starting point for an agenda of investigations on journalism and emotions in Brazil. The research departs from a reflection on the knowledge-power relations that historically formed journalism to understand how such relations are present in journalism's way of knowing and also in its practices. To do so, it uses the idea of truth as an operating concept to articulate the epistemology of journalism to the criticisms made by decolonial and feminist studies regarding the mode of production of knowledge in modernity and argues that modern conceptions of truth and reason cause an erasure of emotion in epistemological discussions. The terms "emotion", "affection" and "sensitive" are later used as operator concepts to identify existing approaches to the role of emotions in journalism, which are divided into prominent research themes and synthesized in the form of questions to which a theory of journalism as an emotional form of knowledge can respond. The question that guides the research is: a theory of journalism as an emotional form of knowledge would be able to answer which current questions and dilemmas in the scope of journalism studies? The general objective of the research is to reflect upon the role of emotions in the epistemology of journalism based on criticism made by feminist and decolonial studies to the production of knowledge in modernity. The specific objectives are: a) to understand what the conception of regimes of truth reveals about the production of knowledge in modernity and how the critique of modernity from feminist and decolonial studies contributes to this understanding; b) to identify in what sense the criticisms of the production of knowledge in modernity are related to the recognition and appreciation of emotions in that process; c) to understand the relationship between journalism and modernity, and how journalism as a form of knowledge is constituted in this relationship; d) to find possible implications and contributions of theories about emotion and affect in the social sciences for journalism studies; e) to understand in what ways emotion has been approached in journalism studies and identify prominent themes in the discussion; f) to identify key issues for the study of journalism around which a theory of journalism as a form of emotional knowledge can be built. Such questions denote the importance of understanding what is emotional in the way subjects orient themselves towards the world and, more specifically, how journalism, as a social form of knowledge production, mobilizes its emotional dimension.

Keywords: Journalism. Emotion. Epistemology. Journalism Theory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O JORNALISMO ENTRE O CONHECER E O SER CONHECIDO.....	16
2.1 DISCURSO EM FOUCAULT.....	18
2.2 VERDADE COMO REGIME.....	22
2.3 RAZÃO, COLONIALIDADE E A EPISTEME MODERNA.....	25
2.4 FEMINISMO E PRODUÇÃO DE SABER.....	33
2.5 JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO SOCIAL.....	36
2.6 A DIMENSÃO SUBJETIVA DO JORNALISMO.....	38
2.7 CONHECER E SER CONHECIDO: AS EMOÇÕES NO JORNALISMO COMO PROBLEMA DE PESQUISA.....	47
3 JORNALISMO E EMOÇÕES.....	49
3.1 UMA LACUNA NAS PESQUISAS EM JORNALISMO.....	52
3.2 O TRABALHO EMOCIONAL DESEMPENHADO POR JORNALISTAS.....	58
3.3 A EMOÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS.....	68
3.4 A EMOÇÃO NA CONEXÃO DO JORNALISMO COM SEUS PÚBLICOS.....	72
3.5 PROPOSTA DE UMA AGENDA INVESTIGATIVA EM EMOÇÕES E JORNALISMO.....	77
3.5.1 Explorando o terreno do afeto.....	78
3.5.2 Políticas da emoção e uma problemática perene.....	83
3.5.3 Que perguntas podem ser respondidas no âmbito de uma agenda de investigação sobre o jornalismo como forma de conhecimento emocional?.....	88
4 CONCLUSÕES.....	94
REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

Ter o mundo na ponta dos dedos ou, ao menos, ao alcance da mão, é um anseio que povoa muitas narrativas, jornadas e criações. É, também, uma espécie de inquietação que me trouxe ao Jornalismo e a esta dissertação. O potencial de trazer o mundo para perto, fazer conhecer alguma medida do desconhecido, fazer compreender um pouco mais e afetar-se um pouco mais por aquilo que há, pelo tanto que existe: motivos de encanto e deslumbramento; depois, de frustração. Por fim, de uma tentativa de compreender porque, dessa possibilidade de dizer tanto, parece resultar frequentemente muito pouco, um mesmo território, mesmos rostos, mesmos discursos e uma forma singular e restrita de ser no mundo.

Não me refiro à totalidade do jornalismo, ou melhor, dos jornalismos. São muitos e não tenho a pretensão de falar por todos, nem poderia, se tivesse. Falo, sim, de um lugar-comum do jornalismo, de um contorno que ainda se faz muito presente em sua episteme. Tal lugar-comum, que predomina em veículos de mídia que defino como hegemônicos, embora não ausente de outros formatos e modelos de jornalismo, não é menos presente na academia, ainda que sejam muitas as experiências e os estudos que busquem superá-lo. Ao falar desse modo restrito de fazer jornalismo, me refiro às práticas jornalísticas que carregam na sua estrutura de produção de saber as marcas de um processo de dominação colonial. Essas marcas consistem na tomada de uma posição universalizante, pelo sujeito que está a conhecer algo ou alguém; a restrição das formas de conhecer àquelas definidas por uma relação sujeito-objeto, que sugerem possível a construção de um conhecimento integralmente racional e apartado de investimento emocional. Tais marcas, que posso chamar de modernas, totalizadoras, universalizantes, se manifestam de formas e em momentos distintos da prática jornalística: estão presentes no jornalismo declaratório, nos modelos de negócio e não regulações que fomentam a formação de grandes conglomerados de mídia, numa estrutura de mercado orientada para a criação de desertos de notícias, nas lógicas de produção e na precariedade das condições de trabalho a que jornalistas estão submetidas/os e também na distribuição étnica, geográfica e de gênero de posições de trabalho e de salário nas redações, especialmente as que fazem o jornalismo dos grandes conglomerados de mídia do país. Aqui, entretanto, chamo atenção especificamente para a forma como as relações de poder acumuladas nas muitas camadas de herança dos processos de dominação que se estabeleceram em empreitadas coloniais marcam até hoje a episteme sobre a qual se estrutura o jornalismo como profissão.

Quando reflete sobre as condições históricas em que se formam os discursos, Michel Foucault (1998, 1999, 1999b, 1999c, 2008) atribui ao saber um caráter contingente, que o

circunscreve às dinâmicas de poder de determinada época e lugar, aos processos, lutas e relações sociais que se estabelecem em seu entorno e àquilo que as ideias em circulação permitem articular. O autor enfatiza que as relações de poder não se dão apenas no âmbito das estruturas e do poder estatal, mas em processos sutis, de disciplinamento e subjetivação, que se difundem pela teia de relações sociais de maneira que não apenas as instituições, mas a forma de pensar de uma sociedade e a autopercepção dos sujeitos nesse processo convergem para a sua reprodução. Também o discurso jornalístico é limitado por essa contingência, como importante dispositivo de produção de verdade na modernidade cuja forma de construção do real é similar a de outras instituições modernas. Por esse motivo, a crítica à modernidade feita por estudos decoloniais e feministas é proveitosa para pensar a questão da verdade na forma de conhecer do jornalismo.

Desenvolvo essa questão ao longo do primeiro capítulo, no qual abordo, a partir de Foucault (1998, 1999, 1999b, 1999c, 2008), o jornalismo como prática discursiva constituída em torno de enunciados cuja existência é tornada possível pelo regime de verdade característico da modernidade. Esse regime de verdade, por sua vez, é produzido a partir das relações de poder que ainda hoje se exercem no sentido da manutenção de um sistema de dominação baseado no colonialismo, que se manifestam no âmbito da produção de saber atribuindo ao modo de pensar dos colonizadores uma validade universal que apaga a multiplicidade de formas de existência e de compreensão do mundo (QUIJANO, 1999; MALDONADO-TORRES, 2007). Abordo, ainda, a crítica presente em estudos feministas a respeito da produção de saber na modernidade, que aponta a exclusão do gênero e das mulheres como objeto de estudo com questões específicas, a falta de acesso das mulheres à academia e, em última instância, a questão de que o próprio modo como a ciência é feita não permite formular perguntas que contemplem questões caras ao feminismo, relegando temas centrais da vida e experiência de mulheres à esfera privada e atribuindo às mulheres e pessoas racializadas a condição de sujeitos emocionais, menos capazes de produzir um conhecimento ideal, distante e objetivo (HARAWAY, 1995; LUGONES; 2014). O Jornalismo é perpassado por essas questões em sua função de produzir conhecimento social (GENRO FILHO, 2012; PONTES; 2015) e atribuir sentido a acontecimentos cotidianos. A epistemologia do jornalismo, ainda baseada em grande parte no ideal de objetividade que legitimou a sua profissionalização, reflete muito da estrutura colonizada de produção de conhecimento (VEIGA; MORAES, 2020). Argumento que uma consequência expressiva disso para a pesquisa teórica e empírica em jornalismo é um apagamento do papel que as emoções desempenham em diversas práticas jornalísticas e também no seu estudo.

Recentes desdobramentos do cenário de intensa polarização política no Brasil, em especial a expansão do alcance e impacto de “notícias falsas”, a intensificação de bolhas digitais e as novas configurações de movimentos políticos que crescem e se expandem num ambiente informacional digital orientado para a captura e provocação de emoções (CESARINO, 2020), fazem emergir uma questão que se atualiza: o que há de emocional na forma como sujeitos se orientam diante do mundo? (AHMED, 2014). E, mais especificamente, como o Jornalismo, enquanto forma social de produção de conhecimento, é impactado por isso? Para além disso e no que tange a questões mais perenes: como as emoções orientam o conhecimento sobre o mundo, a percepção de sujeitos, objetos e acontecimentos e a atribuição de sentido a estes? Parto destas perguntas para investigar como os estudos em jornalismo relacionam emoção e razão na produção de saber e, principalmente, como as emoções podem contribuir para pensar o Jornalismo epistemologicamente (WAHL-JORGENSEN, 2020; KOTISOVA, 2019; PANTTI, 2010; BECKETT, DEUZE, 2016).

Esta é uma pesquisa teórica de caráter exploratório que procura abordar o contexto geral e indicar temas específicos sobre os quais a relação entre jornalismo e emoções vem sendo discutida, para encontrar questões que possam servir de ponto de partida a uma agenda de investigações sobre jornalismo e emoções no Brasil. A pesquisa utiliza, primeiramente, a verdade como conceito operador para articular a epistemologia do jornalismo às críticas feitas por estudos decoloniais e feministas ao modo de produção de saber na modernidade. Chegando à conclusão de que as concepções modernas de verdade e razão provocam um apagamento da relevância da emoção nas discussões epistemológicas, numa segunda etapa são utilizados os termos “emoção”, “afeto” e “sensível” como conceitos operadores para identificar abordagens existentes a respeito do papel das emoções na epistemologia e em distintas práticas jornalísticas. Por fim, essas abordagens são divididas em temas proeminentes de investigação e sintetizadas na forma de questões às quais uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento possa responder.

A questão que orienta a pesquisa é: uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento seria capaz de responder a quais questões e dilemas atuais no âmbito dos estudos em jornalismo? Para responder essa questão, é objetivo geral da pesquisa: problematizar o papel das emoções na epistemologia do jornalismo a partir de críticas feitas pelos estudos feministas e decoloniais à produção de saber na modernidade. São objetivos específicos: a) compreender o que a concepção de regimes de verdade revela sobre a produção de saber na modernidade e como a crítica à modernidade a partir de estudos feministas e decoloniais contribui para essa compreensão; b) identificar em que sentido as

críticas à produção de saber na modernidade se relacionam com o reconhecimento e a valorização das emoções na produção de saber; c) compreender a relação entre jornalismo e modernidade, e de que forma o jornalismo como forma de conhecimento se constitui nessa relação; d) encontrar possíveis implicações e contribuições de teorizações sobre emoção e afeto nas ciências sociais para o Jornalismo; e) compreender de que formas a emoção vem sendo abordada nos estudos em jornalismo e identificar temas proeminentes na discussão; f) identificar questões chave para o estudo do jornalismo em torno das quais possa ser construída uma teoria do jornalismo como forma de conhecimento emocional.

A dissertação é dividida em dois capítulos. O primeiro dedica-se à compreensão do jornalismo como forma de conhecimento estruturada sobre uma episteme moderna universalizante, marcada pela exclusão de sujeitos do campo da produção de saber. São discutidos no capítulo: a) o conceito de discurso em Foucault (1999, 1999b, 2008); b) o conceito de regimes de verdade (FOUCAULT, 1998, 1999c; FRANZONI, BERTASSO LISBOA, 2011; VOGEL, 2009); c) a relação entre a ideia de razão, a episteme moderna e a crítica à colonialidade (QUIJANO, 1999; MALDONADO-TORRES, 2007); d) críticas feministas à produção de saber na modernidade (HARAWAY, 1995; LUGONES, 2014); e) a forma de conhecer do jornalismo (GENRO FILHO, 2012; PONTES, 2015); f) a dimensão subjetiva inerente às práticas jornalísticas (SODRÉ, 2006; MEDINA, 2014; MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019). O segundo capítulo é voltado para a articulação entre jornalismo e emoções. São abordados: a) a emoção como lacuna nas pesquisas em jornalismo (WAHL-JORGENSEN, 2020; KOTISOVA, 2019; PANTTI, 2010; BECKETT, DEUZE, 2016); b) o trabalho emocional desempenhado por jornalistas (HOCHSCHILD, 2012; HOPPER, HUXFORD, 2015; PANTTI, 2010; DWORZNIK-HOAK, 2020); c) a emoção na construção narrativa dos acontecimentos (GADRET, 2016; ROCHA, 2013; ARAÚJO, 2019; VIEGAS, 2017); d) a emoção na conexão entre o jornalismo e seus públicos (BECKETT, DEUZE, 2016; BAS, GRABE, 2015; LECHERER, 2020; ZOU, 2020); e) o giro afetivo nas ciências sociais (LARA, 2020; CLOUGH, 2010, SEDGWICK, 2003; MASSUMI, 2002); f) as emoções coletivas e seu papel político (AHMED, 2014); g) a proposta de uma agenda investigativa sobre as relações entre jornalismo e emoção a partir de perguntas chave identificadas como temas proeminentes de pesquisa.

Proponho, como resultado desta pesquisa, a expansão dos limites epistemológicos do Jornalismo para compreender a emoção, seus efeitos e seu potencial comunicativo num cenário de constante transformação e de fragilidade de alguns paradigmas jornalísticos. As emoções perpassam a dimensão subjetiva do conhecimento produzido pelo jornalismo,

permitindo pensar numa dinâmica na qual jornalistas não apenas conhecem os sujeitos e acontecimentos que relatam, mas também se dão a conhecer, dando vazão à potência relacional e vinculativa do saber, à sua capacidade de transformação. Elas permitem levar ao limite a experiência subjetiva que é o fazer jornalístico, o confrontando com a contingência de seus aspectos fundantes; com as profundas transformações do meio social, cultural e mercadológico que o jornalismo vem enfrentando para se manter relevante no desempenho de sua função social; com a necessidade de forjar vínculos e manter seus públicos constantemente engajados. As emoções são um objeto privilegiado de análise nesse horizonte de reflexão teórica porque permitem não apenas colocar em evidência uma dimensão das práticas jornalísticas invisibilizada desde a profissionalização do jornalismo no âmbito das sociedades modernas mas, também, porque consistem em um aspecto chave para compreender as transformações que as práticas jornalísticas vêm sofrendo no contexto de saturação de informações e precarização do trabalho de jornalistas ditado pela conjuntura de escassez de uma economia pós-industrial.

2 O JORNALISMO ENTRE O CONHECER E O SER CONHECIDO

Escrever o poema como um boi lavra o

[campo

Sem que tropece no metro o pensamento

Sem que nada seja reduzido ou exilado

Sem que nada separe o homem do vivido

(ANDRESEN, 2018, p. 352)

Um texto, tal qual uma teoria, é mais diálogo que resposta. Há muitas questões por levantar, talvez infinitas, e as respostas sempre estão limitadas de alguma forma pelas questões que as antecedem. Se a pergunta molda o sentido e a extensão daquilo que a resposta contém, se trata tanto de perguntar o *quê* quanto o *quando*, o *onde* e o *quem*. Apesar de essas serem as primeiras questões que aprendi a fazer como jornalista, ou talvez por isso mesmo, elas são frequentemente naturalizadas ao ponto de suas respostas parecerem simples. O *quê*, o *quando*, o *onde* e o *quem* são coordenadas que nos permitem ver de muitos ângulos uma realidade complexa e multifacetada, tão múltipla e intrincada que seria limitador tentar vê-la por uma só perspectiva. Este texto não é uma resposta, mas o registro de um diálogo teórico sobre como o jornalismo age e pode agir numa realidade multifacetada, da qual a emoção é apenas uma face, mas é *também* uma face.

A reflexão que faço ao longo deste capítulo tem como condutora a seguinte pergunta: *como a ideia de verdade molda a relação do jornalismo com os sujeitos que dele fazem parte?* Dela, posso adiantar que derivo uma série de outras perguntas e, num sentido estrito, nenhuma resposta. Sua amplitude e a ausência de conclusões fechadas a seu respeito não fazem dela uma pergunta menos importante para esta dissertação: quando jornalistas incluem ou deixam de incluir determinadas perguntas e dimensões de um acontecimento no seu processo de apuração e no produto final de seu trabalho, o fazem a partir de uma série de critérios compartilhados entre profissionais de uma mesma empresa, a comunidade de jornalistas de um país ou mesmo critérios acordados entre jornalistas de distintas partes do mundo, os grupos sociais de que fazem parte e valores éticos e morais vigentes na sociedade de determinada época e lugar. A partir desses critérios, jornalismo e sociedade, influenciando-se mutuamente, definem como o jornalismo conhece seus sujeitos e objetos, de que forma esse conhecimento é circulado, compreendido e legitimado socialmente. É por compreender o jornalismo como uma profissão que produz conhecimento sobre e para a sociedade que

considero relevante pensar o papel que sujeitos ocupam na produção e na legitimação desse conhecimento e o que é a verdade ou o conhecimento legítimo para esses sujeitos.

A verdade, que ora aparece como categoria filosófica, ora elaborada como conceito e processo específico para a profissão (frequentemente na forma da objetividade) e mesmo como senso comum, é um valor central na relação que o jornalismo estabelece com os sujeitos que o produzem, consomem, fazem circular ou dele participam de alguma forma. Penso a questão condutora principalmente a partir de referenciais feministas, pós-coloniais e decoloniais: me interessa a forma como tensionam as estruturas de produção do conhecimento (em especial o científico) e o processo de legitimação do saber a partir de perspectivas que não se pretendem universais e generalizáveis, mas que focam nas diferenças sociais, econômicas, históricas e territoriais de lugares e sujeitos.

“Você lê pessoas como Foucault e você nunca é a mesma novamente”¹, diz Donna Haraway, em entrevista a Nicholas Gane (GANE, 2006, p. 136, tradução nossa). Esta dissertação existe, ao menos em parte, porque após ler Michel Foucault (1998, 1999, 1999b, 1999c, 2008) minha compreensão da ideia de verdade não foi mais a mesma. Os próximos parágrafos apresentam o desenvolvimento de uma questão: o que é essa ideia de verdade para a qual o jornalismo se orienta? A verdade é uma figura muito frequente no imaginário popular sobre o jornalismo, e mesmo no imaginário de jornalistas sobre o próprio fazer. Ainda assim, uma definição do real e do verdadeiro que permitam ao jornalismo uma prática consciente de si e ao mesmo tempo transformadora são talvez mais raras. Quero indagar sobre os efeitos da *verdade* no jornalismo com base na proposição de Foucault (1998) do que são *regimes de verdade* e refletir sobre as condições de possibilidade a partir das quais a prática jornalística se configura como discurso.

Entender o jornalismo como uma forma de conhecimento significa confrontá-lo com uma série de questões comuns a enfoques epistemológicos de pesquisa, questões sempre latentes, quando não explícitas, nos esforços de compreender como um acervo de conhecimento é construído e compartilhado. A verdade corresponde a uma dessas questões, sempre pertinente para tratar do conhecimento que, por sua vez, quase sempre exige alguma forma de legitimidade.

Tenho a intenção de compreender como algumas concepções de verdade produzidas e reproduzidas no âmbito do jornalismo o afastam ou aproximam de compreender e formular respostas para o papel das emoções na teoria e na prática do jornalismo. Penso que diferentes concepções do real, bem como diferentes noções de objetividade e de verdade associadas a

1 “You read people like Foucault and you’re never the same again” (GANE, 2006, p. 136).

esse real, produzem diferentes formas de reportá-lo. Quero pensar, então, que questões podem ser suscitadas no âmbito de uma teoria do jornalismo quando são introduzidas diferentes concepções da emoção e de seu papel na forma de conhecer do jornalismo.

2.1 DISCURSO EM FOUCAULT

A ruptura provocada pelo acontecimento é ponto de partida para pensar a arqueologia em Foucault (1999, 1999b, 2008), que tem por pressuposto o olhar minucioso sobre as discontinuidades que, diante de impulsos teleológicos de compreensão da história, muitas vezes passam despercebidas. Foucault (2008) propõe pensar os acontecimentos não a partir de uma origem remota a que se chega por uma reversibilidade do processo histórico e, tampouco, enxergando o acontecimento como um discurso sobre o não-dito, sobre o vazio de uma origem indefinida que é reprimida nos limites do enunciado. Operar metodologicamente por esses pressupostos implica, para ele, “garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” (FOUCAULT, 2008, p. 28).

Inscrito a um movimento designado como “virada linguística”, Foucault traz ao centro de sua investigação sobre as formas de subjetivação da sociedade o discurso.

Essa expressão [virada linguística] refere-se à ruptura que se opera no entendimento que até então se tinha sobre o papel da linguagem e dos textos — esses aqui tomados na sua acepção mais ampla e como manifestações concretas dos discursos. Enquanto o historicismo tradicional procura objetivar a vida social de modo que os acontecimentos possam ser explicados ou representados como “realmente” aconteceram, o historicismo radical dirige seu interesse no sentido de examinar as rupturas que se deram nos conhecimentos e nas maneiras pelas quais a realidade é construída (VEIGA NETO, 1996, p. 154).

Teleologias e totalizações são marcadamente rejeitadas por Foucault (1998, 1999b, 2008). A razão, não mais tomada como um a priori da humanidade ou um parâmetro que orienta o seu progresso em direção a um fim ideal e transcendental, é entendida como construção de uma historicidade específica, e é sobre essa historicidade, condição de possibilidade de determinado discurso, que se exerce a crítica.

É uma crítica sempre móvel, não em busca de um ponto de fuga que seria o núcleo da Verdade e a partir do qual fosse possível traçar a perspectiva das perspectivas, mas que se desloca permanentemente sobre ela mesma e sobre nós. Nesse sentido, costumo referir que essa é uma crítica desancorada de qualquer entidade subjetiva a priori — chamemo-la Espírito, Deus, Razão, Uno, Idéia, Consciência, etc. (Veiga-Neto, 1996b). É no mundo concreto — seja das práticas discursivas, seja das não-

discursivas — que essa crítica vai buscar as origens dessas mesmas práticas e analisar as transformações que essas sofrem (VEIGA NETO, 1996, p. 149-150).

Essa premissa fica evidente na análise de Ferreira Neto sobre o método foucaultiano: “O que ele chamava ‘acontecimentalização’ era exatamente essa recuperação e análise do objeto de pesquisa tomado não como um invariante, mas como ‘uma experiência histórica singular’” (FERREIRA NETO, 2015, p. 416), ou seja, “o primeiro sentido de acontecimentalizar é fazer surgir uma singularidade onde se imaginava existir uma constância histórica” (FERREIRA NETO, 2015, p. 416). Isto é, a partir de um determinado tempo/espço, delimitado pelo instante de existência do objeto de pesquisa, investigar no discurso a sua própria emergência, não enquanto origem primeira e inquestionável, mas enquanto símbolo de uma configuração momentânea da realidade que torna possível dado conjunto de enunciados.

Foucault (2008, p. 30) define o “campo dos acontecimentos discursivos” como o “conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas”. Propõe como questão essencial da análise dos acontecimentos discursivos, então, como surge o enunciado e porque, especificamente, esse enunciado, da forma como é.

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, [...] mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido - e nenhuma outra em seu lugar (FOUCAULT, 2008, p. 124).

Nessa análise, as categorias definidas e as unidades estipuladas não são percorridas ao longo da pesquisa como sólidas estradas a serem desveladas, como estruturas postas cuja função é conduzir a um destino último. Melhor entendê-las como um labirinto vivo, onde bloqueios se abrem; onde as paredes sólidas a um momento tornam-se túneis a outro, cujos caminhos levam a novos lugares, aproximados pelo percurso.

Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações (FOUCAULT, 2008, p. 32).

A arqueologia propõe, assim, não exatamente uma escavação por entre estruturas que operam sobre o dito; propõe encontrar, a partir das partes que o compõem, a construção do discurso, as categorias que, uma vez assumidas, dão forma a um enunciado específico. Para

tanto, é preciso pôr em suspensão os encadeamentos, as ligações pelas quais se explicam as construções da sociedade moderna, retomando a constante crítica histórica; “ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente [as ligações], aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos” (FOUCAULT, 2008, p. 24).

A concepção metonímica da arqueologia se insere bem na tendência pós-moderna de dar relevo às partes, tantas vezes tidas como insignificantes, para tentar articulá-las e montar o todo. Mas esse todo não reintroduz a idéia de totalidade no sentido iluminista; o todo não pode ser pensado antes, como um modelo prévio que se pensou e que se confirma após a montagem, pois isso seria a recuperação cartesiana do todo a partir das partes (VEIGA NETO, 1996, p. 159).

O discurso, enquanto conceito, é aqui entendido como um conjunto de relações que se estabelecem entre elementos antes dispersos, cuja análise procura compreender como, a partir de quais regras, se estabelecem. Gonçalves (2009, p. 13) explica, em síntese sobre o método foucaultiano, que “as regras determinantes para uma formação discursiva apresentam-se como um sistema de relações entre objetos, tipos de enunciados, conceitos e estratégias”. Juntos, tais elementos “possibilitariam a passagem da dispersão para a regularidade”.

Em *Arqueologia do saber*, após desdobrar-se sobre o discurso, Foucault explica o enunciado, central para o conceito anterior. Começa por distinguir o enunciado de uma unidade linguística: a função enunciativa não se propõe a dar sentido a um conjunto determinado de signos mas colocá-los “em relação com um campo de objetos; [...] abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis” (FOUCAULT, 2008, p. 120). O enunciado é, portanto, uma modalidade de compreensão da existência única de um conjunto de signos, para além de sua articulação lógica e linguística; isto é, aquilo que põe uma unidade significativa como materialidade de um momento histórico específico, a posiciona “em relação com um domínio de objetos”; de certa forma, percebe esse conjunto de signos numa coordenada específica em que é encontrado pelos sujeitos possíveis no ininterrupto processo de subjetivação (FOUCAULT, 2008, p. 121).

É do conjunto de signos percebido em sua relação com os objetos, portanto, desse conjunto enquanto enunciado, que se constitui o discurso; é a formação discursiva o princípio pelo qual os enunciados se agrupam ou dispersam. Nas palavras de Foucault (2008, p. 122-123), o discurso é um “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação” e cujo potencial de análise pode ser expresso como “uma outra maneira de abordar as performances verbais, de dissociar sua complexidade, de isolar os termos que aí se

entrecruzam e de demarcar as diversas regularidades a que obedecem”. Essas regularidades não estão nas unidades fixas, materiais ou não, como as do livro, da obra, do texto: como relaciona-se um livro a outros na emergência de um estilo literário; um texto a outros aos quais faz referência; uma obra é composta de todos os textos de um autor, mesmo os não acabados, mesmo as anotações dispersas? Responder a cada uma destas perguntas compreende interpretar, atribuir valor; fazê-lo insuspeitamente é responder de forma arbitrária ao surgimento de um enunciado, que não explica porque este enunciado, especificamente, e não outro em seu lugar. Contudo, isso não implica necessariamente rejeitar tais categorias por completo:

Trata-se, de fato, de arrancá-las de sua quase-evidência, de liberar os problemas que colocam; reconhecer que não são o lugar tranquilo a partir do qual outras questões podem ser levantadas (sobre sua estrutura, sua coerência, sua sistematicidade, suas transformações), mas que colocam por si mesmas todo um feixe de questões [...]. Trata-se de reconhecer que elas talvez não sejam, afinal de contas, o que se acreditava que fossem à primeira vista. Enfim, que exigem uma teoria; e que essa teoria não pode ser elaborada sem que apareça, em sua pureza não sintética, o campo dos fatos do discurso a partir do qual são construídas (FOUCAULT, 2008, p. 29).

Voltar-se para o discurso é colocar a atribuição de significados a elementos antes dispersos no centro do fazer humano, dar relevo ao discurso como propulsor da maneira como o sujeito se coloca no mundo. O que começa a desenhar-se na arqueologia foucaultiana e permanece ao longo da investigação sobre as práticas de sujeição é o entendimento de que as “coisas do mundo” antes dispersas passam a ser aquilo que se tornam no momento de sua articulação, tornada possível e operada pelas condições históricas em que emergem únicas, enunciadas e dotadas de sentido. Uma vez articuladas, essas “coisas” dispersas produzem discursos que, por sua vez, produzem sujeitos possíveis, os processos de subjetivação sobre os quais Foucault (1999, 1999b, 2008) teoriza.

Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente; para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é preciso reconstituir outros; para recolocá-los em um espaço mais geral que, dissipando sua aparente familiaridade, permita fazer sua teoria (FOUCAULT, 2008, p. 29).

A partir de Foucault (1999, 1999b, 2008) é possível compreender que objetos e sujeitos não apenas são revestidos de camadas de sentido, mas articulados como sujeitos e objetos a partir de sua enunciação. Os signos e as relações que estabelecem entre si não são espontâneas nem lineares: não são desprovidas de uma ancoragem no espaço e no tempo, ou remontam a uma essência cuja compreensão e enunciação se vai complexificando. Os signos se

constituem e adquirem sentido em conjuntos de enunciados a partir de condições de possibilidade em constante transformação no curso da história. Somente se pode falar a partir das palavras e por meio dos significados que se conhece; o discurso, da mesma forma, só é capaz de criar e conectar categorias que sua linguagem contempla.

Até aqui tratei da arqueologia de Foucault (1999, 2008) como forma de investigar a formação de discursos a partir de acontecimentos. Compreendo o jornalismo como prática discursiva constituída em torno de enunciados cuja existência é tornada possível pelo regime de verdade característico da modernidade. Quero argumentar, com isso, que o jornalismo como prática discursiva é amparado e legitimado pela ideia de que há uma verdade passível de descoberta e revelação, tema de que trato a seguir; e que tal ideia de verdade é legatária do discurso da razão como este se desenvolve a partir de Descartes e se consolida na modernidade a partir dos princípios iluministas, o que desenvolvo posteriormente (Medina, 2014).

2.2 VERDADE COMO REGIME

Foucault (1998, 1999, 1999b, 2008) vai da arqueologia à genealogia para introduzir a questão do poder em sua análise sobre o surgimento dos discursos, buscando compreender “o aparecimento dos saberes a partir de condições de possibilidade que lhes são externas; com isso, vai situar os saberes como elementos de um dispositivo de natureza estratégica” (VOGEL, 2009, não paginado). É importante pontuar que: a) a visão de Foucault (1998) sobre o poder se afasta da noção de repressão para focar no seu potencial produtivo; b) para ele, o poder não é algo que se possui mas que se exerce; é uma relação em rede, não uma força exercida verticalmente: “Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 1998, p. 8).

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que poder é algo que se exerce, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não podem ser travadas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se estende por toda a sociedade e da qual ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. (MACHADO, 2007, não paginado).

Saber e poder são analisados, a partir daí, como dupla: não há saber sem poder, visto que todo saber é discurso produzido por relações de poder. Essas relações deslocam sujeitos e objetos, os desconectam uns dos outros, os fazem romper e dão lugar a novos objetos, outros sujeitos e outros enunciados, a partir de elementos então postos numa ordem diversa daquela em que se encontravam antes. O saber, pela ótica de Foucault (1998, 1999b), é tão dinâmico quanto o poder e não existe fora dele, mas a partir dele, constituído pelos movimentos que o exercício do poder suscita.

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1999c, p. 27).

Não poderia ser mais estranha à concepção foucaultiana de saber-poder a ideia da verdade como apreensão ou reflexo do real, como conhecimento não investido de poder: “Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 1999b, p. 157). O encadeamento de fatores, os enunciados e a forma de enunciar validados, as práticas promovidas e as condenadas não são inerentes ao conhecimento que consolidam, tanto quanto este conhecimento não está dado segundo uma progressão teleológica que finda no conhecimento soberano do humano sobre o universo e sobre si. A episteme de que fala Foucault (1999b) indica que o tólos em que um saber se realiza é unicamente o de sua própria época e lugar, inteligível a partir da análise das relações sociais e de poder que configuram os discursos; em outras palavras, ao compreender as condições que tornaram possíveis os saberes que ali se desenvolveram e as relações que estes foram capazes de estabelecer entre si.

Ao colocar o poder no centro da produção de saber, Foucault (1998) atenta para a possibilidade de historicizar a verdade que, então, define como conjunto de regras a partir do qual são validados certos enunciados num dado momento histórico; não “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o ‘conjunto das regras segundo as quais

se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1998, p. 13). A verdade é, assim, situada como produto das relações de poder que, por sua vez, também a alimentam e reproduzem. O regime de verdade tem, segundo Foucault (1998, p. 13), cinco características principais: a) “a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem”; b) “está submetida a uma constante incitação econômica e política”; c) é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo; d) “é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos”; e) “é objeto de debate político e de confronto social”.

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1998, p. 12)

O conceito de discurso é fértil para pensar na construção do discurso jornalístico a partir de relações de poder que organizam, num determinado espaço e tempo, elementos dispersos de modo a ordená-los e fazer surgir o jornalismo como prática. Porque desloca categorias basilares ao jornalismo para um lugar de estranhamento, no qual não a necessidade mas as possibilidades históricas colocam a verdade nesse lugar central, o conceito de regime de verdade é propício para pensar limitações internas e pontos de tensão.

Segundo Sabrina Franzoni, Daiane Bertasso Ribeiro e Sílvia Saraiva de Macedo Lisboa (2011), “ao mesmo tempo em que interessa [ao jornalismo] para sua prática a interpretação dos acontecimentos, em que está em jogo o sentido, a coerência interna, o ritual de coleta de informações, seu discurso continua a enunciar uma ‘fidelidade’ à realidade externa” (p. 46). No entanto, para elas, a verdade se apresenta no jornalismo como *efeito* resultante dos “procedimentos de controle, seleção e organização dos discursos existentes”, que funcionam para *limitar* o que pode ser dito, quem pode dizê-lo e o que é passível de ser noticiado e ao mesmo tempo *produzir* a verdade, fazer surgir a “realidade” a partir daquilo que é cabível ao discurso jornalístico, à sua forma de revelar os acontecimentos.

A “verdade” inscrita nesses relatos emerge, portanto, como consequência de regras institucionais e estratégias de poder como assinala Foucault. [...] E este efeito de verdade guarda relação com a ideia de uma verdade como conformidade a uma regra

ou a regras históricas, que não mais assume um caráter universal e a-histórico. É como se argumentos e opiniões pensados fora dessas regras não pudessem sequer ser considerados legítimos ou ao menos qualificados como “verdadeiros”. (FRANZONI; BERTASSO; LISBOA, 2011, p. 50).

Daisi Vogel (2009, não paginado) afirma que “o jornalismo é nitidamente um mecanismo de poder, intimamente ligado à produção de determinados saberes” e o situa, a partir de Foucault, no projeto da modernidade, ao mesmo tempo constituído pelo seu ideário (“racionalidade, emancipação, regimes de verdade”) e produtor deste. Ela define o jornalismo como “um regime textual de legibilidades e visibilidades que, ao mesmo tempo, ordenou a modernidade e desmistificou a sua utopia”. Isso porque o jornalismo evidencia o paradoxo do projeto moderno que é movido pelos ideais de transparência e vigilância, dando relevo à opinião como expressão da razão, mas é caracterizado pela docilização dos corpos e por formas cada vez mais sutis de exercício de controle sobre todas as esferas da vida (VOGEL, 2009).

É certo que as tendências cientificista e realista, marcantes na segunda metade do século XIX, pretendiam distinguir, nas ações e comportamentos dos agentes sociais, o verdadeiro, o real, do ilusório, como se fosse possível “tocar” imediatamente na história, para além das representações e do imaginário (Baczko, 1986, p. 297). Sabemos, contudo, que a abordagem cientificista, em vez de observar os agentes sociais desnudados, de fato os construía. E que a realidade das esferas culturais, políticas e econômicas era bem mais uma mescla de fantasia e informação do que uma realidade “objetiva”, que o jornalismo pudesse “refletir”. Onde o problema da transparência e da própria questão do discurso da verdade são muito mais relativos a um modo de ordenação das coisas e das relações, em que ficções e símbolos se multiplicam em todas as esferas, do que apenas uma limitação interna ao jornalismo (VOGEL, 2009, não paginado).

Concluo desse diálogo entre Foucault (1998, 1999, 1999b, 1999c, 2008) e o jornalismo que este é um importante dispositivo de produção de verdade na modernidade cuja forma de construção do real tem semelhanças com a de outras instituições modernas e é sujeita, assim, às mesmas limitações. Por esse motivo, penso que a crítica à modernidade feita por estudos decoloniais e feministas é proveitosa para pensar a questão da verdade na forma de conhecer do jornalismo, o que abordo a seguir.

2.3 RAZÃO, COLONIALIDADE E A EPISTEME MODERNA

Desenvolvo a seguir o argumento de que a episteme moderna representa uma forma geral de pensar que impõe determinados limites na relação com a alteridade e um conjunto de procedimentos legítimos para produzir discursos verdadeiros (neste caso, a prevalência e

autonomia da razão). A partir dessa discussão, afirmo, posteriormente, que tal episteme repercute no que é definido como publicamente relevante e molda as instituições que compõem a estrutura social, entre elas o jornalismo, na configuração que este assume no final do século XIX (MEDINA, 2014).

Correntes que vão dos estudos culturais à decolonialidade apontam uma intersecção entre a produção de saber na modernidade e a colonização. Elas denunciam a permanência de relações coloniais na estrutura moderna de saber e de poder: com ênfase, no caso da decolonialidade, no impacto que a colonização do que vem a se tornar a América tem sobre a formação e consolidação da episteme moderna (MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 1999; BALLESTRIN, 2013); no caso do pós-colonialismo, o acento recai sobre os processos de dominação colonial mais recentes, em especial nos continentes asiático e africano, e sobre os efeitos econômicos, políticos e culturais do colonialismo, especialmente no que se refere aos países colonizados (SAID, 2007; SPIVAK, 2010; BHAMBRA, 2014; SANTOS, 2002).

O termo pós-colonialismo pode ser usado em referência a distintos movimentos, para significar: a) o processo histórico de independência de ex-colônias em relação às suas metrópoles, e o conseqüente estabelecimento de territórios soberanos; b) de um lado, a situação e contexto em que essas novas nações se inserem num cenário global (econômica e politicamente) ou, de outro lado, as dinâmicas históricas e culturais em transformação pelas alterações causadas pelo processo de descolonização; c) um movimento político e teórico de denúncia e transformação ativa destas circunstâncias (YOUNG, 2016). Utilizo o termo com o último sentido nesta pesquisa, em que o pós-colonialismo, segundo Robert J. C. Young (2016), “[...] é ao mesmo tempo contestatório e comprometido com os ideais políticos de uma justiça social transnacional”, envolvido em “[...] um engajamento ativista com posições políticas positivas e novas formas de identidade política da mesma forma que o marxismo ou feminismo”² (p. 58, tradução nossa).

Como campo de estudos, o pós-colonialismo se articula em torno da crítica ao colonialismo e ao imperialismo, partindo desses processos históricos de dominação para discutir a permanência de suas estruturas (materiais e culturais) na contemporaneidade e possibilidades para a sua superação. Tal discussão se estrutura inicialmente em torno dos textos: *Orientalismo*, publicado em 1978 por Edward W. Said (2007), considerado texto

2 “Unlike the words ‘colonialism’, ‘imperialism’ and ‘neocolonialism’ which adopt only a critical relation to the oppressive regimes and practices that they delineate, postcolonialism is both contestatory and committed towards political ideals of a transnational social justice. It attacks the status quo of hegemonic economic imperialism, and the history of colonialism and imperialism, but also signals an activist engagement with positive political positions and new forms of political identity in the same way as Marxism or feminism” (YOUNG, 2016, p. 58)

inaugural do campo de estudos; *Pode o subalterno falar?*, publicado em 1988 por Gayatri Chakravorty Spivak (2010) e *O local da cultura*, publicado em 1994 por Homi K. Bhabha (1998) (BHAMBRA, 2014; CURIEL, 2020).

Os estudos decoloniais tocam em problemáticas similares, mas são identificados como uma perspectiva mais radical de superação da colonialidade, empenhados em romper com explicações históricas e sociais produzidas de um local hegemônico (eurocêntrico) de produção do conhecimento. Enquanto os estudos pós-coloniais (e os estudos subalternos, que sobrepõem um ao outro na sua composição e problemática) avançam a partir de epistemes pós-estruturalistas e marxistas, para citar algumas, pesquisadoras e pesquisadores vinculados à decolonialidade propõem uma cisão com os modos de conhecer e representar que partem da Europa para explicar os muitos territórios, culturas e sujeitos sobre os quais a colonização se impôs (BALLESTRIN, 2013).

Outra diferença importante entre ambas as correntes é sua localização. Gurminder K. Bhabra (2014) explica que ambas surgiram a partir do trabalho de acadêmicos em diáspora, do Oriente Médio e do Sul da Ásia, no caso do pós-colonialismo, e da América do Sul, no caso da decolonialidade. Como consequência, tais estudos divergem não somente pela maneira como se deu a colonização dos países a que se reportam e a relação com suas respectivas metrópoles, mas também estão circunscritos a temporalidades bastante distintas: “enquanto o pós-colonialismo se refere principalmente aos séculos XIX e XX, a decolonialidade começa com as primeiras incursões europeias nas terras que vieram a ser conhecidas como as Américas a partir do século XV”³ (BHAMBRA, 2014, p. 115, tradução nossa).

A produção de conhecimento está no centro de várias discussões feitas pelas teorias pós-coloniais e decoloniais. O cerne do argumento que abordo a seguir é o de que a episteme que forja a ciência moderna como locus da produção legítima de conhecimento carrega em si relações de poder e de sentido marcadas pela colonialidade.

Em *O local da cultura*, Homi K. Bhabha (1998) aborda, a partir de Frantz Fanon (2020), a particularidade do próprio conceito de humanidade. Este, ao falar da “experiência vivida do negro” (título do quinto capítulo de *Pele negra, máscaras brancas*), segundo Bhabha (1998), não se limita a discordar das “ideias metafísicas de progresso, racismo ou racionalidade; ele as distancia ao ‘repetir’ essas ideias e as torna insólitas ao deslocá-las em uma série de locais culturalmente contraditórios e discursivamente estranhados” (p. 327).

3 “Whereas postcolonialism refers mainly to the nineteenth and twentieth centuries, decoloniality starts with the earlier European incursions upon the lands that came to be known as the Americas from the fifteenth century onwards” (BHAMBRA, 2014, p. 115).

Fanon retrata o desejo de pertencer a esse ideal de humanidade, que sempre é confrontado pelo traçado cultural e racial que delimita o que é passível de ser considerado humano.

O que Fanon expõe é a liminaridade dessas ideias – suas margem etnocêntrica - ao revelar a *historicidade* de seu símbolo mais universal – o Homem. Da perspectiva de um “caráter tardio” pós-colonial, Fanon perturba o *punctum* do homem enquanto categoria significativa, subjetivante, da cultura ocidental, como uma referência unificadora de valor ético (BHABHA, 1998, p. 327, grifo do autor).

A pós-colonialidade é contundente na crítica da universalidade de categorias centrais ao conhecimento ocidental, fornecendo aportes para se debruçar sobre sujeitos individuais e coletivos, sobre culturas constituídas "de outro modo que não a modernidade": culturas que podem ser “[...] contingentes à modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas [...]” (BHABHA, 1998, p. 26); de todo modo, sujeitos ou objetos que não se explicam completa ou exclusivamente pelas categorias da modernidade, cuja compreensão requer uma gama de distintas ferramentas epistêmicas, porque “[...] põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para ‘traduzir’, e portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade” (p. 26).

Frantz Fanon (2020) descreve um contato que exemplifica o processo de significação marcado pela experiência colonial:

Chego lentamente ao mundo, já acostumado a não me arrogar aparições repentinas. Eu me movo rastejando. E já me dissecam os olhares brancos, os únicos verdadeiros. Sou fixado. Uma vez ajustado seu micrótomo, eles objetivamente realizam cortes na minha realidade. Sou traído. Sinto, vejo nesses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um negro, ora essa! (FANON, 2020).

O ato significativo forjado na experiência colonial, que interpreta, categoriza e representa o “outro” no encontro com o desconhecido, é fundamento do sistema de produção de conhecimento da modernidade. A raça é o marcador que, de acordo com autores decoloniais, sustenta tal significação.

A colonialidade é conceituada por Aníbal Quijano (1999) como o padrão de poder subjacente ao colonialismo, o qual permanece até hoje produzindo efeitos nas dinâmicas sociais de saber, poder e subjetividade. Para ele, a ideia mais central ao colonialismo e à colonialidade é a raça, uma ideia que desenha o traçado e o sentido de relações de poder (no nível das relações sociais mas também no aparato estatal). De acordo com Quijano (1999), a raça organiza e estabelece a dominação colonial, que se dá pela repressão das identidades

originárias e subsequente imposição de uma identidade negativa, atribuída a povos que possuem identidades próprias, histórias e experiências distintas entre si, e culmina no apagamento destas.

Segundo Aníbal Quijano (1999), impedir a manifestação da subjetividade e o desenvolvimento autônomo da cultura desses povos também é uma estratégia de poder colonial. Isso se dá de muitas formas, entre elas: o apagamento da cultura urbana e da escrita desses povos, a imposição da língua dos colonizadores e a proibição de que sujeitos colonizados manifestem sua relação com o sagrado. Como a relação de poder colonial não ocorre num único sentido, a imposição dos colonizadores encontra resistência política e cultural em muitos povos originários, mesmo após a perda das identidades originais desses povos e de séculos de dominação e repressão. O antagonismo entre "brancos e europeus" e "índios", "negros" e "mestiços" produz um rasgo permanente que ainda hoje define sentidos nas relações sociais e políticas a nível global e também local. A distribuição dessas novas identidades se torna a base da classificação social na América e as instituições sociais e relações de poder se articulam para reproduzir essas identidades, bem como para manter a relação hierarquizada entre elas e as identidades "europeias" (QUIJANO, 1999).

Com base no conceito de colonialidade formulado por Quijano (1999), autores como Nelson Maldonado-Torres (2007) e Walter D. Mignolo (2017) vinculam a modernidade à colonialidade ao afirmar que os ideais iluministas que dão base ao projeto moderno (em especial no que se refere ao saber (as luzes) e à invenção da figura do Homem) têm início com o colonialismo, em 1492, e são inseparáveis do colonialismo e da colonialidade. Consideram, portanto, a raça como categoria fundante da estrutura de produção do conhecimento científico que começa com René Descartes.

O pensamento cartesiano promove uma cisão considerada a epítome do pensamento iluminista: a separação entre sujeito e objeto, afirmação de um mundo que se dá a conhecer a partir de um lugar de observação não subjetivo e, portanto, universalizável. A difusão da racionalidade cartesiana se deve, muito, à sua adequação às modificações em curso nas relações de produção que então ocorriam na Europa. O primado da razão sobre as paixões fundamenta a episteme moderna, bem representada pela ciência como potência que, a partir da inteligência humana, domaria a natureza e a barbárie.

Nas palavras de Muniz Sodré (2006, p. 32), o entendimento de que o conhecimento libertaria a humanidade do jugo inevitável das paixões ressurgiu no século XVII como consequência da maturação de uma "mentalidade quantificadora, logo uma racionalidade

instrumental, por exigência das transformações no modo de produção econômica e das novas estratégias de domínio, em que assume lugar primordial o poder de cálculo da ciência”.

Ao produzir uma digressão sobre razão e afeto na Antiguidade clássica, o sociólogo distingue *intellectus* e *ratio* como sentidos complementares que compõem a razão. O primeiro “comporta a intuição dos dados imediatos da experiência, ou seja, dá ensejo a juízos sensíveis e sintéticos”; ao passo que o segundo “diz respeito ao pensamento conceitual e discursivo, mais analítico do que sintético” (SODRÉ, 2006, p. 25). Descartes traduz o *logos*, ou razão, privilegiando a noção de *ratio* em detrimento do *intellectus*, expresso então como “medida e norma. ‘Método’ é precisamente esta modalidade de razão, que agora leva o domínio do ser a passar pelo controle do sujeito” (p. 33). Assim, “a consciência universalista da modernidade européia – sempre regida pela dimensão da medida implícita no *logos* unificador grego – preside à elaboração de uma vida social mecânica e previsível” (p. 32). Compreendo a exclusão do sensível na produção de conhecimento moderna, operada pela negação da subjetividade, como consequência do processo de significação operado pelo padrão de poder colonial como elaborado por Aníbal Quijano (1999).

Nelson Maldonado-Torres (2007) aponta para a existência de um *ser conquistador* (*ego conquiro*) que precede o *ser pensante* (*ego cogito*) cartesiano e que sustenta a *colonialidade do ser*. Inspirado em Emmanuel Levinas, que propõe, nas palavras de Nelson Maldonado-Torres (2007), um deslocamento do filosofar, não “no encontro entre sujeito e objeto mas na ética, entendida como relação fundamental entre um eu e um outro”⁴ (p. 128, tradução nossa), o autor articula as contribuições de diversos filósofos que têm como horizonte de reflexão a colonialidade. O que se intenciona é a realização de algo que esses intelectuais intitulam giro decolonial, uma subversão na base de questionamento da filosofia, das relações que estabelecem o ser para as relações que o precedem, de alteridade.

A razão é um ponto de partida possível para a questão porque é base para a constituição do ser na modernidade. Segundo Nelson Maldonado-Torres (2007), quando René Descartes inaugura a razão como fundamento do ser – “penso, logo sou” – e mesmo quando Martin Heidegger, em crítica ao fundamento cartesiano, coloca o pensar como consequência ou produto do ser, há, implícito, um pressuposto: o de que há outros que não pensam e, portanto, não são; ou, ainda, de que a esse ser, que pode pensar, opõe-se um outro que não é. Se o pensamento europeu no medievo é insuspeito dos afetos e das aparências, e o pensamento moderno é insuspeito do sujeito, mesmo na crítica à modernidade falta à filosofia ocidental

4 “Esta subversión le permitió a Levinas presentar una idea muy particular de la filosofía y de la vocación del ser humano: el comienzo del filosofar no consta en el encuentro entre sujeto y objeto sino en la ética, entendida como relación fundamental entre un yo y outro” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 128).

uma suspeita fundamental, qual seja, a suspeita sobre a colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2007).

O *ego conquirro* não apenas precede mas torna possível a existência do *ego cogito* ao delinear um sujeito que se forma não no contato ou na doação mas, principalmente, na negação da humanidade do outro, que se traduz como possibilidade (não) ética de conquista. “A certeza do sujeito em sua tarefa de conquistador precedeu a certeza de Descartes sobre o ‘eu’ como substância pensante (*res cogitans*), e forneceu uma forma de interpretá-lo”⁵ (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 133, tradução nossa).

O ego cogito guarda relação com uma proto-história do século XVI que se expressa na ontologia de Descartes, mas que não surge do nada. O *ego conquirro* (eu conquisto), como “eu prático” o antecede. Hernán Cortés em 1521 antecede o *Discours de la méthode* (escrito em 1636) em mais de um século. Descartes estudou em La Flèche, colégio jesuíta, ordem religiosa de ampla implantação na América, África e Ásia naquele período. O “bárbaro” era o contexto obrigatório de toda reflexão sobre a subjetividade, a razão, o *cogito*.⁶ (DUSSEL, 1996, p. 133, tradução nossa)

A barbárie é uma linha que a ética do “eu conquistador” traça sobre o colonizado. Essa linha sustenta-se na dúvida ou ceticismo misantrópico de que fala Nelson Maldonado-Torres (2007), uma suspeição sobre a humanidade desse outro colonizado cuja distinção acaba codificada na concepção de raça. Assim, o filósofo aponta uma atitude comum nas empreitadas moderna e colonial, qual seja, o ceticismo, na primeira direcionado ao método e, na última, à desumanização do sujeito racializado (MALDONADO-TORRES, 2007).

Disso decorre não apenas o fundamento da modernidade mas um processo que perpassa toda a sua experiência. A suspeita sobre a humanidade do outro compreende uma exploração sobre os limites da ética, então instrumentalizada para os fins da colonialidade própria: “o caráter excepcional que a ética adquire no chamado Novo Mundo [...] gradualmente perdeu sua excepcionalidade, e se tornou a norma no mundo moderno”⁷ (MALDONADO-TORRES,

5 “La certidumbre del sujeto en su tarea de conquistador precedió la certidumbre de Descartes sobre el “yo” como sustancia pensante (*res cogitans*), y proveyó una forma de interpretarlo” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 133).

6 “The *ego cogito* also already betrays a relation to a proto-history, of the 16th century, that is expressed in the ontology of Descartes but does not emerge from nothing. The *ego conquirro* (I conquer), as a practical self, antedates it. Hernan Cortes (1521) preceded the *Discours de la methode* (1636) by more than a century. Descartes studied at La Fleche, a Jesuit college, a religious order with great roots in America, Africa, and Asia at that moment. The “barbarian” was the obligatory context of all reflection on subjectivity, reason, the *cogito*” (DUSSEL, 1996, p. 133).

7 “Como Sylvia Wynter (1995, pp. 5-57) argumenta, la redefinición colombina del propósito de la tierra, en términos del beneficio de los pueblos europeos vis-à-vis aquellos que viven fuera de la ecumene humana, anuncia el carácter excepcional que la ética toma en el llamado Nuevo Mundo. Como bien se sabe, tal situación excepcional gradualmente perdió su excepcionalidad, y se volvió normativa en el mundo moderno” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 137).

2007, p. 137, tradução nossa). Assim, aos sujeitos racializados e colonizados, sobre os quais são aferidos graus de subjetividade possíveis, é negado o diálogo. A eles, é resguardado o tratamento bélico, a não-ética da guerra em que a violência, a violação e o genocídio são naturalizados:

A experiência vivida de sujeitos racializados está profundamente marcada pelo encontro constante com o ceticismo misantrópico e com suas expressões de violência, violação corporal e morte. Sua linguagem também está, assim, altamente influenciada pela experiência do mundo como um campo de batalha, na qual eles/as aparecem como vencidos a priori e permanentemente.⁸ (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 140, tradução nossa)

Essa premissa é central para a articulação que Nelson Maldonado-Torres (2007) faz em torno da concepção de colonialidade do ser. Fruto também da colonialidade do poder e do saber, a colonialidade do ser compreende a constituição do não-sujeito colonizado e racializado, cuja existência se dá na proximidade diária com a morte: “[...] a colonialidade do ser se refere à normalização de eventos extraordinários que tomam lugar na guerra”⁹ (p. 148, tradução nossa).

Dessa digressão sobre a colonialidade, destaco que se o sistema de validade da modernidade se dá sobre a racionalidade enquanto constituição do ser (*cogito ergo sum*) e, por sua vez, esse sistema tem como fundamento a conquista manifesta no *ego conquiro*, as relações de poder que produzem os discursos que dão base a tal sistema se exercem no sentido da colonialidade racializada. Dentre esses discursos, a questão tem particular efeito, no que tange ao jornalismo, na sua legitimação como portador da capacidade de dizer a verdade sobre os sujeitos e acontecimentos no discurso sobre a verdade ou, mais precisamente, a objetividade.

Sustento que as relações de poder exercidas e manifestas no e pelo discurso sobre a verdade na modernidade ocorrem no sentido da (re)produção da colonialidade racializada. Isso ocorre, ainda que não exclusivamente, também pela relação que o ideal moderno de verdade tem com o racionalismo cartesiano e, por consequência, o *ego cogito* como linha que divide aqueles que podem ser considerados sujeitos, e aqueles historicamente percebidos

8 “La experiencia vivida de sujetos racializados está profundamente marcada por el encuentro constante con el escepticismo misantrópico y con sus expresiones en la violencia, la violación corporal y la muerte. Su lenguaje también está, de esa forma, altamente influenciado por la experiencia del mundo como un campo de batalla, en el cual ellos/as aparecen como vencidos de forma a priori y permanente” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 140).

9 “En efecto, de la forma que articulo la noción aquí, la colonialidad del ser se refiere a la normalización de eventos extraordinarios que toman lugar en la guerra” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 148).

como objeto: a verdade é uma categoria à qual se recorre para reivindicar tanto a racionalidade quanto para constituir os sujeitos e objetos sobre os quais ela é exercida.

2.4 FEMINISMO E PRODUÇÃO DE SABER

A crítica feminista é outra a chamar à atenção a particularidade da produção de saber na modernidade. Lélia Gonzalez (2020) e María Lugones (2014) são pioneiras em relacionar a colonialidade às opressões de gênero, argumentando que é indissociável a resistência à uma e à outra. Gonzalez (2020) denuncia a não-inclusão da perspectiva e das reivindicações de mulheres negras e indígenas no feminismo. “Mas o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial” (não paginado) que, para ela, se explica “no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (GONZALEZ, 2020, não paginado).

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais (GONZALEZ, 2020, não paginado).

Segundo Gonzalez (2020), as mulheres amefricanas e ameríndias sofrem triplamente a discriminação social: pela raça, pelo gênero, e como estes marcadores se traduzem em desigualdade, também pela classe, estando a maioria delas dentro do proletariado. Essas são, por consequência, as mulheres mais propensas a sentir os efeitos da concentração de renda e também à exploração sexual. Não por acaso, ela comenta que mulheres amefricanas e ameríndias percebem a opressão, primeiro, no que diz respeito à questão racial (GONZALEZ, 2020).

María Lugones (2014), por sua vez, parte da dicotomia entre humano e não humano que Aníbal Quijano (1999) coloca como cerne da colonialidade para analisar as relações de gênero na América Latina. A colonialidade de gênero é definida da seguinte maneira:

A consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é

mulher. Assim, a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, “não”. Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. (LUGONES, 2014, p. 939)

O feminismo descolonial é para Lugones (2014) a potencialidade de superar a colonialidade de gênero a partir do que ela define como “lócus fraturado da diferença colonial” (p. 941), lugar constituído pela tensão entre opressão e resistência, fraturado pela “presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as” (p. 943). “ A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado” (p. 941).

No que se refere à epistemologia, teóricas feministas pontuam a exclusão do gênero e das mulheres como objeto de estudo com questões específicas, a falta de acesso das mulheres à academia e, em última instância, a questão de que o próprio modo como a ciência é feita não permite formular perguntas que contemplem questões caras ao feminismo (COSTA, 2018; SCHANDER, 2021).

Munidas assim da ideia de que a ciência tem uma história e é influenciada pela sociedade e pela cultura, não existindo conhecimento inocente, as teóricas feministas passam a propor a construção de um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista, fundamentada em uma práxis política, com um projeto de transformação das relações de gênero. (COSTA, 2018, p. 51)

De acordo com Gabriela Schander (2018), diferentemente do ideal cientificista,

[...] a crítica feminista não se compromete com critérios tradicionais associados à objetividade, universalidade e neutralidade. Vai além: rejeita e/ou complexifica tais categorias, suscitando noções como a de objetividade corporificada (HARAWAY, 1995), a qual assume a concepção de uma objetividade situada, produzida desde a localidade específica que as sujeitas ocupam. Mobilizando essas alternativas analíticas, a epistemologia feminista traz consigo a possibilidade de questionamento às categorias estanques e binárias. Ademais, incorpora a tentativa de transformar e estender os conceitos de razão e ciência ao alcançar questões relacionadas à experiência, ao corpo, à história e à materialidade da língua, do desejo e do poder (GROSS, 1986). (SCHANDER, P. 36-37)

Donna Haraway (1995) coloca a questão na forma de um dilema, para pensar, no âmbito de uma epistemologia feminista, como formular uma concepção de conhecimento que o entenda como parcial, contingente à sua constituição histórica e às relações de poder que o

produzem, sem que isso signifique conceber todo tipo de conhecimento como puramente discursivo e prescindir da materialidade na qual este deve estar ancorado. Tal concepção de conhecimento, que Haraway (1995) articula a partir de um projeto feminista para a ciência, deve ter como horizonte “um compromisso a sério com explicações fiéis de um mundo ‘real’, um mundo que possa ser parcialmente compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada” (p. 15-16).

A busca por um conhecimento parcial moldado por e para um horizonte ético e político suscita uma série de questões que se desdobram na proposta de um *conhecimento situado*, segundo Haraway (1995). Para ela, a questão passa por reposicionar a ideia de objetividade: “quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (HARAWAY, 1995, p. 24).

A proposta de Haraway (1995) de pensar uma objetividade feminista como conceito e prática, com vistas a um outro projeto de ciência, compreende valorar o conhecimento produzido a partir de pontos de vista marginalizados: não porque estes sejam desinteressados ou porque seja fácil fazê-lo, mas porque “tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento” (p. 23), uma vez que conhecem as consequências de uma epistemologia onisciente. “Elas [as perspectivas dos subjugados] têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento - com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo” (HARAWAY, 1995, p. 23).

Haraway (1995) defende a necessidade e o desejo de uma ciência que possa parcialmente traduzir significados e corpos diversos, para que estes possam mover-se e criar redes. “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21). Tal responsabilidade é cara à proposta de uma objetividade feminista, porque esta precisa de contestação e de tradução, de abertura e de continuidade para constituir uma rede de perspectivas parciais engajadas e que possam, assim, dar conta mais fielmente do mundo; o conhecimento constitui, então, um processo feito de incompletudes, não de compreensões acabadas (HARAWAY, 1995).

2.5 JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO SOCIAL

Romper com a colonialidade e não reproduzir opressões de gênero e raça implica romper com a postulação de um conhecimento eurocêntrico ao qual é atribuído como lugar de enunciação o universal. Requer, também, repensar o aparato institucional forjado para garantir a reprodução desse regime de verdade, no qual o jornalismo se insere (afinal, se a verdade é uma questão de poder, modificar a estrutura daqueles que podem dizer o “verdadeiro” demanda transformar a dinâmica política dos ambientes em que a verdade é produzida e reproduzida). Isso necessariamente passa pela questão da produção de conhecimento. Direcionar um olhar epistemológico para o jornalismo é pensar sobre o que está no âmago daquilo que ele produz: argumento que não é “a realidade” ou “a verdade” sobre o que aconteceu, mas o processo de construção de um acontecimento que relaciona camadas de construção de sentido social e historicamente estabelecidas, as técnicas e a deontologia que jornalistas compartilham e a tensão que eventos singulares impõem sobre estas.

Adelmo Genro Filho (2012) é o primeiro autor a tratar o jornalismo como forma de conhecimento no Brasil. Ele propõe que o jornalismo é uma forma de conhecimento social cristalizada no singular, ou seja, que o potencial transformador do jornalismo está na conexão que este faz entre o universal e o singular¹⁰. Ele parte da premissa que o conhecimento jornalístico constitui um gênero próprio, cuja especificidade “é a apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (p. 52). Para Genro Filho (2012), tal conhecimento não é produzido a partir de uma percepção imediata do real concreto, mas da síntese dos múltiplos fenômenos e significações que resultam do contato desse concreto com um universo de sentido.

O percurso do conhecimento vai do abstrato ao concreto, das abstrações mais gerais produzidas pelos conhecimentos anteriores, através das quais o sujeito para apreender a particularidade do objeto, até o momento da síntese realizada pelo conceito para apanhá-lo em suas determinações específicas, isto é, como concreto pensado. (GENRO FILHO, 2012, p. 16-17)

Por consequência, o autor faz a distinção entre o objeto real, que é o fenômeno como este é percebido pelos sentidos, e o objeto teórico, que é este objeto real quando observado a partir do acervo de conhecimento já acumulado pré-existente (GENRO FILHO, 2012). Ele aponta, ainda, que essa divisão não é estanque mas em permanente construção, que

¹⁰ “Em sua Estética, Lukács defende que a arte se cristaliza na particularidade, da mesma forma que a ciência, na universalidade. Genro Filho propõe, nessa divisão do conhecimento, que o jornalismo trabalha com a singularidade” (PONTES, 2015, p. 171).

compreende “uma transformação constante e progressiva do ‘objeto real’ em ‘objeto teórico’ e vice-versa” (p. 18).

Felipe Simão Pontes (2015) explica, em análise da obra de Genro Filho (2012), que o dever do jornalismo não se limita a reproduzir o acontecimento mas “reconhecer o quadro de particularização possível em que esse fato social é produzido e será consumido pelo público” (p. 396). Dessa forma, e “ao dar subsídios, com base na contraditoriedade entre a singularidade da manifestação do fato e a particularidade em que foi engendrado” (PONTES, 2015, p. 396), jornalistas são capazes de dar conta dos fenômenos de forma mais compreensível, aprofundando as camadas de sentido que conectam o evento singular à teia social.

Pontes (2015) argumenta que a proposta de Genro Filho (2012) se distancia de uma concepção do jornalismo cuja proposta é ser “objetivo aos acontecimentos e neutro quanto às posições ideológicas em disputa na sociedade” (p. 172).

Dizer que o jornalismo trabalha com e produz a singularidade significa, primeiramente, que os jornalistas (conscientes ou não, querendo ou não), relacionam singularidade, particularidade e universalidade, pois ao apresentar um dado acontecimento social sob a forma de um fenômeno (da singularidade), um processo de discussão e de seleção das mediações (particularidade) que produzirem esse acontecimento passa a pautar o trabalho jornalístico, resultado de um horizonte universal em disputa ou mais consolidado. Esse processo de exposição de um fato na notícia pela forma do fenomênico não significa que o conteúdo não se relacione com o universal e o particular. Muito pelo contrário. Sempre o faz. (PONTES, 2015, p. 172).

Pensando nesse processo de disputa, Pontes (2015) complementa:

No fundo, projetos em cada segmento que o jornalismo cobre, diuturnamente estão em processos de equilíbrio/ tensão com os sistemas de produção de sentido de outras áreas sociais e de outros grupos. Em jogo, a universalidade, a dimensão do sentido de toda a sociedade. A universalidade não é perene, mas histórica, não é fechada, mas está em construção (p. 172)

Argumento que a perspectiva marxista de Genro Filho (2012) e o pós-modernismo de Michel Foucault (1998, 1999, 1999b, 1999c, 2008) se encontram no ponto em que olham o horizonte de disputa permanente de sentidos que está por trás do jornalismo e dos eventos singulares que o compõem. Não há conhecimento sem ideologia e não há verdade sem poder, mas o jornalismo pode ser transformador a partir desses pressupostos e não apesar deles.

Quero trabalhar, a seguir, com a ideia de que o conhecimento que se pretende transformador deve abarcar a multiplicidade de saberes e processos mobilizados no ato de

conhecer, na potência relacional que é o conhecimento. Nesse sentido, pretendo privilegiar a emoção e o seu papel na forma de conhecer do jornalismo.

2.6 A DIMENSÃO SUBJETIVA DO JORNALISMO

Não iniciei esta pesquisa decidida a falar em emoções; descobri, contudo, que não consigo dissociar delas a verdade. O viés ideológico e o sensacionalismo são dois lugares-comuns na crítica ao jornalismo. O primeiro foi enfrentado por uma quantidade talvez maior de pesquisas, ao ponto em que dentro da academia hoje existe relativo consenso de que o jornalismo não pode ser plenamente imparcial e de que as visões de mundo de jornalistas fazem parte de sua forma de reportá-lo (BIROLI, 2011; ETTEMA, GLASSER, 2011; SILVA, FRANÇA, 2017). Quanto ao segundo, se as abordagens sobre jornalismo e emoção têm progressivamente se afastado de recorrer a um argumento superficial que caracteriza como sensacionalismo a relação entre uma e outra, ainda são poucas as pesquisas que aprofundam essa discussão no Brasil. Se traço um paralelo entre ideologia e emoção, é porque vejo ambas conectadas de forma similar ao problema da verdade e entendo que o caminho percorrido pela pesquisa em jornalismo para que a primeira passasse a fazer parte de como as práticas jornalísticas são pensadas e percebidas tende a ser repetido pela segunda.

Michel Foucault (1999b, 2008) faz uso do termo *episteme* para designar a forma de se pensar predominante num determinado local e período e, ao fazê-lo, chama à atenção o papel das relações de poder nos processos e estruturas de produção do saber. O conceito fornece um caminho para, relacionando poder e saber, historicizar o conhecimento, no sentido de que a *episteme* representa o trajeto pelo qual um conjunto complexo de variáveis históricas desemboca em categorias nas quais o pensamento se funda.

O pensamento foucaultiano mostra que as relações de dominação não se dão apenas no âmbito das estruturas e do poder estatal, mas em processos sutis, de disciplinamento e subjetivação, que se difundem pela teia de relações sociais de forma que não apenas as instituições, mas a forma de pensar de uma sociedade e a autopercepção dos sujeitos nesse processo convergem para a sua reprodução. Partindo dessa premissa e ao compreender a verdade como poder, como *regime de verdade*, quero ressaltar o caráter histórico e político que lhe é próprio, porque entendo que historicizar a definição de verdade e das instituições e formas legítimas de produção do conhecimento no âmbito de cada sociedade complexifica o trabalho do jornalismo, sendo ele também uma prática discursiva situada culturalmente e produtora de um saber atravessado pelas disputas de sentido sobre os acontecimentos que

reporta. Com essa intenção, discuto a seguir de que forma a compreensão da dimensão subjetiva do conhecimento jornalístico é atravessa pela episteme moderna e pelas disputas simbólicas que se desenvolvem em torno da definição do que é um conhecimento legítimo na modernidade.

O jornalismo é uma forma de conhecimento que se consolida na modernidade e reverbera os pressupostos considerados adequados à produção de conhecimento ideal na sociedade à época, que moldam o funcionamento das instituições científicas (GUERRA, 2003). Cremilda Medina explica que “a cobertura do real imediato se serve das gramáticas que se disciplinaram no fim do século XIX no ambiente cientificista da modernidade ocidental” (2014, posição 247), as quais atribui ao positivismo de Auguste Comte. O conhecimento produzido pela humanidade é compreendido por Comte sob o signo do progresso, de modo que ele sugere uma evolução que parte da explicação teológica dos fenômenos para a metafísica e desta para o estado positivo, “regime definitivo da razão, em que a observação é a única base possível dos conhecimentos acessíveis à verdade, adaptados sensatamente às necessidades reais” (MEDINA, 2014, posição 125).

O apelo ao real e ao útil, à certeza e à precisão, à ordenação e à compreensão absoluta dos fenômenos são características do espírito positivo que, de acordo com Medina (2014), tira suas premissas de Descartes, no século XV; atravessa os ideais iluministas que dão corpo à modernidade; assume, em Comte, a forma de uma doutrina que consolida a ciência enquanto lugar legítimo da produção de saber na modernidade e desemboca no jornalismo que acompanha esse movimento histórico enquanto se afirma como forma de conhecimento sobre a atualidade (MEDINA, 2014). De Descartes, segundo Medina (2014), permanece o legado das regras que seriam capazes de revelar a verdade absoluta: a dúvida sobre o que “não tenha passado pelo crivo da razão”; a divisão de fenômenos complexos nas menores partes possíveis; o ordenamento das partes para a compreensão do todo; a submissão do processo de desvelamento à enumeração dos procedimentos e à sua revisão (MEDINA, 2014, posição 370).

O jornalismo, que se profissionaliza ao longo do mesmo período no qual o positivismo científico se consolida, não passa ao largo de sua influência. De acordo com Medina (2014), numa sociedade cujo crescimento urbano e industrial demandam fluxos de informação cada vez mais ágeis, “as formas de captação do acontecimento noticioso, bem como as formas de edição da narrativa da contemporaneidade, vão sendo disciplinadas e o jornalismo ambiciona, já no fim do século XIX, um lugar no conjunto de áreas de conhecimento” (MEDINA, 2014, posição 206). É nesse contexto que características positivistas são importadas para o

jornalismo brasileiro, herdadas dos modelos norte-americano e anglo-saxão, cujas inspirações funcionalistas remetem aos ideais de Comte. São elas:

[...] a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados. (MEDINA, 2014, posição 210-214)

A consolidação dessas características no âmbito profissional do jornalismo, ao longo do século XX, ocorre paralelamente a uma série de transformações epistemológicas em grande parte ligadas às novas possibilidades tecnológicas. Se, por um lado, as possibilidades de produção da informação e o lugar que o jornalismo pretende ocupar enquanto referência para o conhecimento da atualidade tendem a reforçar valores caros ao positivismo, por outro, torna-se flagrante a insuficiência dessas abordagens para a explicação de um mundo cada vez mais complexo, cujo aparente progresso não foi capaz de evitar o agravamento de conflitos sociais e da desigualdade, e cujo volume de informações não se traduziu na ampliação dos espaços de diálogo públicos ou na qualificação das discussões ali travadas (MEDINA, 2014). Esse contexto, segundo Medina (2014), demanda “[...] mais as narrativas autorais densas e tensas do que as promessas da verdade simples e precisa, ideais cartesianos reescritos pelo positivismo no século XIX” (posição 259). Ela sugere, como forma de responder a esse desafio, uma abertura do jornalismo à dimensão do sensível, do afeto.

O jornalismo, assim como a mídia de forma mais ampla, ainda opera sob a “hegemonia da palavra”, segundo Medina (2014), no sentido de que “tanto o cientista social em pesquisa empírica quanto o jornalista na reportagem privilegiam o ato da fala e muitas vezes deixam escapar da observação-experiência informações preciosas que mobilizam todos os sentidos” (posição 1165). De 2008, quando o texto foi originalmente publicado, para cá, as imagens passaram a povoar um território muito maior do conteúdo (não apenas informativo) veiculado na mídia; o terreno da palavra, no entanto, segue assegurado, ora na prática, ora apenas no ideal. É atravessado pelo dualismo que Medina (2014) atribui ao legado de Descartes, pela ênfase em certa rigidez dos códigos e pela procura de uma interpretação pura dos acontecimentos pela linguagem que o jornalismo dá espaço a práticas declaratórias e à legitimação de discursos nocivos aos direitos humanos, em nome de uma falsa equivalência à qual recorre para atestar a sua imparcialidade. Também por essas características é possível compreender um tipo de jornalismo que não se mostra capaz de demonstrar nuances, cujo

potencial de contextualização se perde na reprodução de dicotomias e estereótipos, sem permitir-se sensibilizar pela transformação que a relação de comunicação provoca¹¹: “na prática democrática da comunicação social, não se trata de ampla difusão unidirecional dos significados da contemporaneidade, mas de trocas simbólicas dos saberes plurais que sempre estão em conflito” (MEDINA, 2014, posição 1135).

Medina (2014) enfatiza que “o domínio do processo interativo entre emoção, razão e ação acontece intersujeitos, e não mais na ilusão cientificista sujeito–objeto. Na solda da intersubjetividade aflora o tão misterioso quanto real sentimento coletivo” (posição 709). O jornalismo não se beneficia, para ela, ao orientar-se por uma objetividade nos moldes do positivismo, e sim, pela sensibilidade necessária para afetar-se pelo inesperado da relação:

A consciência racional, o traquejo especializado e a persistência na ação não são as únicas ferramentas para o trabalho disciplinado. O repórter, nessas circunstâncias, precisa do silêncio subjetivo, dos sinais dos cinco sentidos e da despoluição da consciência para a escuta da intuição criadora. (MEDINA, 2014, posição 740).

O resgate da ênfase na dimensão autoral do jornalismo que Medina (2014) propõe ressoa com a defesa do jornalismo de subjetividade presente no trabalho de Marcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019; VEIGA DA SILVA, MORAES, 2020). As autoras refletem sobre como a raça, o gênero e a colonialidade se materializam nas práticas jornalísticas sob a forma de marcadores de exclusão e invisibilidade, e argumentam que “as bases epistemológicas sob as quais a noção dominante de objetividade jornalística se assenta têm servido como um dispositivo restritivo nas lentes de leitura da realidade na prática jornalística” (2019, p. 2).

Para elas, como para Medina (2014), “as marcas da modernidade nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas maneiras como a realidade e os sujeitos podem ser percebidos e narrados como uma forma de conhecimento social” (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 5). Tais marcas se referem às noções de “objetividade, neutralidade e universalidade” que, para as autoras, são incorporadas ao jornalismo de forma a reiterar “as estruturas epistêmicas do sistema-mundo capitalista”, centradas num sujeito universal masculino, branco, heterossexual e ocidental que, de seu lugar de enunciação e na capacidade de olhar para os demais sujeitos através das lentes do cientificismo, é autorizado a falar de um Outro e legitimado a produzir “a verdade” (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019).

11 Essa questão não é intrínseca ao jornalismo; hoje, é reforçada por características próprias da comunicação em mídias digitais, em que questões como anonimato, engajamento e direcionamento de conteúdo por algoritmos podem representar obstáculos para a dimensão relacional da comunicação.

[...] o jornalismo ainda opera simbolicamente nas tramas da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) que historicamente retirou a condição de humanidade e relegou às margens parcelas gigantescas das populações, muito especialmente as mulheres, os negros, os indígenas – considerados o Outro do sujeito universal (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 3).

A produção de conhecimento, com ênfase no conhecimento jornalístico, herda da episteme moderna a “necessidade de se impor uma separação entre fatos e valores” que “nega a função política do conhecimento, ao idealizá-lo como passível de neutralidade, e estrutura uma racionalidade em que a razão teria qualidades transcendentais e universais, ou seja, fora da experiência corpórea” (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 12-13). Para as autoras, refletir sobre o arcabouço epistemológico do jornalismo a partir de estudos feministas e decoloniais permite “complexificar as noções de diferença, pensando nas interseccionalidades entre os diferentes marcadores e suas implicações nas formas de assujeitamento normativo” (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 7).

A partir da crítica feminista, de acordo com Moraes e Veiga da Silva (2019), é possível compreender porque um conjunto de elementos atrelados a uma ideia de “feminino” na lógica dual da episteme moderna (“a emoção, o corpo, as visões de mundo dos sujeitos-profissionais” [p. 13] e a própria subjetividade) são colocados na base da hierarquia jornalística (VEIGA DA SILVA, MAROCCO, 2018; COSTA, 2018; SCHANDER, 2021). A subjetividade, afastada da noção predominante do que representa a objetividade jornalística, é então “suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade” mas, também, nas críticas às práticas jornalísticas feitas tanto por profissionais quanto pela academia (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 13).

O jornalismo de subjetividade proposto pelas pesquisadoras visa à alteração dessa dinâmica, integrando a subjetividade à objetividade em suas práticas: “um jornalismo que inscreva o sujeito como central nos processos cognitivos de leitura da realidade, rompendo com a noção de neutralidade e universalidade na qual se assenta epistemologicamente” e que tem como proposta:

[...] uma busca pela horizontalidade entre o eu e o outro; a dimensão ativista (entendendo que o posicionamento explicitado não macula a prática/reflexão); a escrita e observação a partir de critérios que não se assumem como neutros, mas levando em consideração aquilo o que atravessa também a autora/o autor do texto (VEIGA DA SILVA; MORAES, 2020).

Refletir sobre a subjetividade no âmbito das práticas jornalísticas é, também, colocar a ênfase no processo relacional que envolve a comunicação entre um eu e um outro. Permitir-se sensibilizar pelo contato significa uma possibilidade de pôr em suspenso as categorias já concebidas e olhar para os acontecimentos em sua multiplicidade contextual. O que Muniz Sodré (2006) aborda como “estratégias sensíveis”, ou “jogos de vinculação dos atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem”(p. 10), vai ao encontro da proposta de um jornalismo atravessado pelo afeto em Medina (2014) e de um jornalismo de subjetividade em Veiga da Silva e Moraes (2020).

Sodré (2006) concorda com as pesquisadoras ao afirmar que o processo comunicativo não se esgota em sua dimensão racional: “Quem é, para mim, este outro com quem eu falo e vice-versa? Esta é a situação enunciativa, da qual não dão conta por inteiro a racionalidade lingüística, nem as muitas lógicas argumentativas da comunicação” (p. 10). Para além delas, entra em cena a afetividade, que pode ser entendida, grosso modo, como alteração no estado de alguém, provocada por algo que lhe é externo (SODRÉ, 2006). O afeto responde a uma ação sobre a sensibilidade de um ser vivo, que “contém o significado de emoção, ou seja, um fenômeno afetivo que [...] define-se por um estado de choque ou de perturbação na consciência” (SODRÉ, 2006, p. 29).

Em alusão à pesquisa de António R. Damásio¹², Sodré ressalta a importância do afeto para o conhecimento:

O conhecimento assume em grande parte a forma de imagens. Para que se realize o raciocínio, é preciso que essas imagens estejam ativas e disponíveis, o que supõe processos ligados a emoções e sentimentos. [...] Pode-se com isso afirmar a existência de uma inteligência baseada não apenas na racionalidade cognitiva, mas também naquilo que se dá a conhecer como afetos e que constituiria um elo essencial entre o corpo e a consciência. Trata-se, assim, tanto da emoção enquanto percepção direta dos estados corporais quanto do emocionalismo, ou campo próprio do amor, da raiva, da alegria, da tristeza, das diversas paixões (SODRÉ, 2006, p. 31).

É possível pensar, então, no conhecimento como processo que não prescinde de “ser afetado” por aquilo que se dá a conhecer; um processo atravessado pela dimensão do sensível,

12 António R. Damásio (2012) discute, a partir do campo da neurobiologia, a relação entre a cognição humana e as emoções. O autor aponta como um erro da filosofia cartesiana a separação entre o corpo e a mente, a afirmação de que a razão pode existir de forma desconexa dos processos de regulação biológica do corpo, dos quais as emoções fazem parte: “os sentimentos parecem depender de um delicado sistema com múltiplos componentes que é indissociável da regulação biológica; e a razão parece, na verdade, depender de sistemas cerebrais específicos, alguns dos quais processam sentimentos. Assim, pode existir um elo de ligação, em termos anatômicos e funcionais, entre razão e sentimentos e entre esses e o corpo” (DAMÁSIO, 2012, posição 4162).

compreendido como “propriedade de acolher impressões e excitações, a elas reagindo com operações distintas dos processos intelectuais” (SODRÉ, 2006, p. 27).

O afeto, como potência sensível que organiza as imagens da consciência, torna-se categoria central para a vida na contemporaneidade, ao adentrar o que Sodré (2006, p. 99) nomeia *bios virtual* ou *bios midiático*; *bios*, aqui, na distin o aristotélica entre vida natural (*zo *) e vida inscrita na organiza o social da polis (*bios*). O sociólogo o define como “uma forma virtualizada de vida” que emerge na “‘objetualiza o’ do comum”, “feito de fluxos (letras, sons e imagens) digitalizados e redes artificiais, definido por uma materialidade ‘leve’, ou mesmo pela imaterialidade, dos circuitos eletr nicos”. O *bios virtual*  , assim, uma “comunidade afetiva de caráter técnico e mercadológico, onde impulsos digitais e imagens se convertem em prática social” (SODRÉ, 2006, p. 99). Essa nova forma de vida, de constitui o marcadamente imagética, compõe suas imagens de realidade sensivelmente, a partir de afetos sequestrados pela lógica capitalista do desejo e consumo, engendrados no seio da publicidade difusa e onipresente nesse bios.

Situada nessa existência midiatizada, a vida se desenvolve sob a égide do espetáculo ou da fantasmagoria, esta última entendida como imagem exuberante ou extrapolada da realidade, centrada no valor de troca e que, aos poucos, a substitui. “A identifica o divertida e prazerosa das massas com esse valor de troca abre caminho para o advento do consumo como uma forma nova, ‘fantasmagórica’ e fetichista de rela o social”, que, por sua vez, faz adentrar um terreno em que o real e o irreal não são discerníveis (SODRÉ, 2006, p. 80).

Duas consequências desse processo, apontadas por Sodré em alusão a Debord, são relevantes aqui: o consumo, investido sobre todos os meandros da vida social; e a explora o do potencial mercadológico da psique do indivíduo (valor-afeto). Da consciência histórica relegada   imagética capitalisticamente apropriada no bios midiático, resulta a dissolu o da sociedade civil num comum esvaziado de sentido, que se sustenta numa suposta substância agregadora e cuja forma prescinde de troca efetiva, de um sentido real de comunidade (SODRÉ, 2006); “nessa conjuntura, o comum   produzido por tecnologias de distribui o de informa o e por organiza es de média num espaço sem território, isto  , sem a predominância de marca es humanas ou simbólicas” (p. 96).

Ora, o público de hoje – e, conseqüentemente, as formas hegem nicas de manifesta o do “comum” – vem sendo afetado pela forte mudança na consciência histórica enquanto manifesta o de um sentido determinado do ser humano ou enquanto expressão de um poder da representa o. Isto leva   hipótese de que já se esgotou o entrelaçamento social, a coesão por cidadania e sociedade civil modeladas pela Revolu o Francesa (SODRÉ, 2006, p. 95).

É possível identificar, aí, um ponto de encontro entre a colonialidade epistemológica e o sequestro do sensível operado pelo bios midiático: ambos promovem uma desarticulação do comum enquanto local de possibilidade do vínculo a partir da troca do afeto “insurgente”, na medida em que reduzem esse afeto a potências produtivas subsumidas na razão e no consumo. O afeto, enquanto ação sensibilizadora que modifica a consciência é, assim, castrado. Ao invés de uma potência singularizadora, que torna possível o contato com um outro, é permitido apenas na instância em que mobiliza o sujeito para ações produtivas ao capitalismo, seja na sua manifestação moderna, voltada à produtividade do trabalho, ou em sua manifestação contemporânea, direcionada ao consumo.

Vincular-se (diferentemente de apenas relacionar-se) é muito mais do que um mero processo interativo, porque pressupõe a inserção social e existencial do indivíduo desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até às deliberações frente às orientações práticas de conduta, isto é, aos valores. A vinculação é propriamente *simbólica*, no sentido de uma exigência radical de partilha da existência com o Outro, portanto dentro de uma lógica profunda de *deveres* para com o *socius*, para além de qualquer racionalismo instrumental ou de qualquer funcionalidade societária (SODRÉ, 2006, p. 93).

O jornalismo, como prática discursiva que adquire sentido a partir das relações que estabelece entre signos e objetos, bem como, dos vínculos que é capaz de estabelecer entre as subjetividades que o produzem, é perpassado em muitos níveis de sua prática pela questão trabalhada por Sodré (2006); em outras palavras, pela configura o que o comum, enquanto espaço de partilha da apropria o simbólica do mundo, assume na contemporaneidade. Nesse contexto, as práticas jornalísticas e, mais que elas, o lugar que o jornalismo ocupa no aparato institucional da sociedade, o discurso pelo qual   legitimado e sua forma de ser produzido, distribuído e consumido são profundamente transformados quando a produ o do comum se desloca para o *bios virtual* e a circula o de informa o na sociedade passa a depender em grande escala das grandes empresas de tecnologias da informa o.

Agora   a média, esse forte dispositivo cinemático, que se enraiza culturalmente na vida social, por meio de uma forma simulativa ou espectral de vida (o bios), mobilizando os corpos da cidadania, instituindo um imaginário que se confunde com a realidade da vida nua, natural, de modo a constituir uma nova esfera existencial plenamente afinada com o capital, onde o desejo se imponha preferencialmente como desejo de mercado (SODRÉ, 2006, p. 122).

Jean Charron e Jean de Bonville (2016) argumentam que, da década de 1970 para c , “a estrutura global do mercado jornalístico, até então próxima do modelo de concorrência de

pequena intensidade, vai evoluir para um modelo muito mais intenso de concorrência” (p. 352), que definem como *hiperconcorrência*. Esta é marcada, entre outros aspectos, por uma enorme oferta de informação e por “um novo regime de consumo de informação” no qual “as condições técnicas de recepção das mensagens tornam essa atenção [do consumidor] muito volátil” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 339).

A hiperconcorrência tende a acentuar a busca por inovação para distinguir-se de outros produtos e cativar o público; essa capacidade de inovação, pela própria saturação do mercado, vem acompanhada do mimetismo: a estratégia das empresas para se manterem competitivas não compreende apresentar a todo momento novos produtos e formas de se distinguir dos concorrentes, mas na diluição desse processo de inovação, que recorre a recursos como a segmentação dos produtos e ao “empréstimo” de características de outras formas de discurso que, empregadas em produtos distintos e outros contextos, produz um efeito de novidade (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). Segundo Charron e de Bonville (2016), um contexto tão abundante de informação “eleva o limiar de percepção e de sensibilidade do público” ao mesmo tempo em que “diminui sua capacidade de decodificação e paciência” (p. 378). Como consequência disso, há “uma ‘espetacularização da informação’, que valoriza mais os procedimentos de enunciação (a apresentação e a ‘comunicação’ da informação) do que os enunciados (o ‘conteúdo’ da informação)”, e o favorecimento da “produção de um discurso unívoco, imediatamente compreensível pelo público ao qual se dirige” (CHARRON, DE BONVILLE, 2016, p. 378).

Decorre dessa transformação da estrutura do mercado jornalístico apontada por Charron e de Bonville (2016) uma ênfase alargada do papel do público na produção do conteúdo jornalístico. Essa ênfase não se traduz tanto na tentativa de criação de vínculo com esse público, de criação de um espaço comum de “partilha da existência com o Outro” como dizia Sodré (2006), mas no desenvolvimento de estratégias de produção e lógicas de consumo da informação em que esta é esvaziada de sentido e do seu potencial transformativo em detrimento de sua capacidade de servir à captura da atenção e à satisfação do desejo como simulacro de uma determinada forma de ver o real e significar o presente.

2.7 CONHECER E SER CONHECIDO: AS EMOÇÕES NO JORNALISMO COMO PROBLEMA DE PESQUISA

Ao longo deste capítulo, tento demonstrar o caminho de reflexão teórica que me conduziu ao problema das emoções no jornalismo. Abordar o jornalismo como uma prática discursiva permite compreender o fazer da profissão como fruto da forma de pensar do tempo histórico em que se constitui sem limitá-lo a uma prática fixa no tempo. Ao não atribuir ao jornalismo uma suposta essência, reconheço que ele é composto por um conjunto de enunciados por vezes até contraditórios, e que a prática jornalística assume diferentes configurações em suas múltiplas formas de existir empiricamente. Por isso, quando me refiro ao “jornalismo” ao longo do texto, não é com a intenção de abordá-lo em sua totalidade mas de enfatizar os enunciados que, na sua construção discursiva, imbuem o jornalismo de características “ideais” segundo um conjunto de valores postulados como típicos da modernidade (e os defino como típicos porque também a modernidade, na forma como a abordo, é centrada em alguns valores predominantes de seu discurso, ela própria constituindo-se de enunciados múltiplos que podem ser contraditórios entre si).

Assim, defino o jornalismo a partir do que considero que ainda é seu traçado hegemônico, a partir do qual este se define e sobre o qual adquire legitimidade dentro do aparato institucional da sociedade: uma prática discursiva articulada a partir de uma episteme moderna, em decorrência de relações de saber e de poder que datam da profissionalização do jornalismo no século XIX, marcada por valores de influência positivista como clareza, precisão e objetividade, que se articulam como parte de um projeto de ordenamento do mundo civilizatório em direção ao progresso. A partir dessa definição, articulo o jornalismo a algumas das críticas postuladas à sua episteme fundante, com destaque para o indicativo de que os ideais modernos operam um processo de exclusão e de produção de desigualdades baseado em marcadores de gênero e de raça e na dominação colonial. Essa exclusão se dá, entre outros aspectos, pelas características do regime de verdade do qual o jornalismo é parte, que tende a visibilizar um tipo de sujeito (o sujeito universal) e um tipo de discurso (preciso e racional) em detrimento de outros sujeitos, discursos e formas de saber.

As emoções perpassam a dimensão subjetiva do conhecimento produzido pelo jornalismo, permitindo pensar numa dinâmica na qual jornalistas não apenas conhecem os sujeitos e acontecimentos que relatam, mas também se dão a conhecer, dando vazão à potência relacional e vinculativa do saber, à sua capacidade de transformação. Elas são um

objeto privilegiado de análise nesse horizonte de reflexão teórica porque permitem não apenas colocar em evidência uma dimensão das práticas jornalísticas invisibilizada desde a profissionalização do jornalismo no âmbito das sociedades modernas mas, também, porque é um aspecto chave para compreender as transformações que as práticas jornalísticas vêm sofrendo no contexto de uma economia pós-industrial. Por esse motivo, o próximo capítulo é dedicado a uma discussão teórica sobre as relações que vêm sendo identificadas e estabelecidas entre o jornalismo e as emoções, considerando como pontos de análise: de que forma essas relações confirmam ou negam a existência de marcas da episteme moderna nas práticas jornalísticas, como a compreensão das emoções pelo jornalismo e as práticas por elas atravessadas contribuem ou não para a exclusão de sujeitos individuais e coletivos, e de seus discursos, no âmbito do jornalismo; como a relação entre o jornalismo e as emoções é alterada, intensificada ou enfraquecida no contexto de produção e consumo da informação característicos do mercado de informação contemporâneo.

3 JORNALISMO E EMOÇÕES

*muita atenção
nas negociações
abrir mão
de certas partes
pode ser um perigo
(BORGES, 2019, p. 77)*

As perspectivas teóricas que apresentei ao longo do capítulo anterior permitiram que eu compreendesse alguns dos sentidos nos quais as estruturas e relações de poder moldam a produção do saber. Compreender o discurso da modernidade nesses termos é refletir não apenas sobre os seus ideais, mas sobre as relações de poder que são produzidas e mantidas a partir deles, sobre a forma como se manifestam na materialidade do mundo. As categorias predominantes do pensamento moderno são fundamentais, no contexto das condições históricas, econômicas e sociais da modernidade, para articular o aparato institucional sobre o qual a democracia se apoia e do qual faz parte o jornalismo. Isso não quer dizer, no entanto, que o jornalismo não exista para além dessas categorias ou que ele não possa subvertê-las, que não contenha um potencial transformativo.

Todo conhecimento compreende em si, pela impossibilidade da sua totalidade de apreensão, um aspecto contingente. As críticas de perspectivas feministas e decoloniais à modernidade se encontram nessa constatação: as categorias pelas quais o pensamento moderno opera, em especial a ênfase à racionalidade, à precisão, à quantificação e à apreensão objetiva do mundo precisam ser confrontadas com aquilo que não apenas as limita, mas também as completa e complexifica, que não pode ser subsumido a elas mas que não é, por isso, indesejável ou descartável. Se as premissas racionalistas e positivistas sobre as quais a modernidade é construída permitem pensar a construção de democracias baseadas na igualdade formal e no debate público, ao mesmo tempo, elas promovem um aparato político e institucional moldado para que essa igualdade seja *apenas* formal, não favorecendo ou possibilitando a superação de estruturas e relações de poder cuja constituição é marcada pela exclusão de sujeitos das instâncias de diálogo público e do usufruto de direitos.

A produção de conhecimento não passa ao largo desse contexto; quem pode produzir conhecimento e quais tipos de conhecimento são considerados válidos são questões cujas respostas são profundamente atravessadas pelas dinâmicas desiguais do exercício de poder na

sociedade. No que se refere ao jornalismo, são muitos os estudos que denunciam a permanência de discursos e práticas que contribuem para a manutenção da exploração e da exclusão (enraizadas em marcadores de raça, gênero, deficiência, sexualidade e classe) de diversos grupos sociais a partir do privilégio de um tipo de sujeito, discurso e organização social herdados das relações de poder e de saber escravocratas, coloniais e patriarcais que dão base às sociedades modernas.

Se a subjetivação é um componente central da forma como as desigualdades e opressões são socialmente reproduzidas, que respostas poderiam ser encontradas no âmbito da epistemologia ao enfatizar a subjetividade como componente das relações de poder sobre as quais o saber é produzido? Motivada por essa pergunta, percebi que se formulava uma suspeita no trajeto de pesquisa: de que as emoções, se tiradas de seu lugar de invisibilidade e colocadas em evidência na forma de conhecer do jornalismo, poderiam fornecer novas compreensões sobre as dinâmicas de saber-poder presentes nas práticas jornalísticas, aprofundar a compreensão do papel do jornalismo na manutenção de estruturas e relações de exploração e exclusão na sociedade e, ainda, fornecer novas ferramentas epistemológicas para o trabalho jornalístico. Essa suspeita parte da compreensão de que as emoções são parte indissociável do conhecimento, atravessando a forma como sujeitos percebem o mundo e o modo como se orientam nele.

O argumento de que a emoção é constitutiva do processo pelo qual ocorre o raciocínio, e pode ser benéfica a este em lugar de atrapalhá-lo, como aponta o estudo de António R. Damásio (2012), possui implicações para pensar sobre o jornalismo como forma de conhecimento. Para o autor,

o sistema de raciocínio evoluiu como uma extensão do sistema emocional automático, com a emoção desempenhando vários papéis no processo de raciocínio. Por exemplo, a emoção pode dar mais relevo a determinada premissa e, assim, influenciar a conclusão em favor dessa premissa. A emoção também auxilia no processo de manter na mente os vários fatos que precisam ser levados em consideração para chegarmos a uma decisão. (DAMÁSIO, 2012, posição 143).

Nesse sentido, e considerando portanto o raciocínio como processo que depende em grande parte da regulação de funções do corpo que é feita pelas emoções, é possível perceber a relevância de traçar, dentro dos estudos em jornalismo, uma discussão que tente compreender os efeitos das emoções no processo de aprendizagem. Isso é especialmente relevante quando há a expectativa de navegar pelos processos de apreensão e retenção de informações e tomada de decisões de forma socialmente responsável, porque o estudo do

papel das emoções em tais processos cognitivos amplifica seus efeitos positivos e controla os demais: “sem diminuir o valor da orientação das emoções normais, é natural que se queira proteger a razão da fraqueza que as emoções anormais ou a manipulação das emoções normais podem provocar no processo de planejamento e decisão” (DAMÁSIO, 2012, posição 1867).

Penso que as emoções, dentro do amplo espectro de processos e elementos que compõem a formação da subjetividade, são especialmente relevantes para pensar a questão da construção e legitimidade do conhecimento hoje, por questões inerentes às transformações na produção e no consumo de informação em ambientes midiáticos digitais. Quero desenvolver, ao longo deste capítulo, uma discussão a respeito das potencialidades de um desenho teórico do funcionamento das emoções no âmbito do jornalismo, com o objetivo de indicar quais questões poderiam ser aprofundadas e respondidas por uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento.

Na fase inicial do levantamento bibliográfico realizado como parte desta pesquisa, percebi que aquilo que eu compreendia por “emoções” designava um conjunto variado de significados, que se desdobrava em vários termos, cujas designações variavam, modificavam-se ou mesmo invertiam-se a depender de quem as pesquisasse. Assim, reuni como termos e expressões que poderiam designar, se não emoções propriamente, categorias análogas a elas, que também tinha a intenção de incluir no escopo da pesquisa: afetos, sentimentos, sensações, sensível, *pathos*. Por ora, utilizo “emoções” como termo que abarca todas essas categorias e, ao abordar pesquisas que façam uso de outros termos, os explicarei brevemente e os utilizarei para me referir a elas. Posteriormente, abordo uma concepção teórica de emoção que considero proveitosa para pensar sobre o jornalismo epistemologicamente.

Inicialmente, discuto aspectos gerais que justificam a relevância e pertinência da emoção como tema de pesquisa nos estudos em jornalismo, bem como, o porquê de esta ainda ser uma lacuna no campo. Em seguida, apresento as discussões de diversos trabalhos que se dedicam a aprofundar a compreensão do papel das emoções no jornalismo. A partir dessas discussões, que divido em três eixos (o trabalho emocional realizado por jornalistas; a emoção na construção dos acontecimento jornalísticos; a emoção na relação de jornalistas com seus públicos), proponho uma agenda de investigação em emoções e jornalismo com vistas a formular uma teoria do jornalismo como forma de conhecimento emocional.

3.1 UMA LACUNA NAS PESQUISAS EM JORNALISMO

A maioria dos estudos que busca aprofundar a compreensão das relações entre jornalismo e emoções concorda que há uma sub-representação do tema nas pesquisas em jornalismo (WAHL-JORGENSEN, 2020; KOTISOVA, 2019; HOPPER, HUXFORD, 2015; BECKETT, DEUZE, 2016). Para Mervi Pantti (2010), a relação entre jornalismo e emoção é atravessada pela posição que a profissão ocupa no modelo clássico de esfera pública, segundo a qual é papel do jornalismo fornecer "um instrumento de investigação objetiva e desapassionada e um fórum de discussão racional" (p. 169, tradução nossa). Nesse contexto, segundo a autora, apesar de não constituir um tema novo no campo, as emoções têm sido estudadas de forma seletiva, frequentemente em função de seu papel na mercantilização do jornalismo e na presença de "valores de entretenimento" ou "sensacionalismo" na imprensa (PANTTI, 2010, p. 169).

Tanto na pesquisa acadêmica quanto no debate público, a emotividade normalmente representa um declínio nos padrões do jornalismo e um desvio do papel social próprio do jornalismo; enquanto o jornalismo de "qualidade" informa e educa os cidadãos apelando para a razão, outros tipos de jornalismo se concentram em agradar seu público apelando para as emoções¹³ (PANTTI, 2010, p. 169, tradução nossa).

De forma similar, Karin Wahl-Jorgensen (2020) explica a pouca presença das emoções como objeto de estudo no jornalismo pela "adesão do jornalismo ao modelo de democracia liberal e ao ideal de objetividade a ele associado¹⁴" (p. 176, tradução nossa). Como parte do aparato institucional desse modelo de democracia, a imprensa é vista como responsável por prover informação politicamente independente sobre temas publicamente relevantes; diante dessa expectativa, a legitimidade da imprensa para exercer sua função social é atrelada à sua conformação com a objetividade jornalística enquanto valor e referência das práticas jornalísticas (WAHL-JORGENSEN, 2014, 2020).

Se, por um lado, a consolidação da ciência como autoridade para o saber na modernidade desafiou a soberania absolutista da nobreza e da Igreja, e o Renascimento e o Iluminismo introduziram no pensamento social a aposta no uso da razão e no usufruto de

13 *"Both in academic research and public debate, emotionality typically represents a decline in the standards of journalism and a deviance from journalism's proper social role; while 'quality' journalism informs and educates citizens by appealing to reason, other kinds of journalisms focus on pleasing their audiences by appealing to the emotions"* (PANTTI, 2010, p. 169).

14 *"The relative scarcity of research on emotion in journalism can, in large part, be attributed to journalism's allegiance to the model of liberal democracy, and the associated ideal of objectivity"* (WAHL-JORGENSEN, 2020, p. 176).

direitos pelos indivíduos, por outro lado, o pensamento político sempre foi desafiado pela indissociabilidade entre a razão e as paixões no exercício da cidadania e na participação política desses mesmos indivíduos (WAHL-JORGENSEN, 2014). O impasse entre a idealização de um sujeito cujo exercício político seja orientado pela razão derivada de uma opinião informada e a consciência de que o exercício político na prática não é desprovido de paixões, segundo Wahl-Jorgensen (2014), está cristalizado no modelo liberal de democracia, que tende a lidar com a impossibilidade de alienar-se das emoções por meio de processos de controle¹⁵. Disso resulta que

[...] o papel normativo do jornalismo deve ser visto pelas lentes de uma relação historicamente tensa entre, de um lado, ideais profissionais duradouros de uma profissão imersa em uma estrutura liberal democrática e, de outro, um reconhecimento conturbado da real inevitabilidade da emoção como uma característica que molda a vida cotidiana e o discurso público como ocorrem na mídia e através dela¹⁶. (WAHL-JORGENSEN, 2014, p. 3, tradução nossa)

A lacuna de estudos sobre as emoções no jornalismo é associada, em grande parte, à objetividade como valor legitimador das práticas jornalísticas. Wahl-Jorgensen (2020) explica que a “objetividade tem sido comumente compreendida nos termos da exclusão de valores da narrativa jornalística e tem sido frequentemente discutida como o polo oposto à emoção”¹⁷ (p. 176, tradução nossa); disso resulta que um jornalismo emocional é “frequentemente visto como uma ameaça aos padrões e ideais normativos do jornalismo”¹⁸ (p. 176, tradução nossa) e as emoções, quando estudadas pelo campo, geralmente o são como um desvio à norma, em detrimento de análises mais propositivas do papel que elas podem desempenhar no jornalismo (WAHL-JORGENSEN, 2014).

15 A tensão entre a forma ideal do discurso público e a emocionalidade das relações sociais do cotidiano a que Wahl-Jorgensen (2020) se refere já era ponto de debate para teóricas feministas que, nos anos 80, teciam críticas ao modelo habermasiano de esfera pública. Para elas, a discussão pública racional e desapaixonada que esse modelo objetiva é pensada para possibilitar um debate restrito, que contempla uma forma de discussão e temas de interesse de um grupo específico de sujeitos (aqueles favorecidos pela estrutura de poder na sociedade). Ao fundamentar-se na racionalidade desapaixonada e na divisão entre os âmbitos público e privado, esse ambiente público de discussão, de acordo com elas, promove a exclusão de sujeitos e assuntos considerados atravessados pela subjetividade e pelas emoções: no que interessa a esta pesquisa, especialmente questões relativas ao trabalho emocional e aos processos de formação da subjetividade (BENHABIB, 1987; YOUNG, 1987; FRASER, 1990; VALMORBIDA, 2017).

16 “*Thus, journalism’s normative role should be viewed through the lens of a historically tense relationship between, on the one hand, long-standing professional ideals of a profession steeped in a liberal democratic framework and, on the other hand, a troubled recognition of the actual inevitability of emotion as a feature shaping everyday life and public discourse as it takes place in and through the media*” (WAHL-JORGENSEN, 2014, p. 3).

17 “*Objectivity has commonly been understood in terms of the exclusion of values from the journalistic narrative and has been frequently discussed as the polar opposite of emotion*” (WAHL-JORGENSEN, 2020, p. 176).

18 “*When journalism is emotional, it is therefore often seen as a threat to the standards and normative ideals of journalism*” (WAHL-JORGENSEN, 2020, p. 176).

Na mesma linha de reflexão, Johana Kotisova (2019) argumenta que a objetividade ocupa uma posição central no conjunto de valores compartilhados entre jornalistas, e é frequentemente posta em prática a partir de, ou análoga a, conceitos como “[...] imparcialidade, neutralidade, equilíbrio, isenção, factualidade, distância e desinteresse, e a narrativa jornalística adequada tem sido associada à indiferença, despersonalização e passividade”¹⁹ (p. 2-3, tradução nossa). Ela aponta, ainda, que essa ideia de objetividade impera como norma profissional contra a própria percepção de jornalistas de como a emoção afeta suas práticas, de modo que sua presença no jornalismo é vista como uma falha; como se um produto ou um processo jornalístico, ao ser perpassado por emoções, deixasse de atingir aos padrões considerados adequados ao cumprimento de sua função social (KOTISOVA, 2019).

O modelo racional-crítico de esfera pública, de acordo com Sheng Zou (2020), “exclui e descarta muitas formas não racionais de engajamento cívico que podem contribuir potencialmente para a democracia”²⁰ (p. 231, tradução nossa). Para ele, “a concepção de um público desapassionado também está fora de sintonia com a realidade da produção e do consumo de notícias – as narrativas carregadas de emoção das notícias e o envolvimento afetivo do público”²¹ (ZOU, 2020, p. 231, tradução nossa). O autor argumenta que “a tecnologia digital favorece ainda mais a produção de notícias emocionais”²², em ambientes digitais marcados pela convergência de diferentes mídias com distintas lógicas de funcionamento e nos quais a circulação de emoções é constantemente incentivada e desejada (ZOU, 2020, p. 230, tradução nossa).

K. Megan Hopper e John E. Huxford (2015), ao abordar o constante esforço de gerenciamento de emoções imbuído nas práticas jornalísticas, afirmam que o jornalismo constitui um ponto de vista privilegiado para compreender os efeitos do trabalho emocional, porque seu exercício envolve, entre outros aspectos, o testemunho de conflitos, o constante contato com o público, a obtenção de informações que nem sempre as fontes desejam divulgar

19 “The core of journalistic professional ideology has been formed by the norm of objectivity, often equated with or operationalized by concepts such as impartiality, neutrality, balance, non-bias, factuality, non-interpretation, distance, and detachment, and proper journalistic narrative has been linked to indifference, depersonalization, and non-action” (KOTISOVA, 2019, p. 2-3).

20 “The Habermasian rational-critical public sphere precludes and discounts many non-rational forms of civic engagement that might potentially contribute to democracy” (ZOU, 2020, p. 231).

21 “The conception of a dispassionate public is also out of touch with the reality of news production and consumption—the emotion-laden news storytelling and audience’s affective engagement” (ZOU, 2020, p. 231).

22 “I argue that digital technology further facilitates emotional news production, as the circulation of affects and emotions is invited and encouraged in an increasingly net-worked (Heinrich 2011; Russell 2011) and hybrid media environment, where older media logics intersect with newer ones (Chadwick 2013)” (ZOU, 2020, p. 230).

e a cobertura de eventos propensos a suscitar emoções. Por outro lado, estudar o trabalho emocional é particularmente difícil no âmbito do jornalismo, argumentam, por uma percepção de que o gerenciamento das emoções e a própria subjetividade são um produto à venda e, também, porque jornalistas "são obrigados por empregadores e pela profissão como um todo a moldar essa identidade de trabalho aos ideais de distanciamento intelectual e emocional que a profissão codifica como "objetividade", com base em princípios apropriados da metodologia científica"²³ (HOPPER; HUXFORD, 2015, p. 25, tradução nossa). Ainda de acordo com Hopper e Huxford (2015), enquanto é possível encontrar pesquisas sobre o papel da emoção nas pesquisas de campo e seu impacto ao pesquisar temas sensíveis ou traumáticos, poucos estudos dedicam-se especificamente à presença e funcionamento da emoção no trabalho de jornalistas.

O crescimento, em especial na última década, de estudos sobre a relação entre jornalismo e emoções parte da percepção de que as últimas são indissociáveis da prática jornalística e, apesar disso, sua compreensão é ainda superficial.

Argumento, a partir das pesquisas até aqui apresentadas, que a objetividade, como recurso utilizado na prática de jornalistas e valor discursivo que legitima a profissão, opera como justificativa para a invisibilidade do papel da emoção na prática e epistemologia do jornalismo. Esse argumento é frequentemente contraposto com a necessidade de qualificar a compreensão da objetividade. Se, por um lado, compreendo que esse ideal de objetividade distante, passiva e desinteressada é apenas uma faceta possível para o conceito, penso que este é um argumento que contribui para o apagamento do reconhecimento das emoções no discurso e na prática jornalística.

Uma compreensão aprofundada da objetividade que a integre com a subjetividade é essencial como ferramenta para a epistemologia e prática jornalísticas mas, para além dela, o jornalismo carece de ferramentas teóricas e práticas que possibilitem a jornalistas o reconhecimento dos efeitos que as emoções têm sobre o seu exercício profissional e caminhos para que elas sejam incorporadas de formas positivas, mesmo quando contingentes. Argumento que o jornalismo é uma atividade profissional constituída a partir das emoções, e não apesar delas.

Um olhar atento para a forma como a emoção age no âmbito do jornalismo pode ser proveitoso, não apenas para questões perenes no jornalismo como a que diz respeito ao

23 "Along with the commodification of self-inherent in the concept of emotional labor, journalists are also required by their organization and the profession as a whole to mold that working identity to ideals of intellectual and emotional detachment that the profession codifies as 'objectivity,' with this based on principles appropriated from scientific methodology" (HOPPER, HUXFORD, 2015, p. 25).

trabalho emocional desempenhado por jornalistas ou às implicações epistemológicas de longa data na forma como o jornalismo tem lidado com a subjetividade como um todo, mas, também, por sua relevância para questões atuais relativas à posição que o jornalismo ocupa dentro das diversas formas de produção e circulação da informação em uso na atualidade e como ele se legitima diante delas. Para Charlie Beckett e Mark Deuze (2016), uma central questão para o jornalismo no presente é a manutenção de sua relevância e confiabilidade num ecossistema afetivo de mídia, sustentado por uma rede midiática ubíqua que se torna menos visível à medida que sua influência se torna mais forte e difusa, expandindo sua lógica de funcionalidade para todas as esferas da vida. Nessa rede, de acordo com os autores, a emoção atua como "princípio animador nas relações emergentes entre pessoas, notícias e os jornalistas em rede envolvidos"²⁴ (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 1, tradução nossa).

Beckett e Deuze (2016) apontam que uma série de transformações na mídia contribuíram para que a apreensão do mundo pelas pessoas passasse a ocorrer de forma mais pessoal e com maior envolvimento emocional. Os pesquisadores destacam, entre essas transformações, que as "mídias são hoje predominantemente portáteis e profundamente personalizadas"²⁵(p. 1, tradução nossa); elas são "sociais, no sentido de que as plataformas de redes sociais estão integrando cada vez mais sites autônomos – incluindo aqueles de organizações de notícias profissionais – em seus serviços"²⁶ (p. 1, tradução nossa); "à medida que nossa mídia se torna mais íntima, nos tornamos mais devotos aos nossos dispositivos e profundamente apegados às nossas atividades mediadas"²⁷ (p. 2, tradução nossa). Assim, a plataformização da rede e a personalização de dispositivos e mídias pelos quais as informações são acessadas contribuem para gerar relações de apego e engajamento com o público, conferindo um caráter afetivo a esse processo (BECKETT; DEUZE, 2016). Para os autores, "a questão-chave no âmago desse ambiente midiático e informativo ao mesmo tempo individualizado e em rede é a da conexão: como estabelecer e manter conexões com públicos

24 *"In this article, we will examine this intimacy through the dynamic role of emotion as an animating principle in the emerging relationships between people, news, and the networked journalists involved"* (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 1).

25 *"First of all, media are now predominantly mobile and profoundly personalized"* (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 1).

26 *"Furthermore, our media are social, in that social network platforms are increasingly integrating standalone websites – including those of professional news organizations – into their services, a process Anne Helmond (2015) aptly describes as the on-going platformisation of the Web"* (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 1).

27 *"As our media become more intimate, we get more devoted to our devices and deeply attached to our mediated activities"* (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 2).

vigilantes, com fontes confiáveis, bem como com potenciais colaboradores”²⁸ (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 2, tradução nossa).

O jornalismo é profundamente influenciado pela tecnologia, da mesma forma que é produzido sobre e a partir dela (BECKETT; DEUZE, 2016). As transformações que ocorrem no ambiente de produção, de consumo e de informação amplificam a necessidade de conexão e de criação de comunidades, aspectos mais e mais centrais para a construção de relações de confiança e credibilidade entre o jornalismo e seu público. Na configuração midiática atual, o jornalismo é ao mesmo tempo uma fonte de informação individualizada, cujo consumo é administrado e orientado pela mediação algorítmica das plataformas, e uma referência para que os indivíduos se situem em relação ao seu entorno, constantemente os conectando a imagens do mundo externo: Beckett e Deuze (2016) posicionam a emoção no centro das mudanças que atravessam os meios de comunicação na atualidade, porque é ela que "impulsiona os relacionamentos cada vez mais íntimos das pessoas com a tecnologia, estimula o engajamento com notícias e informações e inspira profissionais a seguir carreiras em um setor que oferece tudo, menos recompensas confiáveis" (p. 2, tradução nossa). Para eles,

À medida que o jornalismo e a sociedade mudam, a emoção está se tornando uma dinâmica muito mais importante na forma como as notícias são produzidas e consumidas. A ênfase na emoção como chave redefine a ideia clássica de objetividade jornalística – na verdade, está remodelando a própria ideia de notícia²⁹ (BECKETT, DEUZE, 2016, p. 2, tradução nossa).

A relevância da emoção para as práticas jornalísticas começa a ter reconhecimento nos estudos em jornalismo, mas ainda há lacunas e diversas abordagens a serem exploradas, em especial considerando o ponto de vista específico do jornalismo no Brasil. A partir de estudos sobre a relação entre jornalismo e emoção com distintos enfoques, abordo, a seguir, uma série de questões que acredito que podem ser respondidas por uma agenda de pesquisa específica dentro do jornalismo, com especial atenção para o que defendo que pode ser construído como um desenho teórico do jornalismo como forma de conhecimento emocional.

28 “The key issue at the heart of this at once individualized and networked media and news environment is that of connection: how to establish and maintain connections with attentive publics, with reliable sources, as well as with potential collaborators” (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 2).

29 “As journalism and society change, emotion is becoming a much more important dynamic in how news is produced and consumed. Emphasizing emotion as the key redefines the classic idea of journalistic objectivity – indeed, it is reshaping the idea of news itself” (BECKETT, DEUZE, 2016, p. 2).

3.2 O TRABALHO EMOCIONAL DESEMPENHADO POR JORNALISTAS

O trabalho jornalístico e, em especial, a produção de notícias, é perpassada de distintas formas pelas emoções. Elas podem ser gerenciadas por jornalistas, por editoras/es, suprimidas, alargadas, direcionadas e, por vezes, o são de forma implícita ou mesmo inconsciente. Tais formas de gerenciamento das emoções são importantes para muitas das atividades que jornalistas desempenham, perpassando a criação e manutenção de vínculo com os públicos, o relacionamento com as fontes, a construção discursiva dos acontecimentos e o processo cognitivo que a sustenta, a cobertura de eventos e, em especial, de eventos traumáticos, bem como, a capacidade de jornalistas de lidar com demandas da profissão e as consequências que as condições de trabalho têm sobre as suas vidas.

Diversas pesquisas têm contribuído para evidenciar de que formas jornalistas lidam com aspectos emocionais de seu trabalho e quais os efeitos, resultados e consequências desses processos. Um importante conceito para essa discussão é o de “trabalho emocional”, a partir do qual Arlie Russell Hochschild (2012) define “o gerenciamento dos sentimentos para criar uma exibição facial e corporal publicamente observável” que “é vendido por um salário e, portanto, tem valor de troca”³⁰ (p. 7, tradução nossa). De acordo com ela, esse tipo de trabalho “requer de quem o faz que induza ou reprima sentimentos a fim de sustentar o semblante externo que produz o estado de espírito adequado nos outros”³¹ (HOCHSCHILD, 2012, p. 7, tradução nossa).

Hochschild (2012) atenta para a transformação das emoções em commodities e para as possíveis consequências que a exigência de performances emocionais representa para trabalhadoras/es. De acordo com a pesquisadora, as emoções são capazes de comunicar informações e permitir às pessoas que se situem no mundo; elas não se localizam dentro das pessoas, mas são formadas ao longo da tentativa de sujeitos de sentir aquilo que os está movendo ou que tentam compreender: “ao gerenciar sentimentos, nós contribuimos para a sua criação”³² (HOCHSCHILD, 2012, p. 18, tradução nossa). Essa perspectiva vai ao encontro de outras concepções sobre a emoção presentes nas pesquisas em jornalismo, que atribuem a ela um caráter social, que envolve a apreensão cultural das emoções, o compartilhamento de

30 “I use the term emotional labor to mean the management of feeling to create a publicly observable facial and bodily display; emotional labor is sold for a wage and therefore has exchange value” (HOCHSCHILD, 2012, p. 7).

31 “This labor requires one to induce or suppress feeling in order to sustain the outward countenance that produces the proper state of mind in others—in this case, the sense of being cared for in a convivial and safe place” (HOCHSCHILD, 2012, p. 7).

32 “In managing feeling, we contribute to the creation of it” (HOCHSCHILD, 2012, p. 18).

sentidos que elas possibilitam e até mesmo a relação que permite aos sujeitos identificarem a si mesmos e simultaneamente se diferenciarem do seu entorno. Nas palavras de Hochschild (2012), “o que nós consideramos intrínseco ao sentimento ou à emoção pode ter sido desde sempre moldado à forma social e utilizado para fins cívicos”³³ (p. 18, tradução nossa).

O trabalho emocional, para Hochschild (2012), de forma similar ao trabalho físico, pode resultar na alienação do aspecto de si que é apropriado e explorado pelo trabalho (nesse caso, a própria subjetividade): “esse tipo de trabalho requer uma coordenação entre mente e sentimento, e é às vezes sustentado por uma parte do eu que honramos como profunda e integral à nossa individualidade”³⁴ (p. 7, tradução nossa). A autora explica que o gerenciamento das emoções, antes relevante para a regulação das relações numa esfera privada, passou a ser capitalizado e vendido na forma de trabalho (especialmente em funções que exigem constante contato com o público). Disso resulta que as interações emocionais antes possíveis e particulares no âmbito das relações privadas, quando transportadas às relações públicas de caráter comercial, se tornam compulsórias e padronizadas, bem como, mais frequentes; em outras palavras, “um sistema emocional privado foi subordinado à lógica comercial e foi modificado por ela”³⁵ (HOCHSCHILD, 2012, p. 186, tradução nossa). Essa transformação não é sem consequências.

Hochschild (2012) identifica três atitudes distintas que trabalhadoras/es desenvolvem nesse contexto: a) a primeira compreende uma identificação profunda com o trabalho que tem por característica mais notável a dificuldade de desvincular a performance emocional desempenhada no trabalho da própria personalidade, de modo que as respostas emocionais às situações de trabalho e da vida privada se confundem, gerando esgotamento e a possibilidade de burnout; b) a segunda consiste na estratégia em que a pessoa cria uma diferenciação entre si e o próprio trabalho, que diminui os riscos de burnout mas pode estar associada à sensação de culpa por essa diferenciação, gerando na pessoa a sensação de que sua performance é falsa; c) a terceira, em que há uma separação entre a pessoa e o próprio trabalho e a ausência de culpa por essa divisão, é caracterizada pela percepção de que o trabalho exige uma atuação para cumprir com a performance emocional e esta perspectiva pode, por sua vez, gerar uma postura cínica em que a pessoa percebe o próprio trabalho como um artifício ou uma ilusão.

33 “If this is so, what we think of as intrinsic to feeling or emotion may have always been shaped to social form and put to civic use”(HOCHSCHILD, 2012, p. 18).

34 “This kind of labor calls for a coordination of mind and feeling, and it sometimes draws on a source of self that we honor as deep and integral to our individuality” (HOCHSCHILD, 2012, p. 7).

35 “All in all, a private emotional system has been subordinated to commercial logic, and it has been changed by it” (HOCHSCHILD, 2012, p. 186).

O trabalho emocional significa menos o surgimento de uma habilidade cognitiva, a de gerenciar emoções, do que a sua transformação em produto. As emoções são, especialmente hoje, um insumo indispensável para uma indústria midiática cuja economia gira em torno de capturar a atenção das pessoas e provocar reações emocionais que possam ser convertidas em consumo. Mesmo diante de sua importância e das profundas consequências que pode ter na vida de trabalhadoras/es, o trabalho emocional, quando conceituado por Hochschild (2012) em 1985 e, no que se refere ao jornalismo, ainda hoje, permanece relativamente negligenciado: “essas dificuldades, como os custos que as fazem necessárias, permanecem em grande parte invisíveis porque o tipo de trabalho que as origina – o trabalho emocional – raramente é reconhecido por aqueles que nos dizem o que é o trabalho”³⁶ (p. 197, tradução nossa).

Entre os estudos que procuram compreender o trabalho emocional presente no jornalismo, está o de K. Megan Hopper e John E. Huxford (2015), mencionado anteriormente. A partir da análise de entrevistas realizadas com repórteres de jornais impressos e portais online, Hopper e Huxford (2015) constatam que, ainda que não conhecessem a expressão “trabalho emocional” previamente, todas as pessoas que responderam à pesquisa indicaram que o haviam realizado e que o fizeram de forma consciente. A escolha por engajar-se em trabalho emocional, de acordo com as respostas, não era resultado de uma demanda organizacional, mas do entendimento de que esse era o comportamento profissional adequado. A pesquisa aponta duas motivações para isso: de um lado, jornalistas consideravam que um desempenho profissional estava relacionado a cumprir os parâmetros ditados pela objetividade; de outro, afirmavam que empregavam a supressão de emoções como técnica para facilitar o trabalho, evitando se sobrecarregarem com suas emoções ao realizarem suas funções de trabalho (HOPPER; HUXFORD, 2015). Para parte das e dos jornalistas, a adesão a uma postura objetiva era um comportamento limitado à aparência e à exteriorização; para outros, no entanto, a objetividade havia se imposto como crença ideológica na forma como percebiam o seu trabalho; esta última postura reforça que “o trabalho emocional em que os entrevistados estavam envolvidos se torna intimamente ligado às suas identidades como profissionais” (HOPPER; HUXFORD, 2015) p. 33, tradução nossa).

Duas formas distintas de lidar com as emoções na profissão são identificadas nas respostas às entrevistas: a) estabelecer um distanciamento emocional entre si e as fontes e eventos reportados; b) tentar reconhecer as emoções e permitir que façam parte das histórias

36 “*These struggles, like the costs that make them necessary, remain largely invisible because the kind of labor that gives rise to them – emotional labor – is seldom recognized by those who tell us what labor is*” (HOCHSCHILD, 2012, p. 197).

sem fomentar um envolvimento demasiado profundo, transitando por uma linha tênue de equilíbrio emocional (HOPPER; HUXFORD, 2015). Quanto à última, Hopper e Huxford (2015) apontam que “decidir onde essa linha se situava e a dificuldade em manter esse equilíbrio claramente afetaram a forma de reportar desses jornalistas de várias maneiras, incluindo como agir ao lidar com fontes e quanto investimento pessoal colocar em uma história” (p. 34, tradução nossa).

A ausência de treinamento explícito e formal a respeito de como lidar com as emoções no exercício das funções implicava, para as e os jornalistas que responderam à pesquisa, aprender como fazê-lo ao observar colegas de profissão; um aprendizado que, de acordo com as respostas, ocorre rapidamente (HOPPER; HUXFORD, 2015). A questão é explorada também em outra pesquisa, na qual Hopper e Huxford (2017) investigam como os textos utilizados como referência em disciplinas introdutórias em cursos de jornalismo abordam a emoção no âmbito da profissão³⁷. Nesse estudo, constatam que tais textos, apesar de discutirem detalhadamente questões relativas ao controle das circunstâncias externas de atuação de jornalistas, são pouco instrutivos no que se refere à dimensão interior da atuação profissional:

[...] quando esses textos voltam sua atenção às técnicas de controle interior das próprias emoções do jornalista, a história é muito diferente. Aqui parecia haver uma presunção de que tal manipulação e supressão, mesmo de estados emocionais-cognitivos complexos e conflitantes, ocorre naturalmente para jornalistas iniciantes, com pouca orientação sobre como tais estados podem ser alcançados³⁸. (HOPPER; HUXFORD, 2017, p. 103, tradução nossa).

A questão é complexificada, voltando à pesquisa anterior de Hopper e Huxford (2015), porque as entrevistas realizadas revelam o foco no trabalho e a supressão emocional por ele facilitada como estratégia de enfrentamento da carga emocional envolvida na profissão, o que é problemático pela constatação dos autores de que a supressão emocional de que jornalistas são capazes é limitada. Isso quer dizer que, enquanto a maioria das e dos respondentes do estudo e pesquisas publicadas utilizam termos como "supressão" e "controle" das emoções para se referir ao trabalho emocional, “normalmente, o processo é de adiamento da emoção

37 Nessa pesquisa, Hopper e Huxford (2017) não deixam claro o critério a partir do qual definem que os textos abordados são os mais utilizados, ou para qual local essa seleção se aplica. A autora e o autor explicam, contudo, que a seleção dos textos foi feita a partir de um contato com equipes de vendas de editoras líderes na publicação de livros didáticos de cursos de jornalismo (as editoras contatadas têm base nos Estados Unidos e na Inglaterra).

38 “Yet when these texts turn their attention to techniques for inner control of the journalist’s own emotions, the story is very different. Here there appeared to be a presumption that such manipulation and suppression, even of complex and conflicting emotional-cognitive states, comes naturally to the budding journalist, with little guidance on how such states might be achieved” (HOPPER; HUXFORD, 2017, p. 103).

em vez de supressão de longo prazo, com nossos entrevistados sentindo a força dessa emoção uma vez que ‘o trabalho foi feito’³⁹ (HOPPER; HUXFORD, 2015, p. 36, tradução nossa).

O impacto das emoções postergadas, para Hopper e Huxford (2015), pareceu ser diminuído diante de estratégias de enfrentamento capazes de auxiliar na integração entre sentimentos e valores pessoais com a postura profissional. A autora e o autor argumentam, nesse sentido, em favor de treinamento específico para lidar com o trabalho emocional envolvido nas funções jornalísticas e posturas ativas por parte das empresas em prover assistência, sugerindo como possibilidade ainda a formalização de grupos voltados ao auto-suporte de jornalistas. Em contrapartida, quando essa integração entre valores pessoais e profissionais não ocorre, de acordo com Hopper e Huxford (2015), o impacto emocional resultante do deferimento das emoções pode ser intenso, resultando inclusive em uma fratura entre a identidade profissional e pessoal em situações de prolongado afastamento das emoções: “[...] não surpreende que alguns dos nossos entrevistados expressaram espanto e um certo grau de desgosto pela forma como puderam “aprimonar” suas emoções durante esse período”⁴⁰ (HOPPER; HUXFORD, 2015, p. 37, tradução nossa). As respostas à pesquisa indicaram, ainda, ser comum a jornalistas a automedicação na tentativa de lidar com sentimentos indesejados, frequentemente recorrendo ao consumo de álcool. Há também relatos que indicam que os jornalistas recorrem uns aos outros para suporte ao lidar com sobrecarga emocional. Outra afirmação alarmante para os autores é a admissão, por parte de entrevistados, de “sentimentos de culpa duradouros e até de ódio de si mesmos que eram, para alguns, os efeitos persistentes desse tipo de trabalho emocional agudo”⁴¹ (p. 38, tradução nossa).

A pesquisa realizada por Mervi Pantti (2010) a partir de entrevistas com jornalistas que trabalham em canais de televisão na Finlândia e Holanda faz eco a Hopper e Huxford (2015) ao apontar a presença expressiva de emoções no trabalho jornalístico. A autora dedica-se a compreender como o conjunto de jornalistas que participa da pesquisa percebe o papel das emoções no jornalismo e a “emocionalização das notícias”. Para as e os respondentes da pesquisa, as emoções não desempenham um papel negativo no jornalismo e podem ser benéficas a depender da maneira como são utilizadas; tampouco é sugerida a associação entre

39 “Typically, the process is one of deferment of emotion rather than long-term suppression, with our respondents feeling the force of that emotion once ‘the job was done’” (HOPPER; HUXFORD, 2015, p. 36).

40 “Under these circumstances, it is unsurprising that some of our respondents expressed surprise and a degree of disgust at the way they could ‘lock away’ their emotions during this period” (HOPPER; HUXFORD, 2015, p. 37).

41 “More troubling still are our respondents’ admissions of long-term guilt and even self-hatred that were, for some, the lingering effects of this type of acute emotional labor” (HOPPER; HUXFORD, 2015, p. 38).

a qualidade ou decadência dos padrões e a presença ou ausência de emocionalidade nas reportagens (PANTTI, 2010).

A percepção desse grupo de jornalistas parece indicar uma abertura maior às emoções e ao seu lugar nas notícias do que a encontrada nos relatos analisados por Hopper e Huxford (2015), nos quais as emoções eram majoritariamente compreendidas em termos de sua supressão, dada a explicação de Pantti (2010) de que as respostas obtidas em sua pesquisa sugerem a percepção do jornalismo como uma “janela para o mundo”, na qual as emoções não poderiam estar ausentes precisamente porque estão imbuídas na vida cotidiana e são fundamentais à vida das pessoas. O que não quer dizer, no entanto, que tivessem uma postura favorável à “emocionalização das notícias”, no sentido de que a maior parte das respostas obtidas por Pantti (2010) aponta para uma percepção restrita da extensão que as emoções podem ocupar no noticiário. O bom uso das emoções no jornalismo, para as e os jornalistas que participaram da pesquisa, implica respeitar critérios como: a pertinência das emoções reportadas para contar a história em questão; sua autenticidade; a sua manifestação a partir das fontes; sua excepcionalidade, imprevisibilidade, ou sua relevância como expressão coletiva.

De forma talvez paradoxal, mesmo acreditando que as emoções são parte inevitável da vida cotidiana das pessoas, o grupo de jornalistas entrevistado por Pantti (2010) acredita que as próprias emoções não devem fazer parte das notícias que reportam, rejeitando a conexão entre uma maior abertura à emocionalidade nas notícias e a possibilidade de jornalistas demonstrarem engajamento emocional com os eventos que reportam. Assim, na visão dessas e desses jornalistas, as emoções nas notícias deveriam ficar restritas às manifestações das fontes (PANTTI, 2010).

Alguns jornalistas holandeses deram o exemplo de um “envolvimento emocional desviante” por um correspondente da NOS⁴² que, enquanto reportava ao vivo de Belgrado em 1999, mostrava sinais de aflição e usava uma insígnia de protesto contra os bombardeios da OTAN. Ao expressar sua aversão geral por “repórteres chorando”, os jornalistas se referiram aos valores jornalísticos centrais de objetividade e distanciamento, que ordenam que os jornalistas ignorem seus sentimentos pessoais: “Eu realmente não entendo como um jornalista pode parecer chateado ao reportar, porque tudo começa pelo fato de não nos comprometermos com nada” (editor-chefe, MTV3⁴³)⁴⁴. (PANTTI, 2010, p. 176, tradução nossa)

42 NOS é a sigla para *Nederlandse Omroep Stichting* (Fundação Holandesa de Radiodifusão, em português), uma rede de rádio e televisão pública da Holanda.

43 Canal privado de televisão finlandês.

44 “Some Dutch journalists gave the example of a ‘deviant emotional involvement’ by an NOS correspondent who, while reporting live from Belgrade in 1999, was showing distress and wearing a protest badge against NATO bombing. When expressing their general dislike for ‘crying reporters’, the journalists referred to the core journalistic values of objectivity, and detachment, which commands journalists to ignore their personal feelings: ‘I really do not understand how a journalist could look upset while reporting because it all starts

Apesar de não utilizar o conceito de trabalho emocional, a pesquisa de Pantti (2010) indica, assim como a de Hopper e Huxford (2015), o seu uso no jornalismo, especialmente no sentido da supressão ou deferimento das próprias emoções por parte de jornalistas. Com base nas entrevistas realizadas, Pantti (2010) explica que “em todas as redações, visões tradicionais do jornalismo, baseadas nos binários razão/emoção e informação/entretenimento, estavam presentes”⁴⁵ (p. 180, tradução nossa). Um exemplo disso é a distinção empregada pelas e pelos jornalistas entre emoções autênticas e artificiais, que parece estar centrada num ideal de objetividade que atribui ao jornalismo um lugar de observação neutra e passiva, uma vez que as emoções autênticas, nesse caso, são as emoções não provocadas, que surgem naturalmente a partir das fontes (Pantti, 2010). Contudo, ao passo que essas e esses jornalistas afirmam não ser sua função influenciar ou conduzir as emoções de modo a suscitar determinadas respostas, Pantti (2010) argumenta que “a discussão dos jornalistas sobre ética e distanciamento emocional mostra que a ‘gestão’ das emoções públicas faz parte do cotidiano do trabalho jornalístico, mesmo que não seja rotulada como tal”⁴⁶ (PANTTI, 2010, p. 179, tradução nossa).

Outra situação que permite pensar o trabalho emocional no contexto de jornalismo, ainda de acordo com a pesquisa de Pantti (2010), é a gestão emocional aprendida no contexto prático da profissão no que tange ao relacionamento com as fontes, que muitas vezes são vítimas ou estão passando por situações de tensão ou vulnerabilidade. Nesse sentido, de acordo com a autora, “além de detectar uma mudança no uso da emoção, da ausência à aceitação, os jornalistas também retrataram um tipo diferente de mudança no sentido de exercer mais cautela e sensibilidade ao lidar com emoções”⁴⁷ (PANTTI, 2010, p. 173, tradução nossa). É possível depreender dessa constatação que o trabalho emocional atrelado às práticas jornalísticas não envolve apenas a supressão das emoções ou o seu adiamento; também é contemplado pelo desenvolvimento da sensibilidade e pelo estabelecimento de posturas adequadas para lidar com situações de distintas cargas emocionais.

from the fact that we do not commit ourselves to anything’ (editor-in-chief, MTV3)” (PANTTI, 2010, p. 176).

45 “Moreover, within all newsrooms, traditional views of journalism, based on the reason/emotion and information/entertainment binaries, were present” (PANTTI, 2010, p. 180).

46 “And, of course, journalists’ discussion of ethics and emotional distance shows that the ‘management’ of public emotions is very much part of daily news work, even if it is not labelled as such” (PANTTI, 2010, p. 179).

47 “Besides detecting a change in the use of emotion, from abstinence to acceptance, journalists also depicted a different type of change towards exercising more cautiousness and sensitivity when dealing with emotions” (PANTTI, 2010, p. 173).

Falando no contexto da cobertura de desastres e acidentes, alguns jornalistas enfatizaram a diferença entre suas práticas anteriores, eticamente suspeitas, e sua compreensão atual das consequências negativas da exposição emocional completa. Parece que os jornalistas, que muitas vezes são acusados de aumentar o sofrimento das vítimas de traumas, internalizaram a mensagem da necessidade de ter compaixão ao coletar e divulgar informações. Nem tudo que é aprendido é relatado⁴⁸. (PANTTI, 2010, p. 173, tradução nossa)

Outro componente que pode intensificar o trabalho emocional por parte de jornalistas diz respeito às coberturas de catástrofes e desastres naturais nas próprias comunidades. Essa foi uma das constatações do estudo de Gretchen Dworzniak-Hoak (2020), que entrevistou jornalistas que participaram da cobertura do furacão Harvey para compreender o tipo de trabalho emocional demandado pela situação. Entre os fatores que devem ser levados em conta na cobertura de situações como essa, estão o tensionamento entre a distância dos acontecimentos e a necessidade de uma reação empática com o sofrimento das vítimas; o estresse advindo da tentativa de suprimir as muitas emoções provocadas por essas situações para evitar que transpareçam nas reportagens; o entrelaçamento das esferas pessoal e profissional de jornalistas locais que são confrontados com a expectativa, de um lado, de prover informações e de manter uma postura e desempenho profissionais e, de outro, a preocupação advinda dos laços comunitários com as vítimas e locais e potencialmente de perdas e impactos pessoais como consequência dos eventos que estão reportando (DWORZNIK-HOAK, 2020).

A autora se apoia na literatura sobre trabalho emocional que o divide em três facetas: a) atuação superficial, que compreende a modulação das emoções exteriorizadas para exibir um comportamento considerado adequado à situação sem agir sobre as emoções interiores; b) atuação profunda, que significa a tentativa de transformar as próprias emoções, e não apenas a sua demonstração, de modo a adequar sentimentos interiores à situação; c) gestão da manifestação de emoções genuínas.

No primeiro caso, o peso do trabalho emocional reside no esgotamento emocional que pode provocar "devido à desconexão entre as emoções que estão sendo sentidas e as emoções que estão sendo expressas" (DWORZNIK-HOAK, 2020, p. 2, tradução nossa). Nesse contexto, segundo a autora, a atuação superficial aparece, por exemplo, quando jornalistas tentam lidar com jornadas de trabalho extensas, focadas no contato com as vítimas, que culminam numa sobrecarga emocional à qual tentam suprimir diante da pressão de manter o

48 *"Speaking in the context of disaster and accident reporting, some journalists emphasized the difference between their previous, ethically suspect practices and their present awareness of the negative consequences of full emotional disclosure. It seems that the journalists, who are often accused of adding to the suffering of victims of trauma, have internalized the message of the need to have compassion when gathering and disseminating information. Not everything that is learned is reported"* (PANTTI, 2010, p. 173).

ritmo de trabalho sem se queixar; as e os jornalistas também afirmaram produzir emoções esperadas num contexto ou assumir determinados papéis em interações para conseguir acesso a histórias.

No segundo, porque as emoções exteriorizadas são "resultado da conversa interna e de trabalhar os sentimentos, a fim de induzir em si a emoção necessária" (p. 2, tradução nossa). A atuação profunda é denotada por relatos de jornalistas que tentam ressignificar o trabalho emocional ao enfatizar a necessidade de que as histórias sejam contadas; a percepção de que seu trabalho pode ajudar as vítimas permite que essas e esses jornalistas percebam o peso emocional de seu trabalho a partir das consequências positivas que ele pode provocar. Da mesma forma que nos relatos analisados por Pantti (2010), há aqui o indicativo de um aprendizado no âmbito da sensibilidade, quando jornalistas afirmam desenvolver a percepção de que minimizar sentimentos de aflição no momento de uma entrevista é tão importante quando obter uma história: "esse tipo de atuação profunda parecia servir como uma maneira poderosa de mudar a forma como os participantes se sentiam em relação aos encontros com as vítimas, bem como ver o custo emocional como uma consequência válida"⁴⁹ (DWORZNIK-HOAK, 2020, p. 9, tradução nossa).

Mesmo no terceiro caso, o trabalho emocional está presente no esforço exigido "para assegurar que a manifestação está de acordo com as expectativas circunstanciais e organizacionais" (p. 2, tradução nossa). No que se refere à gestão da demonstração de emoções genuínas, a autora também percebe a tendência à supressão das próprias emoções por parte de jornalistas, mesmo quando a postura para com as emoções das vítimas é de abertura e acolhimento: "participantes descreveram manejar suas emoções reprimindo suas reações quando cobrindo histórias e então chorar no carro no caminho de volta à redação ou à noite no telefone com familiares e amigos"⁵⁰ (p. 10, tradução nossa). Equilibrar a vida profissional com a pessoal é uma questão significativa em contextos de desastres, especialmente para jornalistas locais, que se dividem entre a responsabilidade de cumprir com a demanda de trabalho e a preocupação com sua família e com seu lar. Ainda assim, de acordo com Dworznik-Hoak (2020), "independentemente do cenário que tenha provocado um

49 "This type of deep acting seemed to serve as a powerful way to change how participants were feeling about the encounters with victims, as well as see the emotional toll as a worthwhile consequence" (DWORZNIK-HOAK, 2020, p. 9).

50 "Participants described managing their emotions by holding in their reactions while on stories and then crying in the car on the way back to the newsroom or crying in the evenings on the phone with relatives and friends" (DWORZNIK-HOAK, 2020, p. 10).

conflito entre o pessoal e o profissional, ficou claro que a identidade profissional tinha prioridade”⁵¹ (p. 11, tradução nossa).

A pesquisa de Dworzniak-Hoak (2020) faz coro às de Pantti (2010) e Hopper e Huxford (2015) ao identificar na objetividade um valor que parece dificultar a abordagem das emoções no trabalho jornalístico. De acordo com a autora, tragédias como desastres naturais frequentemente demandam uma abordagem solidária e empática no contato com as vítimas e, nesse contexto,

[...] essa restrição emocional esperada tem o potencial de colocar uma carga psicológica desnecessária nos repórteres enquanto negociam a tensão entre a distância emocional exigida por sua profissão e a conexão emocional que deve ser gerada para entrevistar os traumatizados⁵². (DWORZNIK-HOAK, 2020, p. 12-13, tradução nossa)

Nos dias que antecederam o furacão Harvey, participantes da pesquisa relataram sentimentos de ansiedade e temor por sua segurança, que foram contrapostos pelo temor às reações de colegas e superiores caso decidissem evacuar e não participassem da cobertura. Nos dias que se seguiram à chegada do furacão na região, somaram-se os sentimentos de exaustão, frustração e sobrecarga, e repórteres apresentavam indícios de depressão. Mesmo diante dessa intensa carga emocional, acompanhada de semanas de trabalho sem folga e jornadas extensas, essas e esses jornalistas afirmaram não se sentirem confortáveis para comunicar essas emoções (DWORZNIK-HOAK, 2020): “esse sentimento parece corroborar a ideia da cultura machista do jornalismo que sugere suprimir a angústia para não ser percebido como fraco ou incapaz de fazer seu trabalho”⁵³ (p. 13, tradução nossa).

Dworzniak-Hoak (2020) argumenta que a diferença entre a forma como jornalistas realmente se sentiam e a forma como acreditavam que, profissionalmente, era esperado que agissem e os sentimentos que deveriam demonstrar teve um peso psicológico que, segundo a autora, “sugere que as expectativas profissionais para as emoções no jornalismo e na cultura jornalística talvez precisem ser repensadas, especialmente durante extensas coberturas de

51 “Whatever the scenario that created the clash between the personal and professional, it was clear that professional identity was given the priority” (DWORZNIK-HOAK, 2020, p. 11).

52 “Therefore, in the context of disasters and other large-scale crises, this expected emotional constraint has the potential to put an unnecessary psychological burden on reporters as they negotiate the tension between the emotional distance required by their profession and the emotional connection that must be generated in order to interview the traumatized” (DWORZNIK-HOAK, 2020, p. 12-13).

53 “This feeling appears to support the idea of the macho culture of journalism which suggests suppressing distress in order not to be perceived as weak or unable to do their job (Kotisova 2019)” (DWORZNIK-HOAK, 2020, p. 13).

eventos traumáticos e desastres”⁵⁴ (p. 2, tradução nossa). Outras frentes pelas quais esse problema deve ser encarado, segundo a pesquisa, compreendem o desenvolvimento de planos de cobertura de desastres que envolvam horários definidos com folgas previstas e períodos de afastamento da cobertura de eventos traumáticos; mudanças organizacionais que fomentem posturas de compartilhamento e acolhimento das emoções nas redações; treinamento especializado para lidar com o trabalho emocional, que forneça a jornalistas ferramentas para lidar com a carga emocional do trabalho de modo a reduzir o dano psicológico, tomar melhor conhecimento das próprias emoções e aprender como processá-las (DWORZNIK-HOAK, 2020).

3.3 A EMOÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

O investimento emocional presente no jornalismo é investigado não apenas do ponto de vista do trabalho exercido por jornalistas sobre as próprias emoções mas, também, ao perguntar de que forma as emoções atuam na forma como jornalistas apuram e produzem os acontecimentos que reportam. A emoção, nesse contexto, é compreendida em função da importância epistemológica que possui para o jornalismo, constituindo parte inseparável do processo cognitivo de apreender a realidade e ordená-la no texto jornalístico.

A presença de elementos de caráter emocional nas notícias é indicada por estudos que investigam os efeitos de patemização no discurso jornalístico. Paulo César de Souza (2011), Adélia Barroso Fernandes (2012) e Caroline Lourenço Monteiro (2015) identificam, ao analisar notícias publicadas em distintos jornais impressos, o uso de estratégias que buscam não apenas interessar o público e fidelizá-lo, como também conduzir leitores na produção de sentido a partir das mensagens veiculadas.

Partindo do entendimento de que as emoções são intrínsecas ao processo de tomada de decisões racionais e de que são fundamentais para a construção de sentidos compartilhados entre jornalistas e seu público, Débora Lapa Gadret (2016) argumenta que a emoção organiza a construção do enquadramento das reportagens de televisão. A autora primeiro define o enquadramento como principal elemento organizador da reportagem, construído a partir de quadros de significado que evocam sentidos culturalmente compartilhados, que auxiliam jornalistas e público a ordenar os fluxos de informação aos quais têm acesso. O enquadramento, então, é formulado a partir de conhecimentos prévios que, segundo Gadret

⁵⁴ “*These findings suggest that professional expectations for emotions in journalism and the journalistic culture may need to be rethought, especially during extended coverage of trauma and disaster*” (DWORZNIK-HOAK, 2020, p.2).

(2016) orientam os processos pelos quais jornalistas selecionam determinados aspectos da realidade que julgam relevantes, o que implica a exclusão de outros, para a construção do acontecimento e os ordenam no texto jornalístico conforme a sua importância para a interpretação formada. Desse modo, a construção do enquadramento se dá “por meio da definição de um problema, da sua interpretação causal, de uma avaliação moral e/ou recomendação de tratamento” (GADRET, 2016, p. 64).

Gadret (2016) analisa reportagens televisivas veiculadas no Jornal Nacional para compreender de que forma a emoção constitui o discurso jornalístico, e o faz a partir da compreensão de que as emoções são, a um mesmo tempo, formadas por processos biológicos, produto das relações cotidianas e aprendidas culturalmente. Sua análise toma os estudos de Paul Ekman (2011) como base, nos quais o autor propõe um conjunto de emoções cuja manifestação responde a um padrão universal: tristeza, raiva, surpresa, medo, aversão, desprezo e alegria são identificadas pelo autor como emoções que podem ser percebidas em humanos independentemente da cultura de que fazem parte e podem ser lidas a partir das expressões faciais, ainda que estejam sujeitas a padrões de demonstração distintos que podem ser culturalmente estabelecidos.

Para a autora, a avaliação moral operada por jornalistas ao propor o enquadramento de acontecimentos em textos jornalísticos tem como elemento central a emoção. Gadret (2016) enfatiza que as qualidades estéticas da televisão acionam emoções distintas, em função das quais são construídos os sentidos que atribuem valor aos acontecimentos, conformando o seu enquadramento.

Nessa construção discursiva, diferentes emoções são acionadas pelas várias dimensões das qualidades estéticas, que dependem dos processos e das rotinas produtivas do jornalismo, dos saberes de crença da comunidade na qual estão inseridos e dos preceitos institucionais dos veículos. (GADRET, 2016, p. 169)

A relevância da avaliação moral que configura o enquadramento e que está assentada sobre as emoções evocadas na sua interpretação consiste, para Gadret (2016), em que “o reconhecimento das situações reportadas no telejornalismo são um elemento central para o compartilhamento do enquadramento proposto na reportagem”, de modo que, sem esse reconhecimento, o telespectador pode questionar ou mesmo rejeitar o enquadramento, o que insere a emoção no centro de problemáticas que dizem respeito ao vínculo entre jornalistas e seu público. A autora percebe, nesse vínculo, a possibilidade de complexificar as percepções

do real e criar espaço para uma relação de abertura à alteridade, ainda que não seja essa a postura que sua análise indica:

Em tese, a emoção pode funcionar a favor da construção de enquadramentos que levem em conta a alteridade, que convidem o público a sentir a partir da perspectiva do outro, das avaliações e crenças do outro, dando conta de criar realidades menos dualistas e mais complexas. Realidades essas ainda comprometidas com o mundo das coisas e com o que poderíamos indicar como verdade; relatos baseados na observação empírica, na investigação e na apuração. O que percebi na análise, no entanto, foi a emoção trabalhando na reificação de mapas culturais bastante redutores, de crenças sociais que simplificam as complexas relações sociais em interpretações baseadas em avaliações morais muito rasas. (GADRET, 2016, p. 175)

O potencial do jornalismo para fazer sentir é abordado também pela pesquisa de Paula Roberta Santana Rocha (2013), que aponta a presença de uma dimensão estética no jornalismo que o diferencia de um texto utilitário e é capaz "de tornar a produção e fazer jornalísticos mais humanizados e sensíveis ao Outro" (p. 124). Em sua pesquisa, a autora parte de uma concepção de estética como "sensação causada pela percepção sensorial, através de um estímulo externo" (ROCHA, 2013, p. 19), "leitura do mundo que fazemos através de nossa sensibilidade" (p. 19) e "tudo aquilo que está na ordem dos afetos, dos sentimentos, das emoções, das sensações: nossas aversões, o cheiro, o tato, o olhar, tudo isso que pode ser apreendido pelos sentidos humanos" (p. 23), aquilo que comunica em um nível que não o argumentativo.

Partindo do reconhecimento da estética como dimensão intrínseca ao discurso jornalístico, a autora identifica duas formas distintas em que essa relação acontece: o jornalismo estetizado e o sensacionalista. O primeiro corresponde à capacidade de, ao evocar elementos estéticos nas narrativas, sensibilizar o público; para que isso ocorra, a sensação é abordada em sua forma contemplativa, como criação passiva e reflexiva, compreensão que a pesquisadora retira de Deleuze e Guattari (2010). O segundo compreende uma extrapolação do primeiro, em que as sensações deixam de ser experienciadas segundo o tempo contemplativo que lhes é próprio e são amplificadas, tornadas imediatas e produtivas: "de nada adianta procurarmos pelas sensações, se nos limitarmos às reações e excitações que elas prolongam, ou às ações e reações que elas refletem" (p. 44). Para Rocha (2013), essa extrapolação de imagens e estímulos sensoriais pode ser a responsável por dessensibilizar as pessoas para o sentir, de modo que ela sugere "um jornalismo menos sensacional e mais sensível" (p. 125) que opere no equilíbrio entre a experiência da sensação e sua contemplação cognitiva.

[...] nas tramas discursivas do jornalismo, as estratégias sensíveis entram em jogo para dar visibilidade ao outro sujeito que compõe a cadeia discursiva, insurgindo a possibilidade de visualizarmos as condições de existência de um jornalismo estetizado, para além do jornalismo sensacional ou de referência, em que jornal e jornalismo assumem um papel de tornar comum uma série de sensações e sentimentos traduzidos pela percepção própria do jornalista ao entrar em contato e decifrar o Outro pelo qual ele se depara. (ROCHA, 2013, p. 120)

A ênfase nas estratégias sensíveis é frequentemente balanceada com a tentativa de apresentar indicadores do exercício objetivo da profissão. Essa é uma das conclusões a que chega Mayara Carolinne Beserra de Araújo (2019) ao investigar as marcas de objetivação e subjetivação presentes em um caderno especial intitulado “Viúvas do Veneno”, dedicado a denunciar o uso indiscriminado de agrotóxicos no nordeste do país e as consequências desse uso na vida de várias famílias.

Além de identificar, no processo produtivo, uma postura favorável às famílias prejudicadas pelo uso intenso de agrotóxicos, acompanhada do enfrentamento à política editorial da organização e da resistência ao curto tempo de apuração usual das reportagens, a pesquisadora investiga atos de subjetivação presentes nos textos do caderno: “identificamos atos e comportamentos, assim divididos: tendências à objetivação, subjetivação, complexidade e simplificação; além de complementaridades/subversões e duplicidades” (p. 184). A objetivação se expressa ora como anulação do sujeito, ora como síntese e categorização das realidades abordadas, ao passo que a subjetivação compreende a valorização dos sujeitos. Araújo (2016) constata a existência de movimentos de complementaridade, subversão e duplicidade entre os indicadores de objetivação e subjetivação, argumentando em favor de uma visão complexa do jornalismo que dê conta dessa relação em que ambos os processos se enriquecem mutuamente.

Mais do que apenas categorizar, esta pesquisa versa sobre a possibilidade de se ampliar a perspectiva do que sejam os processos de trabalho do sujeito jornalista, entendendo a importância de permitir que as cargas cultural e afetiva desse indivíduo (que o constituem sujeito) integrem espontaneamente as rotinas produtivas e demandem a subversão do habitus jornalístico em função da valorização do Outro. (ARAÚJO, 2016, p. 191)

Outra função que a emoção pode desempenhar no texto jornalístico é a de reafirmação do contrato de comunicação. É isso que Débora Cerutti Viegas (2017) argumenta ao analisar o discurso afetivo na revista “Vida Simples” a partir do conceito de patemização, que compreende o efeito emocional passível de ser provocado pelo discurso. A autora identifica três estratégias pelas quais a patemização ocorre; a) sedução; b) persuasão e c)

estereotipificação, e identifica na revista a possibilidade de provocar como efeito a empatia: “um jornalismo que se relaciona com o seu leitor baseado não só numa intenção de ‘fazer saber’, mas de fazer com que o leitor sinta, com que ele vincule-se com a revista através da dimensão afetiva, explorando emoções e sentimentos em seu processo de cognição” (VIEGAS, 2017, p. 136-137). Também aqui, há uma complementaridade entre o “fazer sentir” e o “fazer saber”, em que a emoção suscitada reitera o contrato de comunicação com o leitor (VIEGAS, 2017).

3.4 A EMOÇÃO NA CONEXÃO DO JORNALISMO COM SEUS PÚBLICOS

Quando se trata da relação entre jornalistas e público, a emoção também produz efeitos, seja considerando o público em suas características de recepção, seja na interação com jornalistas ou no compartilhamento e consumo de notícias, especialmente em ambientes digitais. Charlie Beckett e Mark Deuze (2016) apontam três fatores que influenciam o uso da emoção pelo jornalismo: o econômico; o tecnológico; o entendimento do comportamento do público e a ciência cultural e neurociência por trás dele. Todos esses fatores se relacionam à capacidade do jornalismo de se conectar com seu público e à tentativa de compreendê-lo e suprir suas expectativas. O fator econômico diz respeito a cativar e fidelizar a audiência num contexto de grande concorrência; o tecnológico, à captação da atenção do público, num ambiente tecnológico repleto de estímulos que exige reter continuamente a atenção para prolongar o engajamento de espectadores e leitores; no que se refere à compreensão do comportamento do público, como consequência de estudos que permitem compreender a resposta afetiva que o público dá às notícias.

Os autores exemplificam parte da questão ao relatar a prática difundida em redações de “criar fórmulas de criação de conteúdo que identificam estrategicamente categorias de narrativas específicas para corresponder ao senso de identidade, ideologias e comportamentos de seus leitores”⁵⁵ (BECKETT, DEUZE, 2016, p. 3, tradução nossa). Essa prática certamente precisa ser acompanhada de procedimentos éticos e transparentes; ainda assim, fica evidente a relevância da emoção para fazer do jornalismo um negócio sustentável: fazer jornalismo implica, cada vez mais, descobrir o que move o público, o que o cativa, para saber como conquistar sua atenção num fluxo de conteúdo tão intenso como o que se apresenta hoje no ecossistema midiático: “um motivo chave para consumir e certamente para compartilhar

⁵⁵ “Newsrooms from Upworthy to ITN’s Channel 4 News mine audience data to create content creation formulae that strategically identify specific categories of narrative to match their readers’ sense of personal identity, ideologies, and behaviors” (BECKETT, DEUZE, 2016, p. 3).

notícias no espaço de mídia social é pessoal. O consumidor está agindo de maneira emocionalmente carregada em conexão com sua comunidade ou redes mais amplas”⁵⁶ (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 3, tradução nossa). Beckett e Deuze (2016) advertem, no entanto, para o perigo de ficar refém de algoritmos na tentativa de compreender e agradar o público, porque apesar de estes permitirem ter uma noção mais apurada do que move o engajamento entre público e notícias, também reforçam as bolhas e câmaras de eco.

O jornalismo opera como um amplificador da conversa que a sociedade tem consigo; assim, de acordo com os autores, para se reinventar numa sociedade profundamente conectada de forma não-linear, deve unir as notícias à emoção, "aproximando-se às comunidades, criando jornalismo construtivo que emprega psicologia positiva e conectando-se à cultura de compartilhamento de redes sociais". Beckett e Deuze (2016) argumentam que a chave para a confiança, nesse contexto, é a autenticidade emocional. Além disso, ressaltam a crescente relevância do processamento de grandes conjuntos de dados (*big data*) no jornalismo e a necessidade de “relacionar a imagem lúcida dos dados com a experiência significativa do indivíduo”⁵⁷ (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 4, tradução nossa).

Unir dados e relatos factuais à emoção pode ser positivo, para além da fidelização do público, para aprimorar a retenção de informações por parte deste. É o que concluem Ozen Bas e Maria Elizabeth Grabe (2015) ao pesquisar o papel de notícias personalizadas de modo a provocar emoção na diminuição da lacuna de conhecimento (compreendida em termos de como sujeitos decodificam, retêm e acessam informações obtidas por meio de notícias). As autoras realizam uma pesquisa na qual apresentam versões distintas de uma mesma notícia a pessoas com distintos níveis de escolaridade/estratos sociais; uma das versões era editada com personalização emocional, a outra não. Participantes da pesquisa então as assistiam e eram entrevistadas/os posteriormente, e novamente duas semanas depois de terem visto as reportagens.

Evidências obtidas nessas entrevistas indicam que a personalização emocional das notícias resultou em aumento nos índices de decodificação, retenção e acesso às informações obtidas em ambos os níveis de escolaridade estudados. O primeiro era constituído por pessoas com menos de dois anos de treinamento profissional e, o segundo, por pessoas com no

56 “One key motive for consuming and certainly for sharing news in the social media space is personal. The consumer is acting in an emotionally charged way in connection with their community or wider networks” (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 3).

57 “Considering the growing influence of big data and the algorithms that govern our pathways through datasets, it is significant to note that the storytelling power of data journalism ultimately is determined by relating the insightful image of the data to meaningful experience of the individual” (BECKETT; DEUZE, 2016, p. 4).

mínimo um mestrado; a personalização emocional se mostrou efetiva para ambos, mas seu efeito na melhora dos indicadores foi maior no primeiro grupo (BAS; GRABE, 2015).

Ao enfatizar que o conhecimento implica a retenção da informação “longitudinalmente”, as autoras atentam para a perda de memória ao longo do tempo, motivo pelo qual a pesquisa avalia a retenção das informações no mesmo dia em que as notícias são vistas e também duas semanas depois. Disso resulta a constatação de que um dos indicadores de retenção das informações, que a autoras denominam “recordação livre” e que consideram um importante indicador de compreensão da história, apresentou menores lacunas de conhecimento, transcorrido o tempo entre a primeira e a segunda entrevistas, para as notícias emocionalmente personalizadas (BAS; GRABE, 2015).

Em uma época em que a informação está disponível em volume praticamente ilimitado, 24 horas por dia, 7 dias por semana, na ponta dos dedos, reter detalhes informativos pode se tornar menos importante. No entanto, a compreensão e a consciência dos problemas à medida que eles evoluem exigem memória de longo prazo para obter informações detalhadas. A medição da memória atrasada permite intuir sobre essas tendências de retenção.⁵⁸ (BAS; GRABE, 2015, p. 176, tradução nossa)

As autoras notam, ainda, a tendência de pessoas com menor nível de escolaridade reterem ao longo do tempo o conhecimento sobre os tópicos gerais das notícias emocionalmente personalizadas. No grupo de maior escolaridade, a situação é oposta, sendo mais expressiva a retenção de detalhes. Para Bas e Grabe (2015), isso pode ser um indicativo de distintos processos cognitivos, em que grupos de maior escolaridade “tenham se habituado a peneirar grandes volumes de informação codificando mais profundamente o que os compele”⁵⁹ (p. 177, tradução nossa), enquanto os de menor escolaridade “podem de fato ser sobrecarregados por detalhes, mas extraem e retêm do cenário de informações um conhecimento mais abrangente”⁶⁰ (p. 177, tradução nossa). As autoras depreendem da questão uma possível relação entre o uso de emoções no jornalismo e a sensibilização das pessoas para pautas de interesse público.

58 *“In an age where information is available in practically unlimited volume, 24/7, at fingertips, retaining informational details might become less important. Yet, comprehension and awareness of issues as they evolve require long-term memory for detailed information. Measuring delayed memory enables insights into these retention trends”* (BAS; GRABE, 2015, p. 176).

59 *“It might very well be that high education groups habituated to sifting through vast volumes of information by encoding more deeply what compels them”* (BAS; GRABE, 2015, p. 177).

60 *“They might indeed be overwhelmed by details but extract and retain from the information landscape a more panoramic awareness”* (BAS; GRABE, 2015, p. 177).

[...] adicionamos evidências em favor da revisão de diagnósticos tradicionais para o difícil estado das sociedades democráticas. A ignorância dos cidadãos, atribuída às suas limitações cognitivas ou ao estado geral de apatia, é rotineiramente levantada como razão pelas quais as democracias não conseguem cumprir o potencial de facilitar um modo de vida participativo. A forma como as notícias são oferecidas aos cidadãos pode, de fato, não ser a mais eficaz para obter ganho de informação ou movê-los para o engajamento. Colocar rostos nas questões sociais – mostrando assim o seu impacto na vida das pessoas comuns – pode suscitar um envolvimento emocional que pode beneficiar a formação do conhecimento.⁶¹ (BAS; GRABE, 2015, p. 177, tradução nossa)

O meio tecnológico de consumo das narrativas jornalísticas também pode interferir na forma como são decodificadas e nos efeitos que produzem, como mostram Mila Bujić, Mikko Salminen, Joseph Macey e Juho Hamari (2020). A pesquisa conclui que, no que se refere à amostra da pesquisa, se comparado o consumo de conteúdo jornalístico imersivo no formato de vídeos em 360° ao consumo de notícias em artigos, o primeiro têm mais chances de suscitar uma mudança de atitude em relação a Direitos Humanos; também foi percebida uma diferença que favorece o impacto na atitude sobre a pauta quando os vídeos são consumidos em dispositivos de realidade virtual em contraste ao seu consumo em telas 2D. De acordo com Bujić, Salminen, Macey e Hamari (2020), “os resultados fornecem evidências e suporte para a tendência de usar experiências mais ricas para um efeito mais profundo na cognição e afeto do indivíduo”⁶² (p. 1419), sustentando a ideia de que dispositivos de realidade virtual são propensos a suscitar empatia ao provocar nas pessoas a sensação de estarem presentes nas narrativas que consomem por essas mídias, o que reforça “seu papel na subjetivação de experiências humanas distantes ou de outra forma incompreensíveis” (p. 1419).

Transformações operadas por formas de jornalismo emocionalmente investidas como o jornalismo imersivo precisam ser investigadas e compreendidas, segundo Sophie Lecheler (2020), centradas no que as audiências desejam e esperam. A autora identifica nas inovações jornalísticas a busca por “encontrar maneiras para uma conexão emocional mais próxima com um público que se acredita ser desprivilegiado, fragmentado e desconfiado”⁶³ (p. 287, tradução nossa). Para ela, as tecnologias que vem sendo introduzidas no jornalismo a partir de

61 *“In finding this, we add evidence in favor of revising traditional diagnoses for the struggling state of democratic societies. Ignorance of citizens, attributed to either their cognitive limitations or the general state of apathy, is routinely raised as reasons for why democracies fail to deliver on the potential to facilitate a participatory way of life. The way news has been offered to citizens might indeed not be the most effective in achieving information gain or move them to engagement. Putting faces on social issues — thus showing their impact on the lives of ordinary people — might stir emotional involvement that could benefit knowledge formation”*(BAS; GRABE, 2015, p. 177).

62 *“The results provide evidence and support for the trend of using richer experiences for a more profound effect on one’s cognition and affect (e.g. Bogost et al., 2010; Schutte and Stilinović, 2017)”* (BUJIĆ; SALMINEN; MACEY; HAMARI, 2020, p. 1419).

63 *“This innovation in journalism is motivated by the need to find ways for a closer emotional connection with an audience that is believed to be disenfranchised, fragmented, and distrustful”* (LECHELER; 2020; p. 287).

outros campos o transformam radicalmente, isso “porque objetivam transformar questões sociais ou políticas complexas em experiências pessoais e envolventes com o objetivo de criar um vínculo entre público e jornalista”⁶⁴ (LECHELER, 2020, p. 288, tradução nossa). Nesse cenário, Lecheler (2020) vê no jornalismo o potencial de compreender o engajamento emocional dos públicos não apenas do ponto de vista individual mas como experiências vividas coletivamente, que impactam as dinâmicas pelas quais grupos sociais se reconhecem e se organizam, e a opinião pública é formada.

A relação entre público e jornalistas é central ao trabalho de Sheng Zou (2020), que investiga de que forma notícias que circulam por meios digitais emocionalmente guiados configuram comunidades diaspóricas como contra-públicos emocionais. Segundo o autor, a imprensa diaspórica não responde ao mesmo paradigma de objetividade e neutralidade do modelo hegemônico de jornalismo, porque aquela se sustenta nos laços comunitários e no pertencimento das e dos jornalistas a essas comunidades (ZOU, 2020). A pesquisa de Zou (2020) é baseada na análise de um blog de notícias popular que tem como público-alvo a comunidade diaspórica chinesa vivendo nos Estados Unidos.

Partindo da premissa de que as conversas e discussões situadas em esferas contra-públicas, ou de públicos não hegemônicos, entrelaçam o público e o privado, o autor argumenta que o uso de emoções no jornalismo pode auxiliar na consolidação de um público engajado em uma mesma questão. O autor considera a emoção como elemento a um mesmo tempo individual e coletivo, “moldado por expectativas sociais/culturais, normas e significados compartilhados por um coletivo e ao mesmo tempo moldando as relações sociais dentro dessa matriz sociocultural”⁶⁵ (ZOU, 2020, p. 232, tradução nossa). Zou (2020) revela que jornalistas que trabalham em veículos diaspóricos são percebidas e percebidos como representantes de sua comunidades, função que exige “o exercício cauteloso da emocionalidade para possibilitar que a audiência se engaje refletida e emocionalmente nos assuntos de comum preocupação”⁶⁶ (ZOU, 2020, p. 243, tradução nossa).

O medo é a principal emoção identificada por Zou (2020) em sua análise. O autor afirma que a comunidade diaspórica chinesa vivendo nos Estados Unidos enfrenta uma série de obstáculos à sua integração nos lugares onde se assentam. Evocado por distintas estratégias

64 “*These innovations are radical not only because they are new, but because they aim to transform complex social or political issues into personal and involving experiences with the goal of creating a bond between audience and journalist*” (LECHELER, 2020, p. 288).

65 “*It is shaped by social/cultural expectations, norms and meanings shared by a collectivity, and in turn shaping the social relationships within that socio-cultural matrix*” (ZOU, 2020, p. 232).

66 “*To fulfill that cultural role, diasporic journalists-bloggers need to cautiously exercise emotionality to enable the audience to engage thoughtfully and emotionally with issues of common concern*” (ZOU, 2020, p. 243).

narrativas, o medo funciona como estratégia para lidar com esses desafios, preparando a comunidade, através do fomento de um sentimento coletivo, para lidar com os desafios percebidos pela comunidade (ZOU, 2020).

3.5 PROPOSTA DE UMA AGENDA INVESTIGATIVA EM EMOÇÕES E JORNALISMO

Acredito que os três eixos abordados como focos de investigação sobre jornalismo e emoções, bem como as pesquisas apresentadas, permitam delinear questões latentes e questões explícitas no que se refere às relações que se estabelecem entre jornalismo e emoção. Contudo, antes de chegar ao objetivo desta pesquisa de propor uma agenda de investigação que aponte questões que uma construção teórica do jornalismo como forma de conhecimento emocional possa responder, quero adentrar uma concepção de emoção que considero proveitosa à discussão, baseada no trabalho de Sara Ahmed (2014).

A questão da emoção é uma que se atualiza, no século XX, em preocupações e interesses em torno de temas como persuasão, manipulação e captura dos desejos e expectativas dos indivíduos, diante do impacto das mídias de massa sobre o traçado da esfera pública, a forma como se relacionam com a coletividade em nível social e psíquico, e também com sua audiência. Novamente, no século XXI, voltada à intensa digitalização da vida, ao capitalismo de vigilância, aos esforços reunidos de engenharia computacional e social na captura individual e coletiva das emoções num ecossistema em que o virtual toma protagonismo como ambiente economicamente orientado e controlado em que a vida se desenvolve.

Os distintos momentos, lugares e pontos de partida de estudos sobre a emoção, diferentes em suas perspectivas e conclusões, concordam na relevância da temática. A emoção produz efeitos nas dinâmicas sociais, atuando não apenas no nível individual, mas, especialmente, para esta pesquisa, no nível coletivo, na cultura profissional, no âmbito social e no político. A emoção atua para moldar os sujeitos e estabelecer relações de poder, de afastamento e de proximidade.

Estas relações desembocam no Jornalismo e na sua forma de apurar acontecimentos, construir relatos e relações com o público, no sentido de que essas dimensões são percebidas e tocadas por processos emocionais. Tais processos atuam para produzir compreensões de afastamento e proximidade, que orientam a apreensão dos acontecimentos pelos jornalistas e

das notícias pelo público, ou a própria forma como público e jornalistas se interpretam e interpelam.

Para pensar o que fazem as emoções e onde atuam, num primeiro momento, defino as perspectivas e delimitações que dão sentido para a palavra afeto no âmbito do giro afetivo. Em seguida, trago o sentido da emoção para alguns estudos feministas e as críticas que as autoras desses estudos fazem ao giro afetivo.

Emoção e afeto são palavras que exigem diferentes interpretações, construídas a partir de variados aportes teóricos, a depender da perspectiva de quem as usa. Intento, nas próximas páginas, dar conta de alguns desses significados (porque abarcá-los todos não seria possível neste trabalho) e delimitar o sentido que a emoção assume nesta pesquisa. Faço um breve mergulho teórico, com o objetivo de avistar as linhas gerais do estudo destes temas, circunscritas às perspectivas das teorias do afeto e dos estudos feministas, não obstante estes sejam em sua quase totalidade interdisciplinares.

Utilizo emoção e afeto como sinônimos. Enquanto alguns textos trabalham a diferenciação entre um e outro, tenho *The Cultural Politics of Emotion*, de Ahmed (2014) como principal referência para indagar possibilidades de um enfoque emocional na pesquisa em Jornalismo. A partir da autora, considero emoção e afeto indissociáveis e pretendo pensar o que o afeto pode fazer (em particular, naquilo que se refere ao Jornalismo), em lugar de tecer uma discussão sobre o que o afeto é (AHMED, 2013, 2014).

3.5.1 Explorando o terreno do afeto

Pesquisas recentes sobre emoção, afeto, sentimento e o papel que estes têm no funcionamento de estruturas políticas e sociais, na formação da subjetividade e em processos de dominação e emancipação, apesar de interdisciplinares, se desenvolvem com mais força em dois âmbitos: nos trabalhos que compõem o chamado *giro afetivo*, de um lado, e em pesquisas feministas e *queer*, de outro. Neste momento, me dedico ao primeiro deles.

Giro afetivo é a expressão que designa um crescente enfoque no valor e potência dos afetos para explicar os mais variados fenômenos nas Ciências Sociais e Humanidades, notadamente a partir de meados da década de 90 (SEIGWORTH, GREGG, 2010). De acordo com Ali Lara (2020), o giro afetivo direciona a atenção das disciplinas “ao que está para

além/antes/fora da representação, linguagem e consciência, tanto individual (como a cognição) quanto coletiva (como convenções sociais)”⁶⁷ (p. 3, tradução nossa).

O estudo do afeto intenciona um deslocamento da epistemologia para a ontologia: o giro afetivo como movimento teórico que faz uma crítica ao privilégio da linguagem (“de uma realidade já processada”⁶⁸ [LARA, 2020, p.3, tradução nossa]) e da epistemologia, a que equivale este privilégio. Operar esse deslocamento implica, então, voltar a “atenção para o corpo e para os processos que precedem/excedem a consciência, individualidade e, claro, discurso e criação de significados”⁶⁹ (LARA, 2020, p. 4, tradução nossa).

Lara (2020) insere, no apanhado de transformações que esse empreendimento requer, uma produção de conhecimento centrada nas potencialidades do corpo, na qual “[...] a atenção não mais está na representação da realidade, mas na realidade sem representação”⁷⁰ (p. 4, tradução nossa). Segundo Lara (2020), “[...] saber que pensamento e emoções podem ser inseridos sem os estímulos externos correspondentes, necessariamente nos leva a reconsiderar como funciona a produção de subjetividade e, mais ainda, a reconsiderar o status soberano do sujeito no capitalismo contemporâneo”⁷¹ (p. 4, tradução nossa).

Gregory J. Seigworth e Melissa Gregg (2013) apontam duas abordagens ou linhas distintas das teorias do giro afetivo contemporâneo: a) a primeira se desenvolve a partir da psicobiologia dos afetos diferenciais, de Silvan Tomkins, e é articulada inicialmente pelo trabalho de Eve K. Sedgwick e Adam Frank (1995); b) a segunda parte da leitura deleuziana de Spinoza e tem como precursor o trabalho de Brian Massumi (1995). Uma importante diferença entre elas é resumida por Deborah Gambs (2007), para quem os afetos em Tomkins são experiências estáticas, enquanto, para Massumi, compreendem um movimento (uma “produtividade”) na direção de algo ou no afastamento: “Um terceiro estado, anterior à distinção entre atividade e passividade”⁷² (p. 111, tradução nossa). Da diferença entre estas perspectivas⁷³, decorre o que Ahmed (2014) e Seigworth e Gregg (2010) apontam como duas

67 “[...] *what lies beyond/before/outside representation, language and conscious activity – either individual – like cognition or collective – like social agreements*” (LARA, 2020, p.3).

68 “[...] *already-processed reality*” (p. 3).

69 “[...] *affect studies turned attention to the body, and to those processes that precede/exceed conscious activity, individuality, and of course discourse and meaning-making*” (LARA, 2020, p. 4).

70 “[...] *the focus of attention was no longer the representation of reality, but rather reality without representation*” (LARA, 2020, p. 4)

71 “[...] *knowing that thought and emotions might be inserted without the corresponding external stimuli, necessarily brings us to reconsider how the production of subjectivity works, and even more, to reconsider the sovereign status of the subject in contemporary capitalism*” (LARA, 2020, p. 4).

72 “*A third state, prior to the distinction between activity and passivity*” (GAMBS, 2007, p. 111).

73 Nas palavras de Gregory J. Seigworth e Melissa Gregg (2010): “[...] o afeto como principal motivador do “interesse” que coloca o impulso nas pulsões do corpo (Tomkins); o afeto como campo inteiro, vital e modulador de uma miríade de devires que atravessam humano e não-humano (Deleuze)” (p. 9, tradução nossa). No original: “[...] *affect as the prime “interest” motivator that comes to put the drive in bodily*

orientações que as emoções (o afeto, para Seigworth e Gregg) tomam: *de dentro para fora* e *de fora para dentro*.

Na primeira, as emoções são intrassubjetivas: um “eu” possui emoções que, manifestas, passam de si para objetos e outras pessoas (podendo retornar). Essa perspectiva entende as emoções como “estados psicológicos”, sentimentos que pertencem a alguém e, apenas quando colocadas “para fora”, existem para o outro e podem suscitar uma resposta. Na segunda, as emoções são extrassubjetivas, sociais. Elas estão “fora”, no ambiente ou multidão, para então impor-se sobre o indivíduo: “emoção como forma social, em lugar de auto-expressão do indivíduo”⁷⁴ (AHMED, 2014, p. 9, tradução nossa).

Ahmed (2014) questiona ambos os modelos: o primeiro, argumentando que as emoções não são individuais (psicológicas), mas práticas sociais e culturais; o segundo, porque similarmente defende que a coletividade possui emoções para depois impô-las aos indivíduos. Para ela, as emoções não são algo que “eu” ou “nós” temos: “[...] emoções criam o próprio efeito das superfícies e limites que nos permitem distinguir dentro e fora, em primeiro lugar”⁷⁵ (AHMED, 2014, p. 10, tradução nossa).

Sedgwick (2003) constrói uma ideia que parte da *textura*, cujo contato permite instantaneamente encontrar uma história para o objeto desta textura, compreender como o objeto foi feito ou como pode se relacionar com quem o toca.

Mais instantaneamente até do que outros sistemas perceptivos, ao que parece, o sentido do tato torna incongruente qualquer compreensão dualista de agência e passividade; sempre, tocar é já alcançar, acariciar, pesar, bater ou envolver, e sempre, também, compreender outras pessoas ou forças naturais como tendo efetivamente feito isso antes de si mesmo, mesmo que apenas ao fazer o objeto de tal textura.⁷⁶ (SEDGWICK, 2003, p. 14, tradução nossa)

Como Lara (2020), Sedgwick (2003) reitera o deslocamento que o afeto (e para ela, a textura) permitem fazer da epistemologia (“que sugere que performatividade/performance podem nos mostrar se existem ou não verdades essenciais e como poderíamos, ou porque não podemos, conhecê-las”⁷⁷ [p. 14, tradução nossa]) para a ontologia (“o que motiva

drives (Tomkins); affect as an entire, vital, and modulating field of myriad becomings across human and nonhuman (Deleuze)” (p. 6).

74 “[...] *emotion as a social form, rather than individual self-expression*” (AHMED, 2014, p. 9).

75 “[...] *emotions create the very effect of the surfaces and boundaries that allow us to distinguish an inside and an outside in the first place*” (AHMED, 2014, p. 10).

76 “*Even more immediately than other perceptual systems, it seems, the sense of touch makes nonsense out of any dualistic understanding of agency and passivity; to touch is always already to reach out, to fondle, to heft, to tap, or to enfold, and always also to understand other people or natural forces as having effectually done so before oneself, if only in the making of the textured object*” (SEDGWICK, 2003, 14).

77 “[...] *which suggests that performativity/performance can show us whether or not there are essential truths and how we could, or why we can't, know them [...]*” (SEDGWICK, 2003, 14).

performatividade e performance, por exemplo, e quais efeitos individuais e coletivos são mobilizados na sua execução?”⁷⁸ [p. 14, tradução nossa].

Para Sedgwick (2003), enquanto a associação entre afeto e tato possa parecer reiterar a perspectiva do desejo ou libido (impulso) como motivadores últimos da ação humana, o impulso se distingue do afeto por ser mais restrito em sua intenção e temporalidade. Ela ressalta a amplitude dos afetos, enquanto não pertencentes a um objeto particular ou a um tempo. Afetos, explica (a partir de Silvan Tomkins), podem ter quaisquer objetos e estar ligados a todo tipo de experiências: a dor, por exemplo, pode causar prazer, e também o contrário; eles estão “[...] conectados a coisas, pessoas, ideias, [...] e qualquer número de outras coisas, incluindo outros afetos. Assim, uma pessoa pode estar excitada pela raiva, enojada pela vergonha ou surpresa pela alegria”⁷⁹ (SEDGWICK, 2003, p. 19, tradução nossa).

Brian Massumi (2002), por sua vez, explica que afetos são “perspectivas sinestésicas virtuais ancoradas em e limitadas pelas reais e particulares coisas que os corporificam”⁸⁰ (p. 35, tradução nossa). São autônomos e se desenvolvem no domínio das potências, onde passado e futuro escapam a um imperceptível presente. Não são qualificáveis, passíveis de posse ou reconhecíveis, porque da sua captura resulta a emoção. Enquanto o afeto é pré-pessoal, para o autor, a emoção é “a fixação sociolinguística da qualidade de uma experiência dali em diante definida como pessoal. [...] o ponto convencional e consensual de intensidade em progressões semanticamente e semioticamente formadas, [...] em função e significado”⁸¹ (p. 28, tradução nossa).

Rachel G. Smith (2011) sintetiza o afeto em Massumi (2002) como “uma singular resposta corporal pré-consciente que pode ser aumentada ou diminuída, dirigida aqui ou ali por várias qualificações e narrativas, e sem acesso às respostas pré-conscientes do corpo”⁸² e conclui que “tudo o que podemos testemunhar é o processo pelo qual o afeto é codificado em emoção”⁸³ (p. 431, tradução nossa).

78 “[...] what motivates performativity and performance, for example, and what individual and collective effects are mobilized in their execution? [...]” (SEDGWICK, 2003, 14).

79 “[...] attached to things, people, ideas [...] and any number of other things, including other affects. Thus, one can be excited by anger, disgusted by shame, or surprised by joy” (SEDGWICK, 2007, p. 19).

80 “[...] virtual synesthetic perspectives anchored in (functionally limited by) the actually existing, particular things that embody them” (MASSUMI, 2002, p. 35).

81 “[...] the sociolinguistic fixing of the quality of an experience which is from that point onward defined as personal. [...] the conventional, consensual point of insertion of intensity into semantically and semiotically formed progressions, [...] into function and meaning” (MASSUMI, 2002, p. 28).

82 “[...] a singular preconscious bodily response that can be heightened or diminished, directed here or there by various qualifications and narratives, and without access to the body’s preconscious responses [...]” (SMITH, 2011, p. 431).

83 “[...] all we can witness is the process by which affect is codified into emotion” (SMITH, 2011, p. 431).

Essa fronteira [do virtual] que transborda [para o real] é o campo de batalha da intensidade afetiva na medida em que o afeto, desarticulado e indiferenciado, não tem valor, e a emoção, qualificada e codificada, tem valor e significado relativamente estáveis. No limite, o potencial do afeto para induzir a mudança, de acordo com Massumi, pode vazar para o domínio da emoção, perturbando essas codificações e valores. A literatura, talvez mais do que qualquer outra forma de arte, participa da produção e do trabalho dessa vertente.⁸⁴ (SMITH, 2011, p. 431, tradução nossa)

Partindo de uma perspectiva que compartilha com Massumi, Patricia T. Clough (2007) define “afetividade como um substrato de respostas corporais potenciais”⁸⁵ (p. 2, tradução nossa) que reporta à capacidade de um corpo de ser afetado e afetar o mundo ao redor, ou seja, o que modifica um corpo, o faz agir e entrar em contato com outros corpos. “O afeto constitui uma complexidade não-linear da qual a narração de estados conscientes como a emoção são subtraídos, sempre com um ‘nunca-consciente resíduo autônomo’”⁸⁶ (CLOUGH, 2007, p. 2, tradução nossa).

As pesquisas vinculadas ao giro afetivo introduzem o afeto como conceito capaz de trabalhar as lacunas teóricas mencionadas no primeiro capítulo, com uma nova proposta, capaz de dar conta de “forças” que extrapolam o indivíduo, o discurso e a construção social de sentido (MASSUMI, 2002; HARDT, 2010). Essa proposta é encarada com ceticismo, dentro de matrizes de pensamento que se dedicam às mesmas problemáticas, por variados motivos. Quero me debruçar, a seguir, sobre duas críticas que considero fundamentais.

A primeira sugere que o afeto não produz uma ruptura com a forma como teorias sociais e críticas trabalham a questão da transformação social. Dessa forma, os estudos do giro afetivo, em primeiro lugar, não possuem exclusividade no que se refere à discussão sobre forças e elementos externos à significação social; em segundo lugar, muitas vezes deixam de lado o papel que essas forças e elementos têm em reforçar os sentidos construídos socialmente (HEMMINGS, 2005).

Para Clare Hemmings (2005), teóricas e teóricos do afeto tentam responder às seguintes lacunas deixadas por abordagens construtivistas (e sua desconstrução posterior) na teoria cultural: a) a incapacidade de lidar com o que não é socialmente produzido (“a matéria de nosso ser” [p. 549, tradução nossa]); b) um ceticismo quanto à capacidade explicativa de

84 “*That seeping edge is the battleground of affective intensity insofar as affect, being unarticulated and undifferentiated is valueless, and emotion, which is qualified and codified has relatively stable value and significance. At the edge, affect’s potential to induce change, according to Massumi, might leak into the domain of emotion, disrupting those codifications and values. Literature, perhaps more than any other art form, participates in producing and working that edge*” (SMITH, 2011, p. 431).

85 “[...] *affectivity as a substrate of potential bodily responses [...]*” (CLOUGH, 2007, p. 2).

86 “*Affect constitutes a nonlinear complexity out of which the narration of conscious states such as emotion are subtracted, but always with ‘a never-to-be-conscious autonomic remainder’*” (CLOUGH, 2007, p. 2).

investigações empíricas de foco quantitativo e das análises textuais; c) a descrença nas oposições entre poder e resistência ou entre público e privado no âmbito dos processos políticos (HEMMINGS, 2005, p. 550, tradução nossa).

Hemmings (2005) dedica-se particularmente a analisar as obras de Sedgwick (2003) e de Massumi (2002). Enquanto reconhece a importância do afeto para a teoria cultural, "rejeita o fascínio contemporâneo com o afeto como externo ao significado social, como se proporcionasse uma ruptura no engajamento social e crítico com a natureza do social"⁸⁷ (p. 565, tradução nossa).

A autora lembra que uma vasta literatura já se dispôs a lidar com o papel das emoções no âmbito da política e da transformação social: "pode-se dizer que a epistemologia do ponto de vista feminista constitui um corpo estabelecido de investigação sobre a relação entre o ontológico, o epistemológico e o transformativo"⁸⁸ (HEMMINGS, 2005, p. 557, tradução nossa). Ela aponta, ainda, que a premissa de "liberdade" (em Sedgwick [2003]) e "autonomia" (em Massumi [2002]) do afeto na verdade ignora o efeito que o afeto tem em reforçar normas e estruturas sociais: "[...] o afeto se conecta de uma forma aberta apenas a certos sujeitos; outros são tão superassociados com o afeto que eles próprios se tornam objeto de transferência afetiva"^{89 90}(HEMMINGS, 2005, p. 561, tradução nossa).

3.5.2 Políticas da emoção e uma problemática perene

Clare Hemmings (2005) argumenta que o giro afetivo não é o primeiro a oferecer uma perspectiva sobre a emoção e o afeto, abordados desde o *pathos* aristotélico, passando pelas afecções spinozanas, para chegar nas teorias feminista e *queer*. Para Michael Hardt (2007), há uma diferença fundamental visto que nelas predominam o foco sobre o corpo e sobre as emoções, respectivamente (ele se refere especificamente ao campo acadêmico estadunidense). Já o *giro afetivo* introduziria uma “virada” responsável por fazer uma síntese necessária ao estudo dos afetos, “[...] porque afetos referem-se igualmente ao corpo e à mente; e, em segundo lugar, porque envolvem a razão e as paixões [...]”⁹¹, e completa: “eles iluminam, em

87 “[...] *rejects the contemporary fascination with affect as outside social meaning, as providing a break in both the social and in critics’ engagements with the nature of the social*” (HEMMINGS, 2005, p. 565).

88 “[...] *feminist standpoint epistemology might be said to constitute an established body of inquiry into the relationship between the ontological, epistemological and transformative*” (HEMMINGS, 2005, p. 557).

89 “[...] *only for certain subjects can affect be thought of as attaching in an open way; others are so over-associated with affect that they themselves are the object of affective transfer*” (HEMMINGS, 2005, p. 561).

90 Expando essa questão a seguir, a partir do trabalho de Sara Ahmed (2014).

91 “[...] *because affects refer equally to the body and the mind; and, in the second, because they involve both reason and the passions*” (HARDT, 2007, p. ix, tradução nossa).

outras palavras, tanto o nosso poder de afetar o mundo ao nosso redor quanto nosso poder de sermos afetados por ele, bem como as relações entre esses dois poderes”⁹² (HARDT, 2007, p. ix, tradução nossa).

No que representa a segunda crítica que considero fundamental ao giro afetivo, como mencionei anteriormente, Sara Ahmed (2014) desafia esta constatação: “quando o giro afetivo torna-se um giro para o *afeto*, trabalhos feministas e *queer* deixam de ser colocados como parte desse giro”⁹³ (p. 206, tradução e grifo nossos); mesmo quando reconhecidos como precursores, explica, falar em um *giro* afetivo implica deixá-los de lado (não obstante tenham lidado com os mesmos problemas e até partindo de premissas em comum).

Mariela Solana e Nayla Luz Vacarezza (2020) esclarecem, na mesma toada, que enquanto reconhecem as contribuições teóricas feitas sob o giro afetivo, desconfiam do alarde da novidade: “esse tipo de demarcação temporal, utilizado para legitimar uma nova comunidade intelectual, não apenas pode sobredimensionar os aportes recentes, como também tende a exagerar os problemas do passado”⁹⁴ (p. 3, tradução nossa).

Linda Åhäll (2018) enfatiza a longa trajetória em pesquisas feministas sobre emoção, pois, “como o outro constitutivo da “razão” (bem como do objetivo, da mente e do masculino) em modos ocidentais, binários, de pensamento, a emoção tem sido (e ainda é) uma estratégia política para deixar mulheres e o feminino de fora da política e de esferas políticas”⁹⁵ (p. 37, tradução nossa). Ela ressalta como questão fundamental para as políticas da emoção compreender os efeitos políticos de práticas emocionais, independentemente de como essas práticas sejam definidas; isso inclui tanto as sensações, como manifestações corporais da emoção, quanto as representações, ou seja, as manifestações da emoção na linguagem (ÅHÄLL, 2018).

Carolyn Pedwell e Anne Whitehead (2012) endossam o argumento de que o dualismo entre razão e emoção tem sido historicamente utilizado para excluir as mulheres, especificamente no campo da produção de saber. Para elas, “[...] teóricas feministas tiveram um papel crucial ao destacar a importância do afeto e da emoção para as críticas ao

92 “*They illuminate, in other words, both our power to affect the world around us and our power to be affected by it, along with the relation- ship between these two powers*” (HARDT, 2007, p. ix, tradução nossa).

93 “*When the affective turn becomes a turn to affect, feminist and queer work are no longer positioned as part of that turn*” (AHMED, 2014, p. 206).

94 “*Este tipo de demarcación temporal, que se utiliza para legitimar una nueva comunidad intelectual, no solo suele sobredimensionar los aportes recientes, sino que tiende a exagerar los problemas del pasado*” (SOLANA, VACAREZZA, 2020, p. 3).

95 “*As the constitutive other of ‘reason’ (as well as the objective, the mind, the masculine) in Western, binary modes of thinking, ‘emotion’ has been (and still is) a political strategy keeping women and the feminine out of politics and political spheres*” (ÅHÄLL, 2018, p. 37).

positivismo e ao papel presumido da objetividade na produção de conhecimento"⁹⁶ (p. 119, tradução nossa), objetividade que cai por terra quando evidenciam como corpo e lugar estão presentes na construção de saber.

Ahmed (2014) critica a tendência de construir distinções rígidas entre emoção e afeto e afirma que “em algumas mãos, então, voltar-se para o afeto significa dar as costas às emoções”⁹⁷ (p. 206, tradução nossa). O que Hardt (2007) parece indicar, ou seja, que é preciso voltar-se para o afeto para encontrar uma síntese capaz de dissolver o antagonismo entre as dimensões racional e afetiva, é rebatido por Ahmed (2014), para quem “o trabalho feminista sobre corpos e emoções desafiou desde o início dualismos mente-corpo, bem como a distinção entre razão e paixão”⁹⁸ (AHMED, 2014, p. 206), e não precisou do conceito de afeto para fazê-lo.

Com particular atenção para o trabalho de Massumi (2002), Ahmed (2014) identifica a sugestão de que emoção e afeto estão em distintos campos. A primeira seria pessoal, intencional, mediada e expressa em significado, enquanto o último é precisamente o oposto. Essa divisão, de acordo com Ahmed (2014), pode operar como distinção de gênero e escantear abordagens de certas linhas de pensamento (que exemplifica com o pensamento feminista e *queer*). Para a autora (em entrevista a Sigrid Schmitz), a contestação de um modelo individualista de emoção pode se beneficiar de “[...] usar uma palavra que geralmente denota subjetividade para dizer que, na verdade, emoções não trabalham simplesmente num sujeito localizado e delimitado”⁹⁹ (SCHMITZ; AHMED, 2014, p. 98, tradução nossa).

Ahmed (2014) evidencia, ainda, o aspecto orientador das emoções, que “[...] movem e não são sociais apenas no sentido de mediadas, mas efetivamente mostram como o sujeito chega num mundo que já tem afetos e sentimentos circulando de formas muito particulares”¹⁰⁰ (SCHMITZ; AHMED, 2014, p. 98, tradução nossa). Ela destaca como referências importantes para *The Cultural Politics of Emotion* (2014) os trabalhos de Judith Butler, Lauren Berlant e Wendy Brown, que elaboram “como as emoções podem nos ligar às próprias condições de nossa subordinação” e completa: “acadêmicas feministas e *queer* nos mostraram que as

96 “[...] *feminist theorists have played a crucial role in highlighting the significance of affect and emotion to critiques of positivism and the presumed role of objectivity in knowledge production*” (PEDWELL; WHITEHEAD, 2012, p. 119).

97 “*In some hands, then, the affective turn is understood as a turn away from emotion*” (AHMED, 2014, p. 206).

98 “[...] *feminist work on bodies and emotions challenged from the outset mind-body dualisms, as well as the distinction between reason and passion*” (AHMED, 2014, p. 206).

99 “[...] *to use a word that usually denotes subjectivity to say that actually emotions don’t work simply in a located, bound subject*” (SCHMITZ; AHMED, 2014, p. 98, tradução nossa).

100 “[...] *move and they are not just social in the sense of mediated, but they actually show how the subject arrives into a world that already has affects and feelings circulating in very particular ways*” (SCHMITZ; AHMED, 2014, p. 98, tradução nossa).

emoções ‘importam’ para a política; emoções nos mostram como o poder molda a própria superfície de corpos e também de mundos”¹⁰¹ (AHMED, 2014, p. 12, tradução nossa).

Para a autora, as emoções são livres no sentido de que não estão vinculadas a um objeto. Contudo, argumenta que “[...] a associação entre objetos e emoções é contingente (envolve contato), mas essas associações são ‘pegajosas’”¹⁰² e são descritas por ela “em termos de aderência, bloqueios e restrições”¹⁰³ (AHMED, 2014, p. 18).

Esse caráter pegajoso, segundo Sara Ahmed (2014) é especialmente relevante para pensar de que forma emoções e corpos específicos se conectam, por exemplo, para formar identidades: as emoções criam as superfícies de nossos corpos, colocando-nos em relação com objetos e corpos de forma que lhes atribuímos valor e significado. Isso não ocorre à parte das estruturas da sociedade, mas dentro delas. Em outras palavras, enquanto as relações de poder que moldam as estruturas sociais têm peso no modo como emoções se vinculam a corpos, esse processo se insere em uma questão ampla que compreende como sujeitos se investem nas normas sociais ao longo do tempo, como se identificam com estas normas; como, então, estruturas sociais se relacionam com corpos e objetos e como o normativo e o estrutural são percebidos nessa relação (AHMED, 2014). Ao observar a dinâmica em que o sentimento de dano é convertido em ódio, a autora argumenta que:

Atentar à política de ódio nos permite abordar a questão de como os sujeitos e outros se tornam investidos nas normas de forma que a morte delas seja sentida como uma espécie de morte em vida. Embora precisemos cuidar para evitar psicologizar o poder e a desigualdade, também precisamos evitar reificar estruturas e instituições. Considerar os investimentos que temos nas estruturas é justamente atentar a como elas se tornam significativas – ou mesmo, percebidas como naturais – por meio do trabalho emocional da atividade laboral, trabalho que leva tempo e que ocorre no tempo.¹⁰⁴ (AHMED, 2014, p. 56, tradução nossa)

Argumentei anteriormente que as relações políticas e sociais entre sujeitos são fundamento do que entendo por episteme do Jornalismo. Quero pensar nessas relações a partir da reflexão de Sara Ahmed (2014) sobre a injustiça. A autora demonstra como

101 “*Feminist and queer scholars have shown us that emotions ‘matter’ for politics; emotions show us how power shapes the very surface of bodies as well worlds*” (AHMED, 2014, p.12).

102 “[...] *the association between objects and emotions is contingent (it involves contact), but that these associations are ‘sticky’*” (AHMED, 2014, p. 18).

103 “[...] *in terms of sticking, blockages and constraints*” (AHMED, 2014, p. 18).

104 “*Attending to the politics of hate allows us to address the question of how subjects and others become invested in norms such that their demise would be felt as a kind of living death. While we need to take care to avoid psychologising power and inequality, we also need to avoid reifying structures and institutions. To consider the investments we have in structures is precisely to attend to how they become meaningful – or indeed, are felt as natural – through the emotional work of labour, work that takes time, and that takes place in time*” (AHMED, 2014, p. 56).

[...] emoções operam diferenciações entre outros [corpos, sujeitos] precisamente por identificar aqueles que *podem ser* amados, aqueles cuja perda *pode ser* motivo de luto, isto é, ao constituir alguns outros como objetos legítimos da emoção. Essa diferenciação é crucial na política porque trabalha para assegurar uma distinção entre vidas legítimas e ilegítimas.¹⁰⁵ (p. 191, tradução nossa)

Perguntando que parte têm as emoções em histórias de injustiça, Sara Ahmed (2014) explica que a injustiça da guerra, por exemplo, "e as injustiças que são legitimadas pela narrativa da guerra como uma missão de amor, dependem da exclusão de outros da resposta emocional do luto"¹⁰⁶ (p. 192, tradução nossa). Relaciono esse argumento ao que trago a partir de Nelson Maldonado-Torres (2007), no capítulo anterior, sobre a não-ética da guerra. Se este argumenta que determinados sujeitos carregam as marcas históricas que os tornam *objeto* desta não-ética de tratamento bélico e silenciamento, Ahmed (2014) indica que o processo de formar esse corpo de sujeitos, de relacioná-los uns aos outros e de produzir e reproduzir a associação destes com tais marcas, é um processo levado a cabo pela forma como as emoções se *apegam*.

Emoções, como mencionei antes, não estão em um ou outro sujeito. Não sinto medo ou amor, nem o objeto com que me deparo é temível ou amável. Medo, amor, ódio, vergonha e demais emoções se formam na "zona de contato" em que afeto um objeto (ou sujeito) e posso por ele ser afetada (AHMED, 2014, p. 194). Esse contato será moldado por processos históricos de contato: os encontros que já aconteceram com um mesmo objeto ou sujeito e as emoções produzidas nesses encontros, mas, também, por novas formas de afetar ou ser afetado no encontro, que atualizam e ao mesmo tempo podem reproduzir as associações entre os sujeitos e os objetos envolvidos (AHMED, 2014).

Para concluir essa incursão por alguns dos argumentos que Ahmed (2014) faz em *The Cultural Politics of Emotion*, ao associar as emoções “[...] com ‘signos’ e a forma como funcionam sobre e em relação aos corpos”¹⁰⁷ (p. 194), a autora discorda de concepções que relacionam emoção e linguagem numa relação instrumentalista, em que aquela é apropriada por esta apenas para fins persuasivos. Para ela, estas concepções compreendem a emoção como uma forma inferior de discurso e a distinguem do que então definem como uma forma superior de discurso, o distante e racional.

105 “[...] emotions work to differentiate between others precisely by identifying those that can be loved, those that can be grieved, that is, by constituting some others as the legitimate objects of emotion. This differentiation is crucial in politics as it works to secure a distinction between legitimate and illegitimate lives” (AHMED, 2014, p. 191).

106 “[...] and the injustices that are legitimated through the narrating of war as a mission of love, depend upon the exclusion of others from the emotional response of grief” (AHMED, 2014, p. 192).

107 “[...] with ‘signs’ and how they work on and in relation to bodies” (AHMED, 2014, p. 194).

Isso não significa, contudo, que ela compartilhe com Massumi (2002) a perspectiva de que a emoção é apenas linguagem ou de que, como o afeto, está fora dela. Ahmed (2014) sugere que as emoções estão presentes na linguagem precisamente onde seus efeitos não são percebidos, isto é, “[...] na determinação da relação entre os signos, uma relação que muitas vezes é ocultada pela forma da relação: a proximidade metonímica entre os signos”¹⁰⁸ (p. 194, tradução nossa). Essa determinação se dá, para a autora, em como a emoção se “apega”, produzindo signos saturados de carga afetiva (AHMED, 2014).

Penso como sintética a explicação de Ahmed (2014) de que as emoções compõem as próprias relações entre os signos, de forma que estes acumulam carga afetiva. Não é possível falar em discussão, pública ou particular, eminente e intencionalmente racional se a própria forma como sujeitos organizam linguagem e pensamento é permeada de emoção; se a própria orientação que assumem diante das normas sociais e os significados que evocam nas relações com objetos e sujeitos ocorrem, todos, por processos emocionais.

3.5.3 Que perguntas podem ser respondidas no âmbito de uma agenda de investigação sobre o jornalismo como forma de conhecimento emocional?

Se percebo o mundo ao meu redor pelas relações, que são emocionais, e estas relações permeiam o inteiro processo de atribuir sentido a esse mundo, como pensar o conhecimento ignorando as emoções? Sendo o Jornalismo um conjunto de práticas que querem atribuir sentido a um tempo presente no qual os agentes dessa prática estão completamente submersos (e precisam estar para fazê-lo), qual a implicação desse horizonte de reflexão para a epistemologia do jornalismo?

Argumentei, ao longo deste capítulo, que as emoções são parte inseparável do jornalismo e estão presentes em distintas práticas da profissão. Quero, a partir dessa discussão, indicar questões que penso que possam orientar o desenvolvimento de e ser respondidas por uma agenda de investigação voltada para a realidade profissional do país que considere o jornalismo como uma forma de conhecimento emocional. Para isso, também aqui utilizarei como estrutura os eixos que identifiquei como proeminentes temas de discussão na literatura sobre jornalismo e emoção: a) o trabalho emocional desempenhado por jornalistas; b) a emoção na construção narrativa dos acontecimentos; c) a emoção na conexão do jornalismo com seus públicos.

108 “[...] in the determination of the relation between signs, a relation that is often concealed by the form of the relation: the metonymic proximity between signs” (AHMED, 2014, p. 194).

O primeiro eixo se organiza em torno da pergunta: **que tipo de trabalho emocional jornalistas realizam cotidianamente no exercício de suas funções profissionais?** As pesquisas abordadas ao longo da discussão deste eixo indicam que jornalistas realizam rotineiramente tipos distintos de trabalho emocional, que envolvem gestão, supressão, modulação, adiamento e controle sobre a manifestação das próprias reações emocionais. Essas diferentes formas de lidar com as emoções podem ser empregadas em situações de interação com fontes, que podem estar em situação de tensão, trauma ou estresse; com colegas e superiores, o que pode envolver pressões do ambiente de trabalho ou relativas à hierarquia; com o público, o que pode gerar estresse e movimentos de autorreflexividade que não necessariamente contribuem de forma saudável para a qualidade do trabalho; em situações nas quais jornalistas tenham que lidar com preconceitos, assédio e ataques pessoais. Cada uma dessas situações pode suscitar uma resposta emocional distinta e uma forma diferente de gerir as emoções provocadas. Nesse contexto, tentar responder à questão **“que situações tendem a despertar quais mecanismos de gestão emocional?”** pode fornecer uma compreensão melhor a respeito de como determinadas situações profissionais provocam certos tipos de respostas em jornalistas.

Em um contexto de crescente precarização das condições de trabalho de jornalistas e dos vínculos trabalhistas, com o acúmulo de funções, diminuição de postos de trabalho, longas jornadas de trabalho com frequência de horas extras, baixa remuneração e instabilidade na carreira (LIMA; MICK *et al*, 2022), cabe perguntar se **esses fatores estão relacionados ao desenvolvimento de outros tipos de trabalho emocional ou se aumentam a sua intensidade ou o custo que produzem sobre a saúde mental de jornalistas**. A relevância dessa questão é ainda maior considerando dados da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro realizada em 2021, que identificou, em comparação com levantamento anterior, realizado em 2011, que “todos os indicadores de saúde confirmam a deterioração das condições de trabalho, que produzem efeitos nocivos sobre jornalistas, em especial o nível de estresse e a disseminação das formas de assédio moral” (LIMA; MICK *et al*, 2022). Esse é um dado preocupante que deve ser seguido de investigação a respeito de **quais são as ações adotadas individual ou coletivamente por jornalistas e também por gestoras e gestores de empresas para acolher, propor soluções e reduzir os possíveis efeitos psicológicos do trabalho emocional e do esforço em lidar com a deterioração das condições de trabalho como um todo**.

Considerando os indicativos presentes na literatura de que o trabalho emocional também pode mitigar sensações negativas e o peso emocional do cumprimento de determinadas

funções ao auxiliar jornalistas a reconhecer o papel positivo e transformador de que seu trabalho é capaz em termos de transformação social, é importante perguntar, ainda, **quais tipos de trabalho emocional consistem em ferramentas utilizadas para produzir relações positivas com as funções de trabalho ou mitigar os seus efeitos danosos**, para saber **de que forma essas estratégias podem ser reproduzidas e aprendidas no sentido de promover treinamento específico para jornalistas a respeito de como lidar com as emoções e que posturas emocionais adotar no ambiente de trabalho.**

Se, por um lado, Hochschild (2012) percebe a emoção de forma talvez utilitária, é necessário reconhecer a perspectiva de Ahmed (2014), que enfatiza que “o ‘fazer’ das emoções não é redutível a ações individuais (ainda que envolva ação) e não é governado pela lógica de reprodução do humano”¹⁰⁹ (p. 18, tradução nossa). Isso implica que, ainda que a literatura pareça indicar resultados positivos e a necessidade de treinamento especializado, é necessário levar em conta o caráter contingente que a gestão emocional assume, inclusive porque, partindo de uma perspectiva de que as emoções são relacionais e não experiências individualizadas, a cada sujeito corresponde o controle sobre não mais que uma parte das emoções que o atravessam. A pergunta, nesse sentido, se orienta para compreender não apenas quais práticas podem efetivamente auxiliar jornalistas a lidar de forma saudável com as emoções em ambientes de trabalho mas, também, **quais as contingências de um treinamento emocional e como reconhecer situações de risco para a saúde mental de jornalistas, para que outros tipos de medidas possam ser tomadas.**

No que se refere ao segundo eixo de discussão, uma questão inicial para abordar a emoção na construção dos acontecimento é a compreensão de **como as emoções fazem parte do processo pelo qual jornalistas reconhecem o real e produzem a partir dele acontecimentos.** Isso implica questionar **qual é o papel da emoção na cognição e como as emoções constroem, sustentam e fazem circular os discursos**, bem como, **o seu papel na forma como grupos profissionais criam, mantêm e atualizam suas práticas discursivas.**

É preciso questionar, ainda, **de que forma as emoções aprimoram a forma de contar histórias no jornalismo e qual é o seu potencial em termos de sensibilizar o público para as nuances das histórias relatadas.** Outra questão relevante, considerado o argumento de que a emoção é parte intrínseca às narrativas jornalísticas e não deve ser desprezada, é se, **ao permitir transparecer o processo subjetivo de apreensão do real, repórteres permitiriam ao público compreender melhor os processos pelos quais observam, percebem e**

109 “In my account, however, the ‘doing’ of emotions is not reducible to individual actions (though it involves action) and is not governed by the logic of reproduction of the human” (AHMED, 2014, p. 18).

selecionam os aspectos relevantes que passam a configurar a narrativa pela qual relatam os acontecimentos.

Ao atribuir um caráter pegajoso às emoções, Ahmed (2014) chama à atenção o potencial das emoções, também, para evocar cargas de sentidos negativos acumulados em históricos de opressão e desigualdade. Quando explica que emoções “[...] movem e não são sociais apenas no sentido de mediadas, mas efetivamente mostram como o sujeito chega num mundo que já tem afetos e sentimentos circulando de formas muito particulares”¹¹⁰ (SCHMITZ; AHMED, 2014, p. 98, tradução nossa), Ahmed (2014) vincula as emoções às relações de poder, que moldam os processos de identificação dos sujeitos com as normas e com o lugar que ocupam estruturalmente, num processo que as torna tão passíveis de sensibilização quanto de reprodução de estereótipos e manutenção das estruturas de opressão. Nesse contexto, uma pergunta fundamental que uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento deve responder consiste em **como desenvolver uma consciência emocional que permita ativamente trabalhar o potencial transformativo das emoções e minimizar a associação inadvertida de sujeitos e objetos a emoções pelas quais eles não têm poder ou responsabilidade.**

No que diz respeito à conexão do jornalismo com seus públicos, a primeira questão que se coloca é como novos comportamentos, formatos e mídias modificam o consumo de notícias e a resposta emocional que ele provoca. Charron e de Bonville (2016) apontam a comunicação como aspecto mais marcante do atual paradigma de produção, difusão e consumo do jornalismo. Nesse contexto, as audiências são um aspecto chave ao levar em conta a discussão das emoções e possibilitam uma miríade de questões que aprimoram as emoções enquanto componente epistemológico do jornalismo.

Compreender, em primeiro lugar, que tipo de abordagem sobre as emoções se mostra mais eficaz em fidelizar o público de determinado veículo, e como esse público responde a diferentes níveis de evidência das emoções num produto jornalístico, pode possibilitar uma melhor compreensão sobre os vínculos que podem ser estabelecidos e fortalecidos entre jornalistas e públicos cada vez mais especializados, que potencialmente requerem arranjos distintos entre si.

Outra questão importante nesse tópico diz respeito à abundância de informação e de dispositivos com acesso a elas: **que parte as emoções têm em direcionar a atenção do público, que emoções tendem a manter o foco das pessoas por mais tempo e quais**

¹¹⁰ “[...] move and they are not just social in the sense of mediated, but they actually show how the subject arrives into a world that already has affects and feelings circulating in very particular ways” (SCHMITZ; AHMED, 2014, p. 98).

estimulam o seu engajamento ou compartilhamento das notícias para suas redes de contatos? No que se refere aos dispositivos, os públicos são mais receptivos à emocionalidade do jornalismo em uns do que em outros? Formas imersivas de consumo de conteúdo jornalismo são mais apropriadas para acessar informações sobre o real sustentadas por relatos emocionais? Os públicos têm protagonismo na definição das emoções suscitadas pelos conteúdos jornalísticos ou o protagonismo é dos próprios jornalistas; isso muda de meio para meio?

Partindo da percepção do jornalismo como forma de conhecimento social, como as emoções impactam a cognição em um contexto de intenso fluxo de informações e sobrecarga de estímulos midiáticos de um modo geral? Qual é o papel da emoção na retenção de informação e no acesso posterior à informação retida? Num cenário de crescimento do jornalismo de dados e de formatos imersivos de jornalismo, qual papel a emoção pode desempenhar na definição de estratégias de visualização para produtos jornalísticos?

As questões aqui enumeradas de maneira alguma esgotam a amplitude necessária a um desenho teórico que queira dar conta de todas as possíveis contribuições das emoções para o jornalismo, aqui considerado como forma de conhecimento social que se destina não apenas a informar mas também a construir um acervo de conhecimento compartilhado sobre o cotidiano que é indispensável para as interações da vida social e também para a sua transformação. As questões aqui citadas e os eixos nos quais foram divididas têm o objetivo de indicar dimensões das quais não se pode abrir mão para uma compreensão aprofundada de como as emoções atuam no jornalismo.

É preciso considerar os efeitos, possibilidades e aspectos contingentes da presença das emoções nas etapas de produção, circulação e consumo dos mais variados produtos jornalísticos e considerar nessa equação os efeitos que o trabalho jornalístico têm sobre as emoções das e dos profissionais que o realizam. Argumento em favor de um projeto de desenvolvimento de uma teoria do jornalismo como forma de conhecimento emocional que parte de um quadro teórico disposto a colocar em suspensão as premissas que tenderam ao afastamento das próprias emoções como objeto de pesquisa. A crítica à manutenção de estruturas de opressão e desigualdade, que atravessa questões de gênero, de raça e de classe, mas que não se esgota nessas dinâmicas de poder, é necessária à formulação de uma compreensão de jornalismo emocional que considere o seu potencial para subverter essas mesmas estruturas. Isso requer incluir em todas as questões que podem ser postuladas, os recortes necessários para que façam as leituras mais plurais possíveis e mais adequadas para

seus objetos de estudo. Nesse sentido, não apenas é necessário considerar como as emoções podem atuar para a manutenção de relações desiguais mas, também, considerar a proposta de um jornalismo emocional como elaboração conceitual que também se desdobra sobre uma série de contingências, das quais a principal talvez seja a facilidade com que as emoções têm sido capturadas para fomentar máquinas de propaganda de extrema-direita e comportamentos de consumo desenfreado.

Sara Ahmed (2014) argumenta que as emoções não pertencem a um sujeito ou ao mundo que o cerca, mas são formadas na zona de contato em que sujeito e mundo se interpelam mutuamente. São, por esse motivo, elementos que refletem o jornalismo em toda a sua potência relacional. Reportar significa múltiplas conexões: das e dos jornalistas, que se conectam com as fontes; do jornalismo, que estabelece a conexão entre as fontes, os públicos e os acontecimentos sobre os quais as narrativas são tecidas. Dessa forma e nessa complexa rede de relações, o jornalismo é tão objeto das emoções coletivas quanto sustentado por elas, e tanto as suscita quanto é provocado por elas. Em última instância, a questão que acredito fundamentar um projeto de elaboração teórica do jornalismo como forma emocional de conhecimento é: **como as emoções possibilitam ao jornalismo pôr em curso seu potencial de transformação da realidade?**

4 CONCLUSÕES

Articular a partir da escrita o processo de construção de um pensamento é uma tarefa desafiadora. Espero ter conseguido demonstrar, ainda que de forma não exaustiva, as muitas camadas de construção de sentidos e racionalidades que se interpõem entre o jornalismo e a emoção. Também, as muitas conexões que existem entre os dois. O trajeto reflexivo aqui apresentado partiu de uma inquietação sobre como o jornalismo encontra a “verdade” e o seu maior avanço, em um sentido pessoal, foi o de que me trouxe tantas outras inquietações e curiosidades que essa deixou de ser a pergunta mais importante entre as que eu queria fazer ainda no início da pesquisa.

Tentar compreender que parte têm as emoções no jornalismo é uma tarefa frutífera, ainda que complexa, porque o tema é ainda incipiente, especialmente no Brasil. Espero, nesse sentido, que as páginas aqui escritas possam ser um incentivo, ainda que modesto, para um tema que é tão vasto e que, antecipo, pode render resultados bastante transformadores para o jornalismo. Esta é uma pesquisa circunscrita porque, embora eu desejasse encontrar a profundidade de compreensão sobre o tema necessária a fazer dele uma intrincada teoria de como conceber o jornalismo e como estudar as emoções dentro do campo, minha capacidade de desbravamento do tema no curto período de um mestrado foi limitada e, não sem alguma ironia, saturada de muitas das emoções com as quais me deparei nas páginas de artigos lidos ao longo da pesquisa. Considerando suas limitações, acredito que a pesquisa contribui para apresentar discussões ainda pouco exploradas, e cumpre o objetivo de problematizar o papel das emoções na epistemologia do jornalismo.

Esta pesquisa teórica de caráter exploratório procurou abordar o contexto geral e indicar temas específicos a partir dos quais a relação entre jornalismo e emoções vem sendo discutida, para encontrar questões que possam orientar uma agenda de investigações sobre jornalismo e emoções no Brasil. Para isso, partiu de questionamentos articulados por estudos feministas e decoloniais aos pressupostos da produção de saber considerada legítima na modernidade, com foco na relação entre razão, verdade e objetividade como características ideais do tipo de discurso considerado adequado ao conhecimento científico. A conclusão à qual esta etapa da pesquisa conduziu implica uma relação entre a valorização destas características a partir de uma lógica racionalista e positivista e a invisibilização do papel da emoção e da subjetividade nos processos de produção de conhecimento na ciência e, em especial, no jornalismo. Essa constatação conecta a pesquisa também aos estudos dedicados a pensar o jornalismo a partir do gênero, que indicam a valorização de características associadas

ao masculino na profissão, das quais a emocionalidade está excluída (VEIGA DA SILVA, MAROCCO, 2018; COSTA, 2018; SCHANDER, 2021).

A segunda etapa da pesquisa consistiu, então, em articular a emoção como elemento central da produção jornalística, identificando diferentes eixos sobre os quais ela é trabalhada na pesquisa em jornalismo e os possíveis questionamentos a serem respondidos e campos de aplicação de uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento. Foram abordados o “giro afetivo” nas pesquisas em ciências sociais, as emoções coletivas do ponto de vista da teoria feminista, a partir do trabalho de Sara Ahmed (2014) e pesquisas em jornalismo que têm se debruçado sobre o impacto e a influência das emoções nas práticas jornalísticas.

Os três primeiros objetivos da pesquisa consistiram em: *compreender o que a concepção de regimes de verdade revela sobre a produção de saber na modernidade e como a crítica à modernidade a partir de estudos feministas e decoloniais contribui para essa compreensão; identificar em que sentido as críticas à produção de saber na modernidade se relacionam com o reconhecimento e a valorização das emoções na produção de saber; compreender a relação entre jornalismo e modernidade, e de que forma o jornalismo como forma de conhecimento se constitui nessa relação.* Tais objetivos foram cumpridos por meio da discussão realizada ao longo do primeiro capítulo, no qual desenvolvo a compreensão do jornalismo como prática discursiva que se configura a partir de relações de saber-poder constitutivas de uma episteme moderna, que datam da profissionalização do jornalismo no século XIX, marcada por valores de influência positivista como clareza, precisão e objetividade, que se articulam como parte de um projeto de ordenamento do mundo civilizatório em direção ao progresso. Por consequência desse vínculo, o jornalismo é sujeito a algumas das críticas que a episteme moderna recebe de estudos decoloniais e feministas, com destaque para o indicativo de que os ideais modernos de produção de saber operam um processo de exclusão e de produção de desigualdades baseado em marcadores de gênero e de raça e na dominação colonial; processo esse que é sustentado pelo regime de verdade do qual o jornalismo é parte, que tende a visibilizar um tipo de sujeito (o sujeito universal) e um tipo de discurso (preciso e racional) em detrimento de outros sujeitos, discursos e formas de saber.

O quarto objetivo específico, *encontrar possíveis implicações e contribuições de teorizações sobre emoção e afeto nas ciências sociais para o Jornalismo*, foi respondido ao longo do item 3.5. Nele, começo por explicar as perspectivas teóricas que estão na base do movimento de usar o afeto como categoria explicativa para os mais variados fenômenos nas Ciências Sociais e Humanidades, e que direciona a atenção das disciplinas “ao que está para

além/antes/fora da representação, linguagem e consciência, tanto individual (como a cognição) quanto coletiva (como convenções sociais)”¹¹¹ (LARA, 2020, p. 3, tradução nossa). Reconheço a relevância dos estudos do giro afetivo em chamar à atenção a dimensão extraracional dos processos de conhecimento e tomada de decisão, mas me filio à crítica elaborada por Clare Hemmings (2005) e Sara Ahmed (2014), que sustentam que uma “virada” afetiva parece sugerir uma novidade nos estudos de fenômenos sociais que já havia sido abordada de muitas outras formas, desde o *pathos* aristotélico, passando pelas afecções spinozanas, para chegar nas teorias feminista e *queer*. Com base nessa discussão, argumento em favor do uso da emoção como categoria abrangente, que não a distingue de sensações ou de afetos, porque, da mesma forma que Ahmed (2014), entendo que uma perspectiva não restritiva do significado de emoções permite explorar melhor seu caráter relacional, que enfatiza a emoção como canal para a circulação de sentidos, que constitui sujeitos e corpos coletivos carregados de significado.

O quinto objetivo específico consistiu em *compreender de que formas a emoção vem sendo abordada nos estudos em jornalismo e identificar temas proeminentes na discussão*, e foi trabalhado do subcapítulo 3.1 ao 3.4. O vínculo da profissão com a objetividade, compreendida como forma descompromissada e imparcial de reportar, foi apontado por diversas pesquisas como um dos motivos principais para as emoções serem pouco estudadas pelo jornalismo. Ainda assim, foi possível perceber que as pesquisas têm aumentado: concentradas nas últimas duas décadas, elas se tornam mais expressivas por volta de 2015. Uma discussão imprescindível, nesse sentido, para dar sustento a uma teoria do jornalismo como forma de conhecimento emocional compreende a relação entre emoção e cognição, considerando trabalhos como o de António R. Damásio (2012), que percebe uma conexão entre a regulação das funções do corpo operada pelas emoções e o raciocínio nos processos de tomada de decisão.

O sexto objetivo específico, *identificar questões chave para o estudo do jornalismo em torno das quais possa ser construída uma teoria do jornalismo como forma de conhecimento emocional*, foi realizado a partir do uso dos termos “emoção”, “afeto” e “sensível” como conceitos operadores para a exploração de abordagens existentes a respeito do papel das emoções na epistemologia e em distintas práticas jornalísticas e foram identificados três eixos proeminentes nos estudos sobre a emoção.

111 “[...] *what lies beyond/before/outside representation, language and conscious activity – either individual – like cognition or collective – like social agreements*” (LARA, 2020, p.3).

.O primeiro deles diz respeito aos efeitos do trabalho emocional no jornalismo e parece ter despontado como objeto de estudo no campo em especial na última década na Europa e nos Estados Unidos. As pesquisas apresentadas indicam que o trabalho jornalístico e, em especial, a produção de notícias, é perpassada de distintas formas pelas emoções: elas podem ser geridas por jornalistas, por editoras e editores, suprimidas, alargadas, direcionadas e, por vezes, o são de forma implícita ou mesmo inconsciente; essas formas de lidar com a emoção têm distintas consequências, e todas podem representar um impacto na saúde mental de jornalistas a depender das ferramentas e estratégias que as e os jornalistas tenham para lidar com o efeito do trabalho emocional. A gestão da emoção é importante para muitas das atividades que jornalistas desempenham, perpassando a criação e manutenção de vínculo com os públicos, o relacionamento com as fontes, a construção discursiva dos acontecimentos e o processo cognitivo que a sustenta, a cobertura de eventos e, em especial, de eventos traumáticos, bem como, a capacidade de jornalistas de lidar com demandas da profissão e as consequências que as condições de trabalho têm sobre as suas vidas.

O segundo eixo diz respeito ao papel da emoção na forma como jornalistas constroem os acontecimentos e é onde se concentram os estudos em jornalismo no Brasil que tematizam a emoção (geralmente por outros termos, principalmente “*pathos*” e “sensível”). A emoção, nesse contexto, é compreendida em função da importância epistemológica que possui para o jornalismo, constituindo parte inseparável do processo cognitivo de apreender a realidade e ordená-la no texto jornalístico. Os trabalhos discutidos neste tema compreendem: os efeitos de patemização no discurso jornalístico; a emoção como elemento que organiza a construção do enquadramento das reportagens de televisão; a presença de uma dimensão estética no discurso jornalístico; a relação entre as marcas de subjetivação e objetivação na apuração de reportagens e nas narrativas jornalísticas; o uso de efeitos de patemização no texto jornalístico como forma de reforçar o contrato de comunicação.

O terceiro eixo de discussão compreende a forma como as emoções atuam na relação entre jornalistas e público, seja considerando o público do ponto de vista da recepção, do compartilhamento e consumo de notícias (especialmente em ambientes digitais), ou das situações de interação entre jornalistas e seu público. Fazem parte dessa discussão: a capacidade das empresas jornalísticas de cativarem e fidelizarem a audiência num contexto de grande concorrência; a captação da atenção do público num ambiente tecnológico repleto de estímulos que exige reter continuamente a atenção para prolongar o engajamento de espectadores e leitores; a compreensão do comportamento do público, aprofundada por estudos que investigam a resposta afetiva que o público dá às notícias; o papel das emoções em

diminuir lacunas de conhecimento na decodificação, retenção e acesso de informações obtidas em notícias por parte do público; o impacto do jornalismo imersivo na transformação de atitudes do público; o uso da emoção para a criação de comunidades com públicos engajados em torno de temas e causas específicas.

As discussões realizadas para o cumprimento dos objetivos específicos possibilitaram, então, articular uma resposta ao problema de pesquisa: uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento seria capaz de responder a quais questões e dilemas atuais no âmbito dos estudos em jornalismo? A resposta à questão compreendeu a realização do objetivo geral deste trabalho: o de problematizar o papel das emoções na epistemologia do jornalismo a partir de críticas feitas pelos estudos feministas e decoloniais à produção de saber na modernidade.

No que se refere ao primeiro eixo de discussão, ou seja, o trabalho emocional realizado por jornalistas, uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento deve ser projetada para responder: a) que tipo de trabalho emocional jornalistas realizam cotidianamente no exercício de suas funções profissionais?; b) que situações tendem a despertar quais mecanismos de gestão emocional?; c) fatores como a crescente precarização das condições de trabalho de jornalistas e dos vínculos trabalhistas, com o acúmulo de funções, diminuição de postos de trabalho, longas jornadas de trabalho com frequência de horas extras, baixa remuneração e instabilidade na carreira estão relacionados ao desenvolvimento de outros tipos de trabalho emocional?; d) esses fatores aumentam a intensidade ou o custo do trabalho emocional sobre a saúde mental de jornalistas?; e) quais são as ações adotadas individual ou coletivamente por jornalistas e também por gestoras e gestores de empresas jornalísticas para acolher, propor soluções e reduzir os possíveis efeitos psicológicos do trabalho emocional e do esforço em lidar com a deterioração das condições de trabalho como um todo?; f) quais tipos de trabalho emocional consistem em ferramentas utilizadas para produzir relações positivas com as funções de trabalho ou mitigar os seus efeitos danosos?; g) de que forma essas estratégias podem ser reproduzidas e aprendidas no sentido de promover treinamento específico para jornalistas a respeito de como lidar com as emoções e que posturas emocionais adotar no ambiente de trabalho?; h) quais as contingências de um treinamento emocional e como reconhecer situações de risco para a saúde mental de jornalistas, para que outros tipos de medidas possam ser tomadas?.

No que se refere ao segundo eixo de discussão, que diz respeito ao papel da emoção na construção dos acontecimentos jornalísticos, uma teoria do jornalismo como forma de conhecimento emocional deve responder: a) como as emoções fazem parte do processo pelo

qual jornalistas reconhecem o real e produzem a partir dele acontecimentos? b) qual é o papel da emoção na cognição dos públicos?; c) como as emoções constroem, sustentam e fazem circular os discursos?; d) qual é o papel das emoções na forma como grupos profissionais criam, mantêm e atualizam suas práticas discursivas?; e) de que forma as emoções aprimoram a forma de contar histórias do jornalismo? f) qual é o potencial das emoções em termos de sensibilizar o público para as nuances das histórias relatadas?; g) ao permitir transparecer o processo subjetivo de apreensão do real, repórteres permitiriam ao público compreender melhor os processos pelos quais observam, percebem e selecionam os aspectos relevantes que passam a configurar a narrativa pela qual relatam os acontecimentos?; h) como desenvolver uma consciência emocional que permita ativamente trabalhar o potencial transformativo das emoções e minimizar a associação inadvertida de sujeitos e objetos a emoções pelas quais eles não têm poder ou responsabilidade?

Quando se trata da conexão do jornalismo com seus públicos, terceiro eixo de análise, uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento deve abarcar as seguintes questões: a) que tipo de abordagem sobre as emoções se mostra mais eficaz em fidelizar o público de determinado veículo?; b) como esse público responde a diferentes níveis de evidência das emoções num produto jornalístico?; c) que parte as emoções têm em direcionar a atenção do público ou que emoções tendem a manter o foco das pessoas por mais tempo?; d) quais emoções estimulam o engajamento do público e o compartilhamento das notícias para suas redes de contatos?; e) os públicos são mais receptivos à emocionalidade do jornalismo em uns dispositivos do que em outros?; f) formas imersivas de consumo de conteúdo jornalístico são mais apropriadas para acessar informações sobre o real sustentadas por relatos emocionais?; g) os públicos têm protagonismo na definição das emoções suscitadas pelos conteúdos jornalísticos ou o protagonismo é dos próprios jornalistas; isso muda de meio para meio?; h) como as emoções impactam a cognição em um contexto de intenso fluxo de informações e sobrecarga de estímulos midiáticos de um modo geral?; i) qual é o papel da emoção na retenção de informação e no acesso posterior à informação retida?; j) num cenário de crescimento do jornalismo de dados e de formatos imersivos de jornalismo, qual papel a emoção pode desempenhar na definição de estratégias de visualização para produtos jornalísticos?

Para além dos três eixos de discussão, os resultados desta pesquisa têm implicações relevantes no que diz respeito à formação profissional de jornalistas. Em primeiro lugar, para compreender os efeitos do apagamento das emoções nesse âmbito; em segundo lugar, para investigar como promover uma dimensão emocional que atravesse a formação para o

jornalismo nas múltiplas facetas que os conectam. Quanto à primeira questão, de início, é possível indicar como consequências: a) a ausência de treinamento específico a respeito de como gerir o trabalho emocional envolvido no jornalismo; b) a dificuldade de jornalistas em construir espaços coletivos receptivos ao compartilhamento de experiências e formas de lidar com o peso emocional imbuído na profissão; c) a falta de compreensão sobre as consequências desse tipo de trabalho e de ferramentas para minimizar os seus efeitos negativos, especialmente a longo prazo; d) a ausência ou fragilidade da compreensão sobre o papel da emoção na cognição, no discurso e na capacidade do jornalismo de contar histórias; e) a dificuldade por parte de jornalistas de compatibilizar a necessidade de atrair, fidelizar e criar conexões com os públicos com as demandas deontológicas da profissão, centradas no distanciamento e na objetividade. Para responder à segunda questão, é preciso aprofundar a compreensão dessas consequências para relacionar as lacunas que se apresentem na formação às demais exigências do currículo. O estudo aqui realizado indica a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para tanto, porque atribuir à formação em jornalismo o preparo para lidar com a emoção exige posicionar-se fora de alguns de seus pressupostos centrais e talvez dos discursos que a formam como um todo.

O extenso conjunto de questões levantadas ao final desta pesquisa permite perceber a amplitude de práticas e contextos nos quais emoção e jornalismo se conectam. Esta dissertação foi pensada como primeira etapa da construção de uma teoria do jornalismo como forma emocional de conhecimento; nesse sentido, as questões aqui levantadas constituem o planejamento inicial de construção desta teoria. Para tornar possível sua execução, o desenvolvimento desta teoria tem como próximas etapas a sua divisão em projetos de pesquisa com temas mais circunscritos, que possibilite a delimitação de distintas hipóteses a serem respondidas a partir da análise de distintos objetos empíricos. Esta é uma projeção de pesquisa para ser realizada a muitas mãos, inclusive porque envolve distintas etapas do processo de produção e consumo das notícias que necessariamente exigem diferentes métodos de análise. Assim, um objetivo adicional desta pesquisa é o de que ela seja um incentivo modesto à sistematização de um eixo de pesquisa dedicado às emoções nos estudos em jornalismo no Brasil, que parta da proposta de construir uma compreensão do jornalismo engajada e localizada, que leve em conta as multiplicidades de sujeitos, de formas de pensar o jornalismo e de formas de existir e se orientar no mundo.

REFERÊNCIAS

- ÅHÄLL, Linda. Affect as Methodology: Feminism and the Politics of Emotion. **International Political Sociology**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 36–52, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ips/olx024>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- AHMED, Sara. Happy objects. In: GREGG, Melissa; SEIGWORTH, Gregory J. (org.). **The Affect Theory Reader**. Durham: Duke University Press, 2010. Cap. 1. p. 29–51.
- AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. **Coral e outros poemas**. Seleção e apresentação: Eucanaã Ferraz. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARAÚJO, Mayara Carolinne Beserra de. **Reportar e afetar(-se): atos de objetivação e subjetivação na grande narrativa impressa “Viúvas do Veneno”**. 2019. 199 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/40335>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-33522013000200004>. Acesso em: 7 dez. 2020.
- BAS, Ozen; GRABE, Maria Elizabeth. Emotion-Provoking Personalization of News. **Communication Research**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 159–185, 2015. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0093650213514602>. Acesso em: 8 dez. 2020.
- BECKETT, Charlie; DEUZE, Mark. On the Role of Emotion in the Future of Journalism. **Social Media and Society**, [s. l.], v. 2, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2056305116662395>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- BENHABIB, Seyla. The generalized and the concrete other: the Kohlberg-Gilligan controversy and feminist theory. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (org.). **Feminism as critique: on the politics of gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BHAMBRA, Gurminder K. Postcolonial and decolonial dialogues. **Postcolonial Studies**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 115–121, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688790.2014.966414>. Acesso em: 23 abr. 2021.
- BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 71-98, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-33522011000200004>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BORGES, Stephanie. **Talvez precisemos de um nome para isso** [ou o poema de quem parte]. Recife: Cepe, 2019.

BUJIĆ, Mila; SALMINEN, Mikko; MACEY, Joseph; HAMARI, Juho. “Empathy machine”: how virtual reality affects human rights attitudes. **Internet Research**, [s. l.], v. 30, n. 5, p. 1407–1425, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/INTR-07-2019-0306/full/html>. Acesso em: 9 dez. 2020.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

CLOUGH, Patricia Ticineto. Introduction. In: CLOUGH, Patricia Ticineto; HALLEY, Jean. **The affective turn: theorizing the social**. Durham: Duke University Press, 2007. p. 1–33.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. 2018. 218 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193588>. Acesso em: 3 set. 2021.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. E-book.

DAMÁSIO, António R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. E-book.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.

DUSSEL, Enrique. **The Underside of Modernity: Apel, Ricoeur, Rorty, Taylor, and the Philosophy of Liberation**. Tradução: Eduardo Mendieta. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1996.

DWORZNIK-HOAK, Gretchen. Emotional Labor During Disaster Coverage: Exploring Expectations for Emotional Display. **Journalism Practice**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1816858>. Acesso em: 8 dez. 2020.

EKMAN, Paul. **A linguagem das emoções: revolucione sua comunicação e seus relacionamentos reconhecendo todas as expressões das pessoas ao redor**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

ETTEMA, James S.; GLASSER, Theodore L. A íntima dependência mútua entre fato e valor. Revista Brasileira de Ciência Política, **Brasília**, n. 6, p. 249–276, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-33522011000200010>. Acesso em: 9 abr. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Traduzido por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, Adélia Barroso. Estratégias discursivas do *pathos* na Folha de S. Paulo: a emoção como argumento no jornalismo. **Rumores**, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 108, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51292>. Acesso em: 26 ago. 2020.

FERREIRA NETO, João Leite. Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 411-420, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-377220150321914100420>. Acesso em: 05 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução: Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999c.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. (Biblioteca de filosofia e história das ciências: v. 7).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico).

FRANZONI, Sabrina; RIBEIRO, Daiane Bertasso; LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. **Verso e Reverso**, [s. l.], v. 25, n. 58, p. 45–52, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/ver.2011.25.58.05>. Acesso em: 5 jan. 2021.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, [S. l.], n. 25/26, p. 56–80, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/466240>. Acesso em: 16 dez. 2020.

GADRET, Débora Lapa. **A emoção na reportagem de televisão**: as qualidades estéticas e a organização do enquadramento. 2016. 189 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143019>. Acesso em: 16 ago. 2020.

GAMBS, Deborah. Myocellular transduction: when my cells trained my body-mind. In: CLOUGH, Patricia T.; HALLEY, Jean. **The affective turn**: theorizing the social. Durham: Duke University Press, 2007. p. 106–118.

GANE, Nicholas. When We Have Never Been Human, What Is to Be Done? Interview with Donna Haraway. **Theory, Culture & Society**, London, v. 23, n. 7–8, p. 135–158, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276406069228>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GONÇALVES, Sérgio Campos. O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. **História e-História**, Campinas, v. 1, p. 1–21, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/216881614>. Acesso em: 18 jan. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, Josenildo Luiz. O nascimento do jornalismo moderno: uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Intercom, 2003. p. 1-18. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/167629680582323974316910221745759002955.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 5, p. 07–41, 1995.

HARDT, Michael. Foreword: what affects are good for. In: CLOUGH, Patricia Ticineto; HALLEY, Jean (org.). **The affective turn: theorizing the social**. Durham: Duke University Press, 2007. Prefácio. p. ix–xiii.

HEMMINGS, Clare. Invoking Affect: Cultural theory and the ontological turn. **Cultural Studies**, [s. l.], v. 19, n. 5, p. 548–567, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09502380500365473>. Acesso em: 7 abr. 2021.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The managed heart: commercialization of human feeling**. Berkeley: University of California Press, 2012.

HOPPER, K. Megan; HUXFORD, John. Emotion instruction in journalism courses: an analysis of introductory news writing textbooks. **Communication Education**, [s. l.], v. 66, n. 1, p. 90–108, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03634523.2016.1210815>. Acesso em: 8 dez. 2020.

HOPPER, K. Megan; HUXFORD, John E. Gathering emotion: examining newspaper journalists' engagement in emotional labor. **Journal of Media Practice**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 25–41, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14682753.2015.1015799>. Acesso em: 8 dez. 2020.

KOTISOVA, Johana. The elephant in the newsroom: Current research on journalism and emotion. **Sociology Compass**, [s. l.], v. 13, n. 5, p. e12677, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soc4.12677>. Acesso em: 8 dez. 2020.

LARA, Ali. Mapping affect studies. **Athenea Digital**, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 2812, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2812>. Acesso em: 13 fev. 2021.

LECHELER, Sophie. The emotional turn in journalism needs to be about audience perceptions: commentary - virtual special issue on the emotional turn. **Digital Journalism**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 287-291, 2020.

LIMA, Samuel Pantoja (Org.); MICK, Jacques *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2013.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 4, p. 935–952, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%X>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. E-book.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MASSUMI, Brian. **Movement, affect, sensation**: parables for the virtual. Durham: Duke University Press, 2002.

MASSUMI, Brian. The Autonomy of Affect. **Cultural Critique**, [s. l.], n. 31, p. 83, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1354446>. Acesso em: 8 abr. 2021.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2014. E-book.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 94, p. 01, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MONTEIRO, Caroline Lourenço. **Efeitos de patemização em notícias jornalísticas**: entre o jornalismo de referência e o jornalismo popular. 2015. 133 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2929>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Compós, 2019. p. 1-21. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXY-XOMDTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

PANTTI, Mervi. The value of emotion: an examination of television journalists' notions on emotionality. **European Journal of Communication**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 168–181, 2010. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323110363653>. Acesso em: 14 maio 2022.

PEDWELL, Carolyn; WHITEHEAD, Anne. Affecting feminism: Questions of feeling in feminist theory. **Feminist Theory**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 115–129, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464700112442635>. Acesso em: 26 fev. 2021.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica**. 2015. 579 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135113>. Acesso em: 20 ago. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Dispositivo**, Ann Arbor, v. 24, n. 51, p. 137–148, 1999.

ROCHA, Paula Roberta Santana. Estética e sensações no jornalismo: um estudo das estratégias e jogos discursivos. 163 f. 2013. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3498>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1285>. Acesso em: 2 dez. 2019.

SCHANDER, Gabriela. **Por uma perspectiva de gênero no jornalismo: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista AzMina**. 2021. 208 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229100>. Acesso em: 1 fev. 2022.

SCHMITZ, Sigrid; AHMED, Sara. Affect/Emotion: Orientation Matters. A Conversation between Sigrid Schmitz and Sara Ahmed. **Freiburger Zeitschrift für GeschlechterStudien**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 97–108, 2014. Disponível em: <http://www.budrich-journals.de/index.php/fgs/article/view/17137>. Acesso em: 26 fev. 2021.

SEDGWICK, Eve Kosofsky; FRANK, Adam. Shame in the cybernetic fold: reading silvan Tomkins. **Critical Inquiry**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 496–522, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/448761>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Touching feeling: affect, pedagogy, performativity**. Durham: Duke University Press, 2003.

SEIGWORTH, Gregory J.; GREGG, Melissa. An inventory of shimmers. In: GREGG, Melissa; SEIGWORTH, Gregory J. (org.). **The Affect Theory Reader**. Durham: Duke University Press, 2010. p. 1–25.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. **E-Com-pós**, Brasília, v. 20, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.1398>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SMITH, Rachel Greenwald. Postmodernism and the affective turn. **Twentieth Century Literature**, [s. l.], v. 57, n. 3-4, p. 423–446, 2011. Disponível em: <https://doi.org/>

10.1215/0041462X-2011-4008. Acesso em: 15 fev. 2021.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOLANA, Mariela; VACAREZZA, Nayla Luz. Feminist Rereading of the “Affective Turn”. **Estudos Feministas**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 72448, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020V28N272448>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SOUZA, Paulo César de. **Argumentação e emoção no discurso jornalístico: análise comparativa entre os jornais Tribuna Livre e Folha da Mata**. 2011. 117 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/4834>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SZYMBORSKA, Wisława. **Poemas**. Seleção, tradução e prefácio: Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VALMORBIDA, Jéssica O. Benhabib e um espaço público para sujeitos concretos. Dissonância: **Revista de Teoria Crítica**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 105–128, 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/2998>. Acesso em: 16 dez. 2020.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no “Livro de Repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 30–53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1029>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MORAES, Fabiana. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 19., 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: Compós, 2020. p. 1-21. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_WMG0DZEU-NUYC3EX2J9GO_30_8639_26_02_2020_13_59_47.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

VEIGA NETO, Alfredo José da. **A ordem das disciplinas**. 1996. 344 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131158>. Acesso em: 14 fev. 2021.

VIEGAS, Débora Cerutti. **O discurso afetivo na revista Vida Simples: estratégias discursivas para a (re)afirmação do contrato de comunicação**. 156 f. 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186999>. Acesso em: 20 ago. 2020.

VOGEL, Daisi Irmgard. **Sobre Foucault e o jornalismo**. Verso e Reverso, [s. l.], v. 23, n. 53, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/5777>. Acesso em: 30 jan. 2022.

WAHL-JORGENSEN, Karin. An Emotional Turn in Journalism Studies?. **Digital Journalism**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 175–194, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?journalCode=rdij20>. Acesso em: 8 dez. 2020.

WAHL-JORGENSEN, Karin. Changing technologies, changing journalistic epistemologies: Public participation, emotionality and the challenge to objectivity. In: SCHREIBER, Martin; ZIMMERMANN, Clemens (org.). **Journalism and Technological Change: Historical Perspectives, Contemporary Trends**. [S. l.]: Campus Verlag, 2014.

YOUNG, Iris M. Impartiality and the civic public: some implications of feminist critiques of moral and political theory. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (org.). **Feminism as critique: on the politics of gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism: an historical introduction**. 15th anniversary ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2016. E-book.

ZOU, Sheng. Emotional news, emotional counterpublic. **Digital Journalism**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 229-248, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21670811.2018.1476167>. Acesso em: 8 dez. 2020.